



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

BRUNO CARDOSO PORTELA

**HOMICÍDIOS DOLOSOS: ANÁLISE CRIMINAL E PSICOSSOCIAL
DO CRIME, DA VÍTIMA E DA MOTIVAÇÃO DO AGRESSOR**

**VILA VELHA
2015**

BRUNO CARDOSO PORTELA

**HOMICÍDIOS DOLOSOS: ANÁLISE CRIMINAL E PSICOSSOCIAL
DO CRIME, DA VÍTIMA E DA MOTIVAÇÃO DO AGRESSOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Vila Velha como requisito para a obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, na linha de pesquisa “Perspectiva social, econômica e territorial da criminologia”.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Souza Borges

VILA VELHA

2015

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

P843h Portela, Bruno Cardoso.
 Homicídios dolosos: análise criminal e psicossocial do crime, da vítima e da motivação do agressor / Bruno Cardoso Portela – 2016.
 104 f.: il.

 Orientadora: Luciana Souza Borges
 Dissertação (mestrado em Segurança Pública)
 Universidade de Vila Velha, 2016.
 Inclui bibliografias.

 1. Direito Penal. 2. Homicídio Doloso. 3. Política Pública.
 I. Borges, Luciana Souza. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 341.5

BRUNO CARDOSO PORTELA

HOMICÍDIOS DOLOSOS: ANÁLISE CRIMINAL E PSICOSSOCIAL DO
CRIME, DA VÍTIMA E DA MOTIVAÇÃO DO AGRESSOR

Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública,
para obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

Aprovada em 14 de dezembro de 2015.

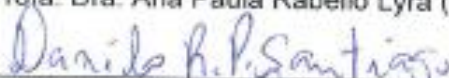
Banca Examinadora:



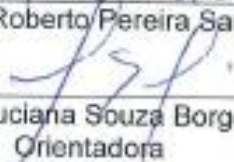
Profa. Dra. Fabiana Pinheiro Ramos (UFES)



Profa. Dra. Ana Paula Rabello Lyra (UVV)



Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago (UVV)



Profa. Dra. Luciana Souza Borges (UVV)
Orientadora

Dedico este trabalho à minha primeira e eterna professora, minha mãe, Marlene. Ao meu intenso e abnegado mestre de assuntos extraclasse, meu pai, Espedito. Às tias do primário, mestres e doutores de minha vida acadêmica. Aos caminhos que se traçaram em minha vida, inesperados sob a ótica de minha limitada sabedoria, mas repletos de sensatez quando confrontados com a onisciência de Deus.

Não encontrei ainda um verbo que trouxesse ao papel o tamanho de minha gratidão pelos empreendimentos de Deus em minha vida. As próximas páginas não poderiam ter sido escritas, também, sem o amor incondicional de meus pais, sem a amizade de meu irmão, Fábio. Sem o entendimento em essência da palavra compreensão por parte de meus amores Paula, minha esposa, e Luísa, minha princesa. Meus agradecimentos à nobre Doutora Luciana, que com sua astúcia, paciência e compreensão permitiu-me sentir um pesquisador de verdade. Enfim, aos familiares, amigos recatados e boêmios, e companheiros de farda, o franco reconhecimento desse que se orgulha em ter compartilhado com vocês instantes nobres o suficiente para ecoarem na eternidade do meu coração.

— E foi morrida essa morte,
irmãos das almas,
essa foi morte morrida
ou foi matada?

— Até que não foi morrida,
irmão das almas,
esta foi morte matada,
numa emboscada.

João Cabral de Melo Neto Apud Waiselfisz (2015).

RESUMO

A temática dos homicídios está inclusa entre as maiores preocupações contemporâneas da sociedade brasileira, sendo a vida o maior bem jurídico tutelado pela legislação nacional. A fim de compreender este tipo de violência e com a finalidade de contribuir para a redução dos graves danos causados por este delito, objetivamos analisar a dinâmica criminal e psicossocial dos crimes de homicídios dolosos consumados no Município de Vila Velha, Espírito Santo -ES, nos anos de 2013 e 2014. Pretendemos, então, oferecer um diagnóstico que possa servir de subsídio na implementação de políticas públicas para a área de segurança pública. Utilizaremos a metodologia, adaptada, do Departamento de Polícia de Nova Iorque, que trata de uma ferramenta de gerenciamento de processos, denominada 5W2H, acrônimo de *What, When, Where, Why, Who, How e How Much*. Para tanto, realizaremos as três análises que seguem: 1) Análise criminal e psicossocial do crime de homicídio propriamente dito (*What, When, Where e How*); 2) Análise criminal e psicossocial das vítimas do crime de homicídio (*Who*); 3) Análise criminal e psicossocial da motivação do agressor para o crime de homicídio (*Why*). A partir dos dados fornecidos pela SESP, caracterizaremos o crime de homicídio (Quando? Onde? Como?) e a vítima (Quem?) para, na sequência, realizarmos a análise no que tange à motivação (Por quê?), por meio do jornal de maior circulação no estado, A Tribuna. Juntas, as informações provenientes de ambas as bases de dados nos possibilitarão o estudo criminal e psicossocial dos homicídios, mediante análises quanto e qualitativas dos resultados alcançados.

Palavras-chave: homicídio – análise criminal – psicossocial - motivação

ABSTRACT

The theme of the murders is included among the greatest contemporary concerns of Brazilian society, with life the highest legal interest protected by the national legislation. In order to understand this type of violence and in order to help reduce the serious damage caused by this crime, we aimed to analyze the criminal and psychosocial dynamics of intentional homicide crimes accomplished in Vila Velha, Espírito Santo in years 2013 and 2014. We plan to then offer a diagnosis that can provide support in the implementation of public policies for public safety. We will use the methodology adapted from the Department of the New York Police, which is a process management tool, called 5W2H, acronym of What, When, Where, Why, Who, How and How Much. To this end, we will hold the three tests that follow: 1) criminal and psychosocial analysis of the crime of murder itself (What, When, Where and How); 2) criminal and psychosocial analysis of the victims of murder (Who); 3) criminal and psychosocial analysis of the offender motivation for the crime of murder (Why). From the data provided by SESP, characterize the crime of murder (When? Where? How?) And the victim (who?) To, as a result, realize the analysis with regard to motivation (Why?) Through the most circulated newspaper in the state, A Tribuna. Together, the information from both databases will allow us to criminal and psychosocial study of homicides by as analysis and qualitative outcomes.

Keywords: homicide - criminal analysis - psychosocial - motivation

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. INTRODUÇÃO.....	13
3. OBJETIVOS.....	23
4. MÉTODO.....	24
5. VILA VELHA: PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	30
5.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	
5.2 A ORGANIZAÇÃO EM REGIÕES ADMINISTRATIVAS	
5.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	
6. VIOLÊNCIA HOMICIDA.....	48
6.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	
6.2 OS HOMICÍDIOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	
6.3 BRASIL, UM EQUILÍBRIO INSTÁVEL	
6.4 DESENVOLVIMENTO TARDIO, DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO	
7. HOMICÍDIOS DOLOSOS EM VILA VELHA: ANÁLISE CRIMINAL E PSICOSSOCIAL DO CRIME, DA VÍTIMA E DA MOTIVAÇÃO DO AGRESSOR.	79
7.1 WHEN? – QUANDO?	
7.2 WHERE? – ONDE?	
7.3 HOW? - COMO?	
7.4 WHY? – POR QUÊ?	
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
9. REFERÊNCIAS.....	100

1. APRESENTAÇÃO

A escolha do tema de pesquisa está relacionada à nossa trajetória acadêmica e profissional, tendo em vista que o primeiro contato com o contexto dos crimes contra a vida ocorreu ainda na Graduação.¹ Após a conclusão do Curso, em 2010, iniciamos, como Subcomandante da 4ª Companhia do 4º Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), uma atuação no aglomerado da Grande Terra Vermelha, na cidade de Vila Velha-ES, historicamente marcado pela violência homicida (MATTOS, 2011).

Concomitantemente, concluímos no ano seguinte o Curso de Especialização em Gestão Integrada em Segurança Pública e tivemos, então, a oportunidade de discutir possibilidades para práticas mais democráticas de policiamento (PORTELA, 2011), levando em consideração a experiência de atuação que tínhamos até a ocasião na Grande Terra Vermelha. Dessa forma, por meio da implementação de uma filosofia de policiamento comunitário-interativo, destacamos naquela ocasião a necessidade de contribuir para a redução dos crimes de homicídio na Região da Grande Terra Vermelha. Priorizamos, neste sentido, o conceito de política pública de segurança (OLIVEIRA, 2002), que se refere a intervenções mais amplas que ações de cunho meramente policial, conforme discutimos mais à frente, na Introdução deste estudo.

Prosseguindo na atuação como policial, julgamos relevante citar que nas polícias militares, de acordo com Espírito Santo (2013), é esperado que o Oficial² passe por diversas funções de comando e gerência, pois esse procedimento tem como finalidade capacitá-lo a funções de liderança cada vez mais abrangentes durante a carreira. Por esta razão, também atuamos como corresponsável pelo policiamento ostensivo em toda a Cidade de Vila Velha, no setor de Planejamento Operacional, o que oportunizou acompanhar de forma mais sistemática a dinâmica dos homicídios em todo o Município. Importante

¹ Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais - Bacharelado em Ciências Militares com Ênfase em Defesa Social.

² O Oficial é preparado ao longo da carreira para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Militares Estaduais, na forma do art. 34 da Lei Estadual nº 3.196/78- Estatuto da Polícia Militar (ESPÍRITO SANTO, 2013).

citar a experiência no Comando da 2ª Companhia do 4º Batalhão, cujos desafios na temática dos homicídios também foram sistematicamente acompanhados. Tal relação com a comunidade lastreou com experiências práticas a possibilidade de atuar atualmente na Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária da PMES, onde são desenvolvidos projetos e ações estratégicas nessas áreas.

Esse percurso profissional permitiu, portanto, o conhecimento do gerenciamento do policiamento ostensivo nas cinco Regiões Administrativas da Cidade de Vila Velha-ES, cuja divisão, de I a V, obedece à Lei Municipal 4.707 de 10 de setembro de 2008 (VILA VELHA, 2013).

Tal trajetória, por meio das experiências das quais pudemos participar, despertou o interesse científico pelo diagnóstico dos homicídios no referido Município. Ademais, a prática vem nos proporcionando desenvolver ações de prevenção fundamentadas nas vivências como policial militar, mas tentamos buscar o embasamento científico, razão que nos motivou buscar o Mestrado em Segurança Pública da Universidade Vila Velha-ES. Portanto, esperamos poder dar continuidade aos nossos estudos acerca da criminalidade, especificamente em Vila Velha-ES, por meio da aquisição de capacitação teórica e metodológica que possam sustentar a pesquisa que pretendemos estudar ao longo do mestrado.

Sendo nossa intenção desenvolver uma análise criminal e psicossocial acerca da criminalidade homicida na Cidade de Vila Velha-ES, necessário se faz, portanto, discorrer brevemente acerca dessas temáticas. Segundo o entendimento de Ferro (2006), a Análise Criminal é um recurso aplicado na produção de conhecimento no contexto da atividade de Segurança Pública. Por meio dela é possível identificar, avaliar e acompanhar sistematicamente determinados aspectos da criminalidade, a fim de instrumentar os operadores da segurança pública em suas diversas atividades, não apenas operacionais, mas administrativas, táticas e estratégicas, com o objetivo de prevenção e repressão qualificada do crime e da violência. No que se refere à análise psicossocial, tomaremos por base algumas publicações específicas (Borges

&Alencar, 2008; 2009; 2014; 2014a; La Taille, 2009; Tognetta & Vinha, 2009) a respeito de estudos que abordaram crimes de homicídios sob esta ótica. Realizaremos um diagnóstico dos crimes letais intencionais em Vila Velha-ES, a fim de produzir um conjunto de informações suficientemente qualificadas no sentido de permitir a construção de mecanismos de controle e prevenção efetivos dos homicídios na Cidade.

Para tanto, inicialmente, realizaremos uma introdução a partir das estatísticas de homicídios no Brasil, no Estado do Espírito Santo e, mais especificamente, na Cidade de Vila Velha. Abordaremos também a necessidade de conhecimentos mais abrangentes no que se refere às políticas públicas de segurança e à reforma da gestão pública, tendo os Municípios como protagonistas dessas ações. Trataremos, particularmente, da experiência da Cidade de Nova Iorque, tendo em vista os resultados atingidos nas últimas décadas no que se refere à diminuição da violência letal, mediante a metodologia da gestão de projetos 5W2H, acrônimo de *What, When, Where, Why, Who, How e How Much* (Nova Iorque, 2013a), conforme descreveremos mais adiante. Para a análise psicossocial, tomaremos por base os estudos já mencionados.

2. INTRODUÇÃO

Interessante ponto de partida é buscar entender o fenômeno dos homicídios de maneira que se forme um arcabouço científico capaz de contribuir para a redução dos graves danos causados pelos crimes letais intencionais, conforme descreveremos pela revisão de literatura.

A partir do início do século XX, podemos identificar diversos fatores que poderiam explicar as causas para os crimes que ocorrem em uma sociedade, pois contemporaneamente encontramos na literatura modelos teóricos explicativos dos crimes que abordam aspectos distintos (CERQUEIRA e LOBÃO, 2003). Entretanto, o mais relevante é compreendermos os diversos elementos que fazem parte do contexto do crime, de forma que nos seja possível analisar as circunstâncias violentas e diagnosticar de forma eficaz violências específicas que ocorrem em nossa sociedade. Partindo desta perspectiva, poderíamos, em última instância, desenvolver intervenções que levassem à prevenção da criminalidade violenta nos contextos dos quais fazemos parte. Este é o nosso propósito.

Na presente pesquisa serão utilizados os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Espírito Santo (SESP), que disponibiliza um programa específico, em plataforma *web*,³ de consulta de crimes contra a vida, conforme detalhamos na seção Método deste trabalho. Embora reconheçamos que não exista uma base ideal (KILSZTAJN, 2006), fizemos tal escolha baseados no estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2013), que, de forma pioneira, comparou a qualidade dos dados fornecidos pelos estados brasileiros no que se refere aos homicídios dolosos consumados. Tal pesquisa avalia a qualidade dos dados fornecidos, classificando os Estados em quatro diferentes grupos: no Grupo 1, em que está

³ As informações apresentadas são destinadas à orientação a respeito da ocorrência de crimes de homicídio doloso consumado no Estado do Espírito Santo. Os dados estão sujeitos a alterações decorrentes das investigações criminais. Não são computados os óbitos provenientes dos crimes de trânsito. Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da SESP. Disponível em <<http://pc4seg.sisp.es.gov.br/homicidio-war/xhtml/estatisticaHomicidios.jsf>>. Acesso em 29/09/2014.

inserido o Estado do Espírito Santo, estão os que apresentam dados de alta qualidade, pois possuem metodologia clara e auditada na coleta destes e, ainda, alimentam adequadamente o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) do Ministério da Justiça (MJ). Nos demais grupos estão as Unidades Federativas cuja qualidade da coleta é inferior ou então as que não alimentam o SINESPJC acerca dos dados que coletam.

Além dos dados fornecidos pela SESP, em âmbito nacional utilizaremos os dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Desde que o SIM passou a ser implementado, a partir do ano de 1979 pelo Ministério da Saúde (MS), sua base de dados serve como fonte para a elaboração dos mais respeitáveis estudos em âmbito nacional na temática de mortes violentas, tais como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo FBSP entre os anos 2007 e 2014, e o Mapa da Violência, organizado por Waiselfisz, entre 1998 e 2014. Nesse banco de dados é possível encontrar, entre outros aspectos, os dados referentes às vítimas de homicídios, tais como idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência, sendo que o registro do óbito é feito no lugar do falecimento, isto é, onde ocorreu a morte, não necessariamente o crime.

Ainda segundo Waiselfisz (2013), nesse fato reside uma das limitações metodológicas da base do SIM para estudos relacionados aos diagnósticos em segurança pública. Isso porque não é o local do crime, e sim o local da morte a informação registrada, o que, naturalmente, pode gerar uma desconexão nos casos em que os homicídios não se consumem no mesmo local do delito, mas se efetivem em locais diversos, como em hospitais, por exemplo. Outra limitação do SIM é o sub-registro, para o qual podemos mencionar os casos de sepultamentos ilegais, portanto não alcançados e registrados por esse sistema. Também preocupa a qualidade dos dados relativos às pessoas que sofrem com mortes sem assistência médica, o que pode impedir a correta indicação das causas para esses óbitos. Tais apontamentos não desmerecem a relevância do sistema, apenas indicam a conveniência de seu constante aprimoramento.

Para Kilsztajn (2006), em estudo realizado na cidade de São Paulo, as diferenças encontradas entre os registros de homicídio realizados por diversas fontes de dados ocorrem, parcialmente, devido a questões metodológicas. Entretanto, tais divergências, embora esperadas, não são usualmente apresentadas nos estudos.

Ainda a respeito da qualidade que os dados de segurança pública possam ter, e de seus possíveis desdobramentos, Durante e Zavataro (2007) afirmam que não é possível dissociar o incremento das informações de análise criminal, que aqui serão abordadas, da evolução das ferramentas tecnológicas de gestão. Em outras palavras, a evolução na coleta e registro dos dados permite que o Estado também evolua em seus processos decisórios.

Na mesma direção FBSP (2013) aponta, no que se refere aos municípios, a necessidade de um entendimento mais específico no que se refere às políticas públicas de segurança para que se adequem aos contextos e comunidades mais violentos. Com isso, o que se almejam são análises que integrem os diversos atores das violências com vistas a diagnósticos participativos e pautados pela integração entre o poder público e a comunidade. Por isto, a prioridade precisa ser dada aos trabalhos com foco nos municípios, quando o assunto é segurança pública, tendo em vista a responsabilização do Poder Público Municipal. Assim,

dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), produzida, periodicamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazidos à baila no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013, retratam uma tendência verificada, empiricamente, desde meados da década de noventa do século XX, qual seja, a assunção de novas responsabilidades por parte dos municípios na área da segurança pública (FBSP, 2013, p. 104).

A este respeito, o FBSP (2013) ainda afirma que há uma expansão gradativa nos últimos anos da parcela de cidades com esforços específicos empregados na área da segurança pública, como o advento das Guardas Municipais. Portanto, podemos verificar o processo político-institucional de fortalecimento dos municípios na segurança pública, conforme o entendimento do autor. Destacamos, segundo essa compreensão, a crescente importância de se

executarem diagnósticos verossímeis dos problemas relacionados à criminalidade nas cidades, para que a Administração Pública possa desenvolver políticas públicas de segurança mais próximas da realidade do cidadão.

Existe, neste sentido, conforme os dados que apresentamos acerca dos homicídios e o entendimento de Soares (2007), um conhecimento consolidado sobre a dinâmica desse tipo de crime em nível federal e estadual, entretanto há uma lacuna quando tentamos compreender os aspectos da criminalidade nas cidades, especificamente. A este respeito, encontramos um estudo que identificou as peculiaridades das mortes violentas na capital capixaba, Vitória/ES, pois os autores (BASTOS et al, 2009, p. 131) afirmam que a partir desta pesquisa foi possível

a reorientação de políticas públicas, como a “Vitória da Paz”, que possui ações preventivas [...] em escolas na região de São Pedro e realocação do policiamento na cidade. Estas ações constituem avanços que necessitam de aprimoramento contínuo, uma vez que a violência não é um fenômeno isolado, com raízes sociais que se modificam e se adaptam de acordo com o aparelhamento do Estado.

Assim, novas responsabilidades por parte dos municípios, que estejam além das políticas estritas de segurança pública, devem se adequar às realidades locais e aos anseios da população. Seria de fato a ampliação do conceito de políticas de segurança pública para políticas públicas de segurança (OLIVEIRA, 2002). “Políticas de segurança pública” é expressão referente às atividades tipicamente policiais, é a atuação policial *stricto sensu*. “Políticas públicas de segurança” já englobam as diversas ações, governamentais ou não, que sofrem ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência, mesmo que de forma indireta, tais como o acesso a serviços de saneamento, saúde, educação e urbanização. Soares (2007, p. 91) complementa que ações de cunho meramente policial não podem substituir uma Política Pública de Segurança, tendo em vista, entre outras, explicações de ordem histórica e política, conforme citamos em seguida:

Sobretudo em uma situação como a brasileira, marcada por fragmentação institucional e pela incompatibilidade entre o modelo herdado da ditadura e os desafios crescentes de uma sociedade que se complexifica e transnacionaliza, em contexto democrático, mas profundamente desigual.

Talvez na incompreensão desses conceitos, referentes às políticas de segurança pública, resida o fato de não existirem “muitas experiências exitosas de Políticas Públicas de Redução de Homicídios no Brasil nos últimos 20 anos” e “poucas são aquelas que tiveram continuidade” (RATTON; GALVÃO; FERNANDEZ, 2014, p. 11). De fato, de acordo com Saporì (2007), a temática das políticas públicas de segurança tem sido frequentemente negligenciada pelos chefes dos executivos, municipal, estadual e federal, que em alguns momentos se esquivam do assunto e em outros o abordam de modo simplista, como um problema apenas de polícia. Na prática, temos o desafio da quebra de paradigma do modelo reativo policial com vistas ao envolvimento de todos os que fazem parte das comunidades, governamentais e civis.

Para Bayley (2001), a polícia pode ser contemporaneamente compreendida, em resumo, como uma força altamente profissional, bem capacitada e disciplinada, que desenvolve ações reativas de patrulhamento como contraponto às proativas. Aliás, a inovação, principalmente na base hierárquica das agências, é pouco admitida. Tal modelo prioriza o rápido atendimento às chamadas telefônicas de emergência, caracterizando, por este prisma, uma atuação policial repressiva e pós-crime. Em outras palavras, é privilegiada a reação a uma quebra da ordem social estabelecida em detrimento das estratégias preventivas e proativas de controle e prevenção da desordem e da criminalidade. Destacamos que estas últimas não podem ser confundidas com ações de cunho exclusivamente policial, uma vez que envolvem todos da comunidade.

A este respeito, segundo Oliveira (2002), a dicotomia existente entre as políticas de prevenção e de repressão ao crime ainda é um ponto a ser debatido, não podendo ser compreendido apenas por crenças que tentam, ineficazmente, esgotar a compreensão científica do problema. A modernização dessa discussão no setor público envolve necessariamente, de acordo com Durante e Zavataro (2007), o conceito de *accountability*,⁴ em que a relação entre cidadãos

⁴ Segundo Zaverucha (2008), a melhora na eficiência e na eficácia para prevenção e repressão ao crime passa necessariamente pelo fortalecimento do método democrático de policiamento,

e governo passa a ser compreendida como parceria, deixando para trás o caráter de dependência. Neste sentido, a participação do cidadão vai além do telefonema à central de emergência para noticiar um crime, pois evolui para a compreensão de sua participação nas decisões correlatas à segurança pública. Assim, por meio de ações que possam contribuir também para a prevenção dos delitos, os gestores têm acesso a informações necessárias à construção de políticas públicas de segurança que se relacionem aos anseios de sua comunidade. As agências policiais e outros órgãos governamentais e civis estabelecem, nessa medida, um pacto decisório e integrado no que se refere ao pleno atendimento das demandas geradas, de forma proativa, inclusive na prestação de contas à sociedade.

Importante então é reconhecer que “as organizações policiais não passaram à margem da pressão em prol de maiores eficácia, eficiência e efetividade de suas ações” (Durante e Zavataro, 2007, p.80). É possível conceber que os avanços na gestão pública podem oportunizar a modernização das práticas gerenciais nas instituições policiais. Nesse contexto, Levitt et al (2007) alertam para a atraente ideia de que uma polícia mais inteligente poderia inibir o crime, oferecendo, quem sabe, uma série de reais heróis. Essa ideia parece ter sido eficaz em Nova Iorque, por exemplo, na década de 1990, em que o então Prefeito, Rudolph Giuliani, e seu secretário de Segurança, William Bratton, firmaram compromisso no sentido de solucionar a situação da criminalidade na Cidade naquela ocasião. Nessa medida, o Secretário

abordou o policiamento de uma forma inovadora. Abriu para o Departamento de Polícia de Nova York o que um de seus membros chamou mais tarde de “nosso período ateniense”, no qual atribuía-se mais peso a ideias novas do que às práticas cristalizadas. Em lugar de passar a mão na cabeça dos seus delegados de polícia, Bratton exigia satisfações; em vez de confiar unicamente no conhecimento ultrapassado dos policiais, introduziu novas soluções tecnológicas, como o *CompStat*⁵, um método computadorizado de lidar com os focos locais da criminalidade (LEVITT ET AL, 2007, p.139-140).

ou seja, pela sua responsabilização (*accountability*). Responsabilização que contempla, inclusive, respeito aos direitos humanos para e nas polícias.

⁵ Segundo Estados Unidos (2013), *CompStat* é um sistema de gestão de desempenho utilizado para reduzir a criminalidade e alcançar os objetivos dos departamentos de polícia. Na análise de Weisburd (2003), o *CompStat* pode ser interpretado mais como um esforço para manter e reforçar a gestão da organização policial, através de mecanismos de controle informatizados.

Entretanto, devemos ser cautelosos quanto às práticas ditas inovadoras, pois além do exposto, as mudanças ocorridas na Cidade de Nova Iorque na década de 1990 contêm diversas explicações para a queda da criminalidade. A este respeito citamos além das estratégias policiais, práticas que se originaram da Teoria das Janelas Quebradas (WILSON e KELLING, 1982). Essa doutrina defende que os pequenos problemas quando não solucionados acabam se potencializando. Dito de outra forma, se alguém quebra uma janela e vê que a mesma não é logo consertada, a mensagem é a de que as demais janelas também poderiam ser quebradas ou quem sabe o prédio todo incendiado, conforme o entendimento de Levitt et al (2007). No mesmo sentido, Varella (2009) aponta que a ausência de saneamento básico e a deterioração do espaço urbano seriam fatores que fomentam ainda mais a desordem, na medida em que podem induzir o vandalismo e outros delitos.

Mas, o que queremos enfatizar, com os exemplos mencionados, é que avanços na gestão das agências policiais parecem ocorrer como resultado da melhoria da gestão pública, de forma geral, uma vez que a capacitação de recursos humanos pode aproximar os gestores de ferramentas que até então lhes eram desconhecidas, posto serem utilizadas, sobretudo, na iniciativa privada (DURANTE E ZAVATARO, 2007). As justificativas que encontramos para tal situação é o fato de os conceitos referentes à eficiência e eficácia, por estarem vinculados ao processo de lucro dos processos, terem início mais cedo na administração privada. Durante e Zavataro (2007) afirmam que no Brasil, no que se refere ao setor privado, somente nos anos de 1980 é que a valorização da qualidade no ambiente da gestão passa a ter como principal resultado o direcionamento da produção para os anseios e a satisfação dos consumidores.

Dessa forma, com o intuito de discutir um avanço relevante nas práticas de segurança pública, que podem contribuir para um eficaz diagnóstico para o campo da violência, e, conseqüentemente, para seu controle e prevenção, trazemos à tona um método já empregado nos EUA e que contém uma série histórica desde os anos 1960 (NOVA IORQUE, 2013a). Estamos nos referindo ao *Murder in New York City* (NOVA IORQUE, 2013b), relatório publicado anualmente que traz uma análise criminal de todos os homicídios ocorridos na

Cidade de Nova Iorque. A metodologia de diagnóstico adotada pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque (NOVA IORQUE, 2012) faz uso de uma ferramenta de gerenciamento de processos⁶ denominada 5W2H, acrônimo de (*What, When, Where, Why, Who, How e HowMuch*). Para compreendermos esta ferramenta, Paris (2005) nos informa que no

[...] tratado sobre oratória, escrito por Marcus Fabius Quintilianus entre os anos 30 e 100 D.C. observava-se que para se obter a compreensão do público sobre qualquer tema era necessário a utilização do hexágono de perguntas / respostas: O que, Quem, Quando, Onde, Por que e Como. Acrescentando-se o item HowMuch, Quanto Custa, passamos a falar de 5W2H, que é uma excelente ferramenta para resolução de problemas, esclarecimento da real situação do caso, além de proporcionar informações consistentes para auxílio à tomada de decisões (Paris, 2005, p. 18).

Assim, sobre o instrumento 5W2H, Behr; Moro; Estabel (2008) explicam-no como uma forma de estruturação metodológica do pensamento que organiza as informações antes de buscarmos uma solução propriamente dita para um determinado problema. Os 5W da nomenclatura indicam as palavras de origem inglesa *What, When, Why, Wheree Who*, e os 2H se referem às palavras *Howe HowMuch*.⁷ Ao nos depararmos com um problema, as respostas às perguntas relativas a cada uma dessas palavras ajudariam nossa compreensão do fenômeno. Assim, por meio da organização dos dados colhidos mediante um processo de identificação do problema teríamos a finalidade de compreender seu desencadeamento. Tal metodologia permite ser aplicada, por exemplo, na identificação das nuances da dinâmica criminal, mais objetivamente no que se refere a determinados tipos de crimes, como é o caso dos homicídios. É importante também destacar que a ferramenta 5W2H pode e é aplicada a contextos diversos daquele que a Polícia de Nova Iorque utiliza. Guardadas as peculiaridades regionais, é possível aplicá-la em praticamente qualquer cidade e não apenas para os crimes de homicídio. A partir deste pressuposto, pretendemos realizar uma adaptação da metodologia usada pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque (NOVA IORQUE, 2013b) para a Cidade de Vila Velha-ES.

⁶ Segundo Kerzner (2006), tais ferramentas, cada vez mais informatizadas, utilizam metodologias que permitem aos gestores dos projetos condições técnicas adequadas ao melhor planejamento, por meio da otimização dos recursos disponíveis, com vistas aos limites de prazo e orçamento, além de levar em conta a expectativa dos clientes.

⁷ Tradução para a língua portuguesa: O que?; Quando?; Por quê?; Onde?; Quem?; Como?; Quanto?, respectivamente.

Para este fim, no que se refere aos dados estatísticos que precisaremos para a análise desta pesquisa, buscaremos informações da SESP, que nos fornecerá os dados relativos aos crimes de homicídio (referência espacial e temporal do fato criminoso, além da forma como a agressão ocorreu) e às vítimas (identificação e outras características). E, a partir de banco de dados também fornecido pela SESP que cataloga as matérias relativas à violência publicadas nos maiores veículos impressos capixabas, também utilizaremos textos jornalísticos da mídia local (A Tribuna), para o mesmo período de tempo considerado nos dados fornecidos pela SESP, conforme discutiremos mais detalhadamente no capítulo do *Método*, como forma de obter informações referentes à motivação dos agressores para o crime.

Esclarecemos, por fim, que a proposta deste trabalho foi caracterizar os crimes de homicídios dolosos, propriamente ditos, assim como as vítimas do delito e a motivação dos agressores, tendo em vista a relevância das pesquisas (Gontijo, Alves, Paiva, Guerra & Kappel, 2010) que priorizam ambas as partes (vítimas e agressores) para o entendimento deste crime em cenários tão violentos como pode se caracterizar o Brasil. Como parâmetro de comparação, com base no Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada, observa-se que o número absoluto de mortes diretas em um total de 62 conflitos armados no mundo, entre 2004 e 2007 é bem próximo aos dos homicídios em território brasileiro no mesmo período, 208.349 e 206.005, respectivamente (WAISELFISZ, 2013).

Esperamos que este estudo possa colaborar para políticas públicas de segurança com vistas ao controle dos homicídios no município de Vila Velha-ES. Para exemplificarmos como a etapa de identificação de um problema é importante, na prática de implantações de tais políticas, no Estado de Pernambuco (etapa de diagnóstico do Pacto Pela Vida, programa de políticas públicas de segurança local) foram identificados obstáculos no ciclo de Justiça Criminal que favoreciam o descrédito do Sistema. Foi aferida, neste caso, a necessidade de melhor integrar as agências do Sistema de Justiça Criminal, ou seja, “as Polícias, o Poder Judiciário e o Ministério Público deveriam se

comunicar melhor e de modo regular” (RATTON; GALVÃO; FERNANDEZ, 2014, p. 14).

Pretendemos, portanto, compreender os homicídios dolosos consumados na Cidade de Vila Velha-ES, de forma que seja possível oferecer subsídios suficientes à implementação de políticas eficazes de controle e prevenção dos crimes letais intencionais, particularmente os homicídios, no Município. Vejamos, em seguida, os objetivos traçados e o método para alcançar os dados para este estudo.

3. OBJETIVOS

Objetivamos, em linhas gerais, analisar a dinâmica criminal e psicossocial dos crimes de homicídios consumados no Município de Vila Velha-ES, nos anos de 2013 e 2014, a fim de oferecer um diagnóstico que possa servir de subsídio na implementação de políticas públicas para a área de segurança pública.

De forma mais específica, realizaremos as três análises que seguem:

- 1) Análise criminal e psicossocial do crime de homicídio propriamente dito (*What, When, Where e How*);
- 2) Análise criminal e psicossocial das vítimas do crime de homicídio (*Who*);
- 3) Análise criminal e psicossocial da motivação do agressor para o crime de homicídio (*Why*).

Importante frisar, ainda, que a primeira indagação (*What*) já é a própria existência do problema, o homicídio consumado de determinada pessoa, visto que buscamos através desta pesquisa caracterizar os homicídios encontrados no período de tempo estudado. Além disso, uma das perguntas do 5W2H, *How Much*, simplesmente não se aplica, pois não atribuiremos um valor material à vida. Trabalharemos, portanto, assim como em Nova York (2013b), com 4W (*When, Where, Who e Why*) e 1H (*How*).

Vejamos, no tópico seguinte, o método por meio do qual realizaremos esta pesquisa.

4. MÉTODO

No que se refere ao tipo de pesquisa que iremos efetivar, quanto aos objetivos (Gonsalves, 2003), podemos caracterizá-la como pesquisa exploratória e descritiva, pois pretendemos tornar o problema mais claro e descrever características específicas do fenômeno estudado. Já no que diz respeito aos procedimentos de coleta de dados (Gil, 2002), este estudo é bibliográfico e documental. Será possível, então, utilizar publicações periódicas, livros e anuários, por exemplo, além de fazer uso de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, tais como os dados fornecidos pela SESP e as notícias alcançadas pelo jornal A Tribuna que, juntos, nos possibilitarão as análises criminal e psicossocial dos homicídios.

Apesar dos elevados índices de crimes contra a vida, no Brasil as taxas de esclarecimento dos agressores são consideradas muito baixas (RIBEIRO, 2010). Nesse estudo, realizado no Estado de São Paulo, do total de homicídios registrados pela Polícia Civil, apenas 22% resultaram em processos, 14% alcançaram a fase de sentença e 8% obtiveram uma condenação dos autores.

Entre esses dados, é importante destacar que a referida pesquisa corrobora para o entendimento de que a justiça penal é mais eficaz contra réus jovens, pobres e negros (RIBEIRO, 2010, p. 186). Ou seja, uma vez que a taxa de resolutividade e, portanto, de identificação dos homicidas em nosso País é extremamente precária, o trabalho de identificação dos agressores fica demasiadamente empobrecido, o que ocasiona a subnotificação ou, em outras palavras, a não identificação da grande maioria dos autores de crimes de homicídios no país. Nesse fato embasamos a escolha pela análise do discurso representativo presente na imprensa, a fim de nos auxiliar na consecução dos objetivos da pesquisa.

O jornal foi escolhido com base nos dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). No Espírito Santo, entre os veículos impressos de maior circulação estão os Jornais A Tribuna, A Gazeta e Notícia Agora, que

também são os únicos a terem as suas publicações auditadas pelo referido instituto⁸, sendo que A Tribuna é o único que fornecia à época do Projeto de Pesquisa (2013) o acesso livre e pela internet ao histórico de todas as suas edições. Sempre que disponíveis foram analisadas as publicações que contenham conteúdo publicado sobre o crime analisado. No caso de não haver publicação sobre um determinado crime analisado, a caracterização da motivação do crime (*Why?*) ficará prejudicada e sua resposta no que se refere à motivação será Não identificada (*Unknown*). Nas situações em que as narrativas das reportagens não mostrarem elementos suficientes acerca da motivação classificaremos também como causa Não identificada.

Portanto, a partir dos dados fornecidos pela SESP, caracterizamos o crime de homicídio (Quando? Onde? Como?) e a vítima (Quem?) e, a partir de então, realizamos a análise no que tange à motivação (Por quê?), por meio dos jornais referidos. As análises que nos interessam, neste último caso, provenientes da mídia impressa, dizem respeito, então, às representações veiculadas pelos meios de comunicação sobre o delito investigado.

Quanto ao tratamento dos dados, de acordo com Gonsalves (2003), priorizamos análises quanti e qualitativas. No caso da análise criminal, tentamos mensurar a partir das variáveis preestabelecidas, a verificação e possíveis influências sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e correlações estatísticas. Tais variáveis foram alimentadas pelas respostas (*When, Where, Who e How*).

Respectivamente, na identificação temporal (*When?*) a preocupação com o dia e a hora em que ocorreu o fato esteve presente e ainda se incluiu o dia da semana a fim de identificarmos padrões de ocorrência dos homicídios estudados. No que se refere ao aspecto geográfico (*Where?*), adaptamos às Regiões Administrativas da Prefeitura Municipal de Vila Velha, assim como Nova Iorque adaptou às suas respectivas Sub-regiões. Quanto à vítima

⁸O IVC é uma entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo certificar as métricas de desempenho de veículos impressos e digitais. No estado do ES os jornais auditados são: A Gazeta, A Tribuna e Notícia Agora. Disponível em <<http://www.ivcbrasil.org.br/aPublicacoesAuditadasJornal.asp>>. Acesso em 29/09/2014.

(*Who?*), foram respondidos aspectos relacionados à sua identificação e o estudo manterá a metodologia nova-iorquina, com a ressalva de que abordaremos no aspecto referente à raça o mesmo adotado pelo IBGE: negros, pardos ou brancos (em Nova Iorque foram utilizados os asiáticos, negros, hispânicos ou brancos), além da idade, do sexo e dos antecedentes criminais. No que se refere a estes dados estatísticos, buscaremos informações da SESP, embora estes dados também possam ser complementados pelas análises das reportagens jornalísticas, em que as informações, principalmente, acerca do agressor poderão ser mencionadas, o que verificaremos pelo estudo em questão.

O levantamento dos dados passará primeiramente pelo acesso ao Programa de Cadastro e Consulta de Crimes Contra a Vida da Segurança Pública (PC4SEG)⁹, da SESP. Trata-se de uma plataforma *web* em que é possível produzir tabelas de dados em que as informações apresentadas são destinadas à orientação sobre a ocorrência de crimes de homicídio doloso consumados no Estado do Espírito Santo. Quanto aos dados provenientes dos jornais mencionados, serão buscadas as datas das ocorrências de homicídios a partir dos dados da SESP, a fim de identificar matérias jornalísticas correlatas aos crimes, que serão extraídas da catalogação desenvolvida pelo arquivo eletrônico da Rede Tribuna¹⁰.

Gonsalves (2003) aponta ainda, no que se refere aos sujeitos da pesquisa, que devemos explicitar a população-alvo, ou seja, qual o universo populacional que escolhemos para investigar o fenômeno que pretendemos conhecer. Nesse caso, esclarecemos que serão estudados todos os crimes de homicídios consumados no ano de 2013 e 2014, e, neste sentido, nossa intenção será a de compreender o delito propriamente dito, as vítimas destes crimes, os possíveis percursos que as levaram à morte e a motivação que os agressores tiveram para matá-las. Ainda discorrendo sobre o método, o espaço da

⁹ Disponível em <https://pc4seg.sisp.es.gov.br/homicidio-war/admin/home.jsf>. Acesso restrito a usuários cadastrados. No caso, tivemos acesso após solicitado à Seção de Inteligência da Polícia Militar do Espírito Santo, justificado pela função de Oficial da PMES atuante na Cidade de Vila Velha.

¹⁰ Disponível em <http://pdf.redetribuna.com.br/>

pesquisa será delimitado pela restrição geográfica da Cidade de Vila Velha-ES, pois o intuito é, segundo o autor, reconhecer os elementos estruturantes que possam conferir uma identidade ao local, favorecendo uma melhor compreensão do fenômeno.

No que se refere aos instrumentos usados para este estudo, de acordo com a ferramenta que iremos adaptar para o contexto de Vila Velha-ES, conforme já mencionamos, o Quadro 01, a seguir, organiza o método nova-iorquino. Fizemos a tradução literal dos aspectos abordados. A adaptação do instrumento ao contexto de estudo desta pesquisa é necessária visto que cada contexto tem suas particularidades na dinâmica criminal, de acordo com as discussões apresentadas no tópico da *Introdução*.

Quadro 01 – Modelo 5W2H aplicado ao diagnóstico de homicídios

	Vítimas	Suspeitos de autoria
Por quê? <i>(Why?)</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Disputa / Vingança b) Drogas c) Violência Doméstica d) Roubo e) <i>Gangs</i> f) Não identificada g) Outras 	
Quando? <i>(When?)</i>	Hora do dia	
Onde? <i>(Where?)</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Brooklyn b) Bronx c) Queens d) Manhattan e) Staten Island 	
Como? <i>(How?)</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Armas de fogo b) Objetos pérfuro-cortantes c) Objetos contundentes d) Força física e) Outros 	
Quem? <i>(Who?)</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Raça: Asiáticos, Negros, Hispânicos ou Brancos. b) Idade c) Sexo d) Antecedentes criminais 	<ul style="list-style-type: none"> a) Raça: Asiáticos, Negros, Hispânicos ou Brancos. b) Idade c) Sexo d) Antecedentes criminais

Fonte: Nova Iorque, 2013b, p. 03 (Tradução do autor).

Dentre as adaptações que iremos realizar, apresentamos, então, alguns apontamentos. No que se refere à motivação (*Why?* - Por quê?), são apresentadas sete categorias: (a) Disputa / Vingança, b) Drogas, c) Violência Doméstica, d) Roubo, e) *Gangs* f) Não identificada g) Outras. Nova Iorque, assim como muitas cidades americanas, tem sua violência eventualmente relacionada à disputa de *Gangs*, realidade esta não percebida de acordo com as observações técnicas que tivemos até o momento, como policial que atua diretamente com a temática, na Cidade de Vila Velha-ES. Na realidade que pretendemos pesquisar, as disputas parecem ocorrer entre jovens de uma mesma comunidade e por territórios de venda de drogas, e não pelo pertencimento a uma ou outra facção ou grupo. Contudo, este é um fator que pretendemos comprovar em nossa pesquisa.

No que se refere à localização temporal (*When?* - Quando?), serão respondidos o dia e a hora em que ocorreu o fato, de acordo com a metodologia original, e ainda se incluirá o dia da semana. No aspecto de georreferenciamento (*Where?* - Onde?), por sua vez, adaptaremos às Regiões Administrativas da Prefeitura Municipal de Vila Velha (I à V), conforme mencionado na *Introdução* deste trabalho. Ainda realizaremos análise do instrumento usado para o crime (*How?* - Como?), em que manteremos as categorias definidas no Quadro 01: armas de fogo, objetos pérfuro-cortantes, objetos contundentes, força física e outros. Nos aspectos relacionados à identificação da vítima (*Who?* - Quem?) será mantida a metodologia nova-iorquina, com a ressalva de que abordaremos, no aspecto referente à raça, os negros, pardos ou brancos – conforme metodologia do IBGE - e também a idade, o sexo e os antecedentes criminais, como já mencionados.

Tais informações nos permitiram, portanto, relacionar o conteúdo dos dados estatísticos fornecidos pela SESP às notícias veiculadas, permitindo a análise criminal e psicossocial dos homicídios estudados. Portanto a análise que iremos proceder ocorre a partir dos dados coletados pelas informações da SESP e das publicações jornalísticas a partir dos casos de homicídios notificados, e do levantamento de dados por meio de uma notícia do crime nas mídias capixabas.

Ressaltamos, por fim, que não identificamos nominalmente as vítimas, como forma de atender aos critérios éticos em pesquisa (BRASIL, 2012). Menção nominal às vítimas podem estar contidas nas reportagens, já tornadas públicas com a veiculação jornalística. Respondemos também às demais questões (*Por quê?*, *Quando?*, *Onde?*, *Como?* e *Quem?*), de forma a ilustrar as análises, caso a caso, que pretendemos desenvolver.

5. VILA VELHA: PERFIL SOCIOECONÔMICO

5.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Compreender aspectos relativos à cidade alvo de nossa pesquisa é fundamental. Vila Velha é a mais antiga e segunda mais populosa cidade do Estado do Espírito Santo, cuja fundação remonta à chegada dos portugueses em 1535. A cidade é limítrofe da capital, o Município de Vitória, e integra a Região Metropolitana da Grande-Vitória (RMGV). Sua área de extensão é de 210,067 km², onde vive uma população, estimada em 2014, em torno de 465.690 habitantes, o que lhe conferiu uma densidade demográfica de 1.973,59 hab/km² (IBGE, 2015). Seu perfil econômico engloba o setor de confecções, a indústria alimentícia, o turismo, o comércio exterior, os terminais portuários, entre outros. Vila Velha dispõe de diversos monumentos históricos, e tem como ícone o Convento da Penha, reconhecido como um símbolo não apenas da cidade, mas de todo o estado do ES (FARIA, 2010).

Podemos acompanhar pelo Gráfico 1, logo abaixo, o crescimento populacional da Cidade a partir de estimativa ajustada entre os anos de 1992 e 2014.

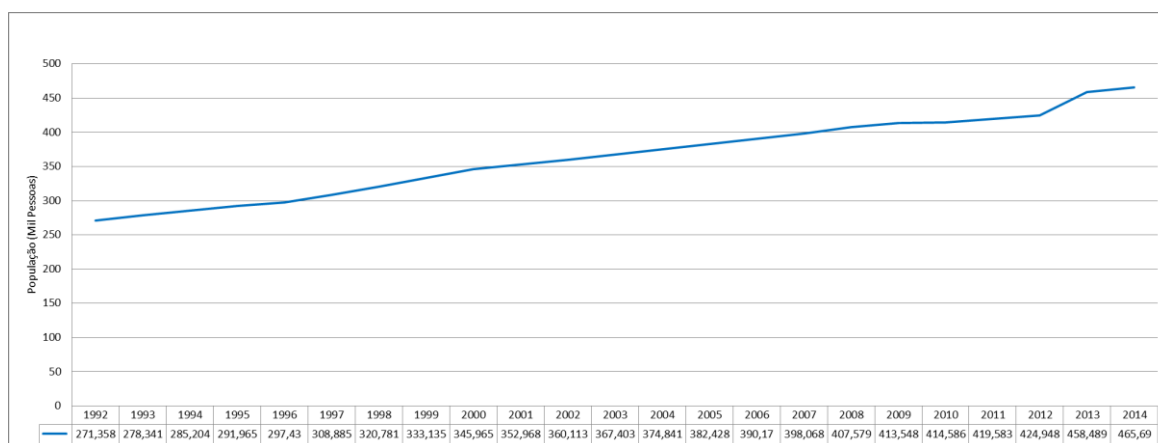


Gráfico 1 - População em cada Ano (1992 até 2014) por Município (Vila Velha)

Fonte: IJSN, 2015 e IBGE, 2015b.

Podemos observar um crescimento populacional na ordem de 71,61% nesses últimos 23 anos. No mesmo período o ES cresceu 47,31% e o Brasil 36,37%,

ou seja, a cidade de Vila Velha cresceu praticamente o dobro, em níveis populacionais, do país, com crescimento 96,89% superior se comparado com todo o Brasil (IBGE, 2015).

Em sua Nota Técnica 29 o IJSN publicou os “Indicadores Socioeconômicos dos Bairros dos Municípios do Estado do Espírito Santo – Censo Demográfico 2010” (IJSN, 2012). O estudo aborda 12 municípios, que tiveram suas leis de bairros aprovadas até agosto de 2010: Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Ecoporanga, Iúna, Linhares, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. O trabalho analisa as distribuições populacionais e as características dos habitantes nos bairros desses respectivos municípios, e serviu de base para o trabalho da Prefeitura Municipal em 2013, quando foi produzida por meio de sua Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão a publicação “Perfil Socioeconômico por Bairros” (VILA VELHA, 2013). O documento organiza indicadores dos bairros do Município proporcionando acesso às informações com o objetivo de subsidiar a análise, construção, implantação e avaliação de políticas públicas. As informações também foram coletadas pelo IBGE, no Censo de 2010, e foram aliadas aos dados das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Os indicadores selecionados abordam fatores relativos à População Total, Taxa de Mortalidade, Domicílios, Serviços Públicos, Taxa de Alfabetização e Renda. Segundo a publicação, a metodologia adotada em relação aos conceitos de indicadores foi a mesma utilizada pelo IBGE em 2010.

No que se refere aos aspectos populacionais de gênero e faixa etária os bairros de Vila Velha se apresentam conforme apresentamos a seguir a Tabela 1:

Tabela 1- População total e distribuição populacional por gênero e faixa etária nos bairros do município de Vila Velha, 2010

Bairros	População Total	População por gênero		População por faixa etária			
		Homens	Mulheres	0 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
VilaVelha	414.586	199.146	215.440	26424	60459	297840	29863
Alecrim	6.573	3.223	3.350	466	1.102	4.596	409
Alvorada	6.904	3.315	3.589	405	956	4.911	632
Araçás	5.351	2.586	2.765	268	586	4.054	443
Argolas	2.256	1.084	1.172	169	338	1.580	169
Aribini	10.222	4.891	5.331	592	1.475	7.344	811
Ataide	6.600	3.176	3.424	391	953	4.758	498
Balneário Ponta da Fruta	3.106	1.542	1.564	269	564	2.112	161
Barra do Jucu	4.125	1.960	2.165	246	584	2.976	319
Barramares	12.405	6.279	6.126	1.251	2.799	8.027	328
Boa Vista I	3.143	1.497	1.646	240	537	2.182	184
Boa Vista II	3.515	1.595	1.920	206	480	2.623	206
Brisamar	1.549	766	783	105	225	1.155	64
Cavaliari	1.585	751	834	99	206	1.141	139
Centro	7.880	3.600	4.280	326	790	5.550	1.214
Chácara do Conde	1.173	603	570	95	193	804	81
Cidade da Barra	2.085	1.014	1.071	199	376	1.422	88
Cobi de Baixo	2.478	1.208	1.270	196	430	1.682	170
Cobi de Cima	543	253	290	34	71	393	45
Cobilândia	8.003	3.849	4.154	508	1.249	5.615	631
Cocal	3.861	1.831	2.030	221	524	2.876	240
Coqueiral de Itaparica	13.696	6.239	7.457	655	1.358	10.679	1.004
Cristóvão Colombo	6.835	3.261	3.574	412	978	4.946	499
Darly Santos	589	276	313	44	105	423	17
Divino Espírito Santo	8.031	3.799	4.232	547	1.177	5.815	492
Dom João Batista	3.372	1.610	1.762	281	585	2.386	120
Garoto	3.895	1.879	2.016	224	557	2.820	294
Glória	7.900	4.321	3.579	346	839	6.015	700
Guaranhuns	2.633	1.262	1.371	166	350	1.946	171
Ibes	6.677	3.078	3.599	337	851	4.737	752
Iha da Conceição	2.822	1.395	1.427	191	500	1.967	164
Iha das Flores	5.889	2.857	3.032	356	925	4.188	420
Iha dos Ayres	3.691	1.760	1.931	244	567	2.584	296
Iha dos Bentos	3.428	1.624	1.804	205	411	2.581	231
Industrial	1.355	639	716	66	213	1.004	72
Interlagos	1.164	561	603	69	150	863	82
Itapuá	22.808	10.688	12.120	1.058	2.502	17.184	2.064
Jabaeaté	2.517	1.214	1.303	252	604	1.577	84
Jaburuna	5.836	2.816	3.020	467	954	4.013	402
Jardim Asteca	2.447	1.152	1.295	128	313	1.753	253
Jardim Colorado	3.937	1.865	2.072	202	520	2.842	373
Jardim do Vale	1.618	781	837	142	255	1.183	38
Jardim Guadalajara	1.995	965	1.030	107	307	1.401	180
Jardim Guaranhuns	2.269	1.088	1.181	174	419	1.587	89
Jardim Mariândia	7.822	3.750	4.072	483	1.211	5.517	611
João Goulart	2.367	1.144	1.223	231	585	1.477	74
Jockey de Itaparica	2.393	1.154	1.239	157	326	1.820	90
Morada da Barra	4.940	2.465	2.475	550	1.187	3.034	169
Morada do Sol	341	176	165	24	33	258	26
Morro da Lagoa	446	225	221	31	69	319	27
Normília da Cunha	1.355	652	703	122	306	885	42
Nossa Senhora da Penha	2.381	1.148	1.233	130	341	1.722	188
Nova América	1.687	815	872	103	199	1.209	176
Nova Itaparica	3.950	1.859	2.091	239	529	2.962	220
Nova Ponta da Fruta	1.196	612	584	67	188	854	87
Novo México	4.240	1.989	2.251	221	583	3.049	387
Olaría	1.596	718	878	61	154	1.148	233
Paul -	5.277	2.454	2.823	317	799	3.671	490
Pedra dos Búzios	962	479	483	63	174	658	67
Planalto	1.400	687	713	92	177	1.025	106
Ponta da Fruta	2.081	1.037	1.044	144	284	1.485	168
Pontal das Garças	585	307	278	57	106	403	19
Praia da Costa	31.083	14.474	16.609	1.349	3.265	23.241	3.228
Praia das Gaivotas	6.282	2.938	3.344	385	710	4.867	320
Praia de Itaparica	11.648	5.705	5.943	645	1.470	8.806	727
Praia dos Recife	766	388	378	73	143	524	26
Primeiro de Maio	5.598	2.807	2.791	450	1.122	3.872	154
Residencial Itaparica	1.554	743	811	114	228	1.143	69
Rio Marinho	11.377	5.446	5.931	788	1.730	8.014	845
Riviera da Barra	3.445	1.730	1.715	269	680	2.391	105
Sagrada Família	655	309	346	55	98	472	30
Santa Clara	875	411	464	74	143	624	34
Santa Inês	6.786	3.143	3.643	420	860	4.977	529
Santa Mônica	2.612	1.191	1.421	133	330	1.867	282
Santa Mônica Popular	5.020	2.375	2.645	332	649	3.670	369
Santa Paula I	536	264	272	36	86	379	35
Santa Paula II	2.153	1.037	1.116	184	410	1.479	80
Santa Rita	5.526	2.633	2.893	369	876	3.959	322
Santos Dumont	4.293	2.052	2.241	253	529	3.162	349
São Conrado	2.981	1.446	1.535	249	542	2.065	125
São Torquato	5.288	2.586	2.702	367	864	3.640	417
Soteco	8.189	3.945	4.244	468	1.166	5.928	627
Terra Vermelha	2.847	1.361	1.486	275	542	1.895	135
Ulisses Guimarães	7.271	3.512	3.759	666	1.458	4.892	255
Vale Encantado	10.047	4.944	5.103	832	1.558	7.208	449
Vila Batista	1.731	818	913	100	218	1.256	157
Vila Garrido	8.338	4.025	4.313	530	1.383	5.892	533
Vila Guaranhuns	1.176	582	594	86	202	839	49
Vila Nova	3.772	1.777	1.995	174	473	2.712	413
Vinte e Três de Maio	1.254	604	650	97	257	848	52
Vista da Penha	1.199	611	588	74	172	909	44
Zumbi dos Palmares	2.734	1.356	1.378	261	554	1.847	72

Fonte: IJSN (2012)

Assim, de acordo com a análise dos dados apresentados pelo IJSN (2012), constatamos que Vila Velha, além de ser a segunda cidade capixaba mais populosa, destaca-se por representar 11,8% da população total do Estado e também por possuir a segunda maior concentração populacional, sendo precedida somente pela Capital, Vitória. A área urbana do Município contém 135,97 Km², 65,1% de sua área total. O desenvolvimento urbano da Cidade concentrou-se na faixa litorânea próxima à Capital. Nessa área estão os bairros mais populosos do município, com destaque para a Praia da Costa (31.083 habitantes), Itapuã (22.808 habitantes) e Coqueiral de Itaparica (13.696 habitantes). Já os bairros menos populosos localizam-se ao sul da Cidade: Morada do Sol (341 habitantes), Morro da Lagoa (446 habitantes) e Santa Paula I (536 habitantes). No que se refere à densidade demográfica, os bairros Santa Clara, com 68.803,77 hab/Km², Vila Batista, com 60.904,53 hab/Km², e Vila Guaranhuns, com 38.734,78 hab/Km², possuem a maior concentração demográfica; enquanto que Riviera da Barra (623,04 hab/Km²), Darly Santos (345,01 hab/Km²) e Morro da Lagoa (178,86 hab/Km²) apresentam as menores concentrações populacionais.

Quanto à faixa etária, o Centro de Vila Velha e Olaria são os bairros com a pirâmide populacional mais envelhecida. No Centro, a participação de pessoas idosas (acima de 65 anos) é de 15,4%, sendo de 14,2% a de jovens (menores de 15 anos); em Olaria essa percentagem é de 14,6% de idosos e 13,5% de jovens. Os menores índices de envelhecimento¹¹ encontram-se respectivamente nos bairros Barramares e Zumbi dos Palmares, com 8,1% e 8,8% de pessoas acima de 65 anos para cada 100 pessoas menores de 15 anos. A participação da população idosa sobre o total da população é de 2,6% nesses dois bairros, sendo que na cidade apenas Jardim do Vale tem participação menor, 2,3%. Já quando analisada a participação de crianças de 0 a 4 anos de idade, estão entre as maiores do Município as taxas encontradas em Morada da Barra, com 11,1%, Jabaeté, com 10,0%, e Praia dos Recifes, com 9,5%. Olaria, Industrial e Praia da Costa possuem participação da

¹¹Segundo o MS (2010) índice de envelhecimento corresponde ao número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada grupo de 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

população de 0 a 4 anos de idade sobre o total da população de 3,8%, 4,9% e 4,3%, respectivamente. Também nesses bairros a população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) está entre as maiores do município, com 74,8% na Praia da Costa, 71,9% em Olaria e 74,1% no bairro Industrial (IJSN, 2012).

Tal distribuição populacional caracteriza uma forte pressão sobre a população potencialmente ativa economicamente nos bairros Morada da Barra, João Goulart, Jabaeté e Barramares, pois a população jovem (0 a 14 anos) exerce uma maior pressão sobre a população em idade potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade) do que a população com 65 anos ou mais de idade. Em contrapartida, os bairros Jockey de Itaparica, Praia das Gaivotas e Coqueiral de Itaparica apresentam os menores índices de dependência¹² do município. Vejamos, em seguida, o Gráfico 2, que confronta a pirâmide etária dos bairros Morada da Barra e Coqueiral de Itaparica.

¹²Segundo o IBGE (2015). Razão de Dependência é o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 ou mais anos de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

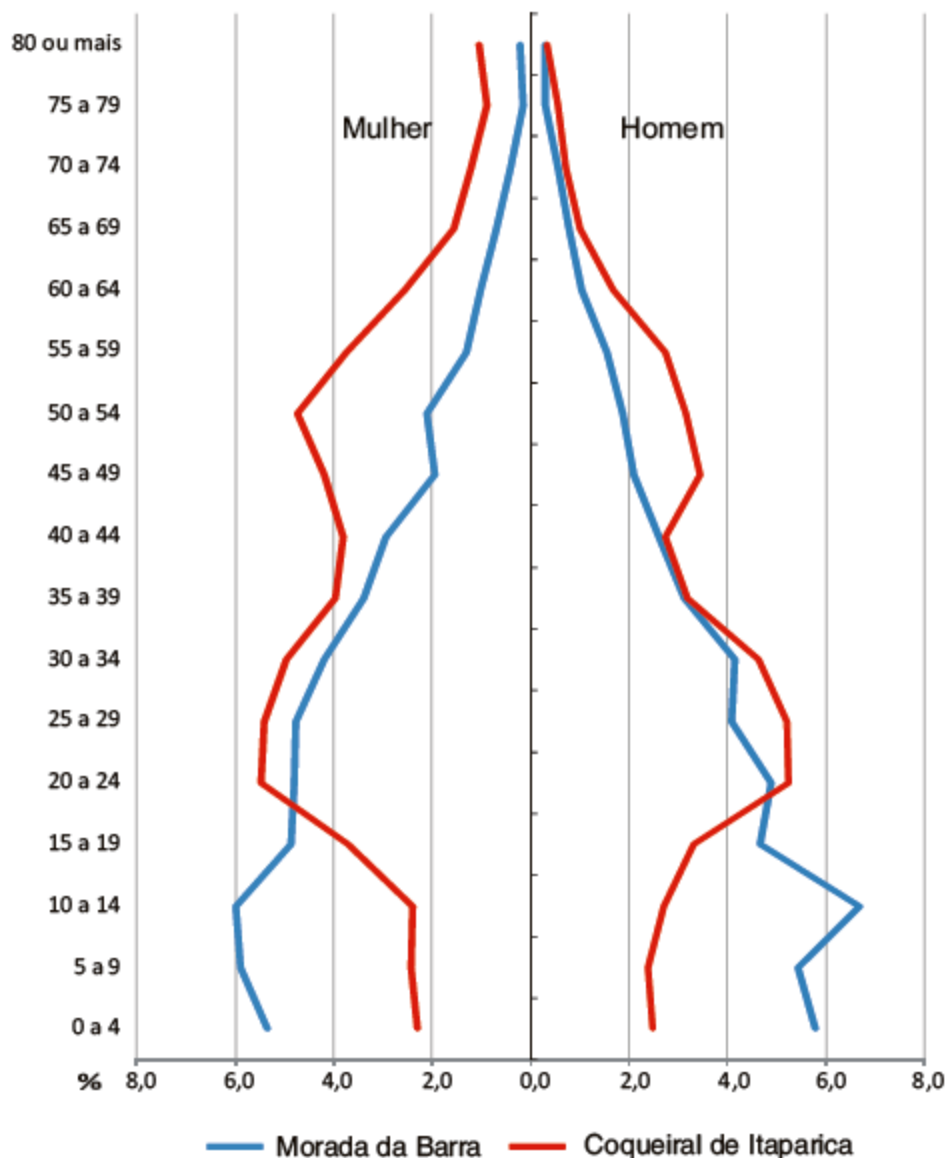


Gráfico 2 - Pirâmide etária dos bairros Morada da Barra e Coqueiral de Itaparica, 2010

Fonte: IJSN (2012. p. 55).

Podemos notar que o meio da pirâmide (população em idade ativa) possui uma parte mais larga no que se refere ao bairro Coqueiral de Itaparica. Não obstante, observamos que a diferença entre os índices de dependência se dá principalmente pelo comportamento da base da pirâmide, visivelmente mais larga no bairro Morada da Barra, indicando uma maior natalidade neste em relação ao bairro Coqueiral de Itaparica (IJSN, 2012).

5.2 A ORGANIZAÇÃO EM REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme já mencionado a divisão administrativa do município de Vila Velha obedece à Lei Municipal 4.707 de 10 de setembro de 2008 (VILA VELHA, 2013). A legislação dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação destes no perímetro urbano do Município. As denominações das cinco Regiões Administrativas do Município de Vila Velha são: Região 01 – Centro; Região 02 – Grande Ibes; Região 03 – Grande Aribiri; Região 04 – Grande Cobilândia; e Região 05 – Grande Jucu, como podemos observar na Figura que segue:

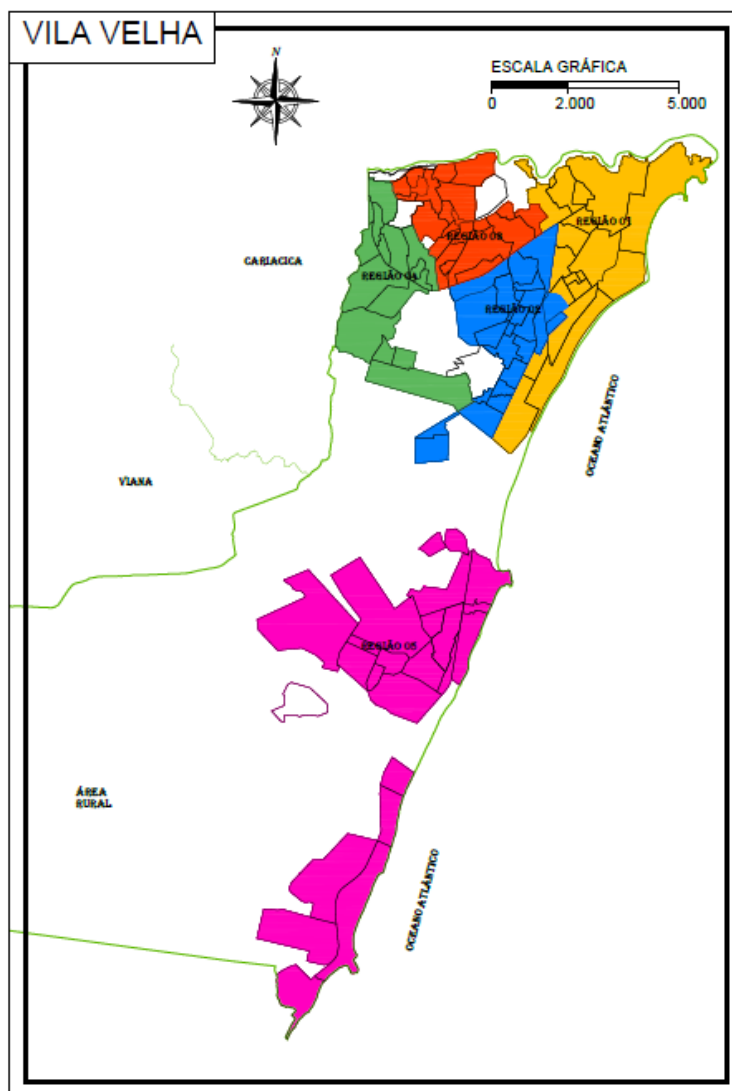


Figura 1 - Regiões Administrativas do Município de Vila Velha
Fonte: Vila Velha (2013)

Veamos, então, em seguida, nas Figuras de 2 a 6, os bairros que compõem as cinco Regiões Administrativas:

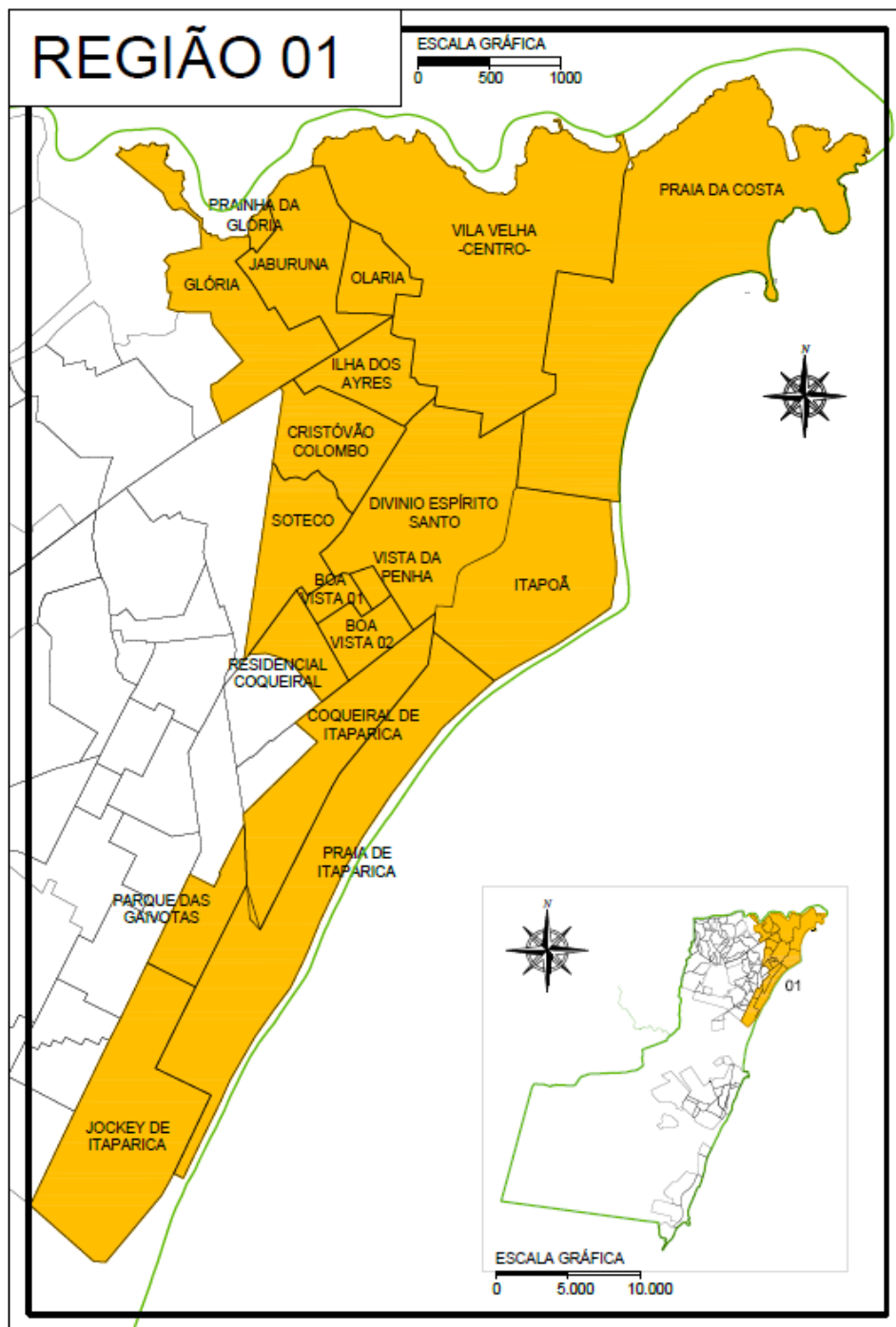


Figura 2–Bairros da Região Administrativa 01 do Município de Vila Velha
Fonte: Vila Velha (2013)

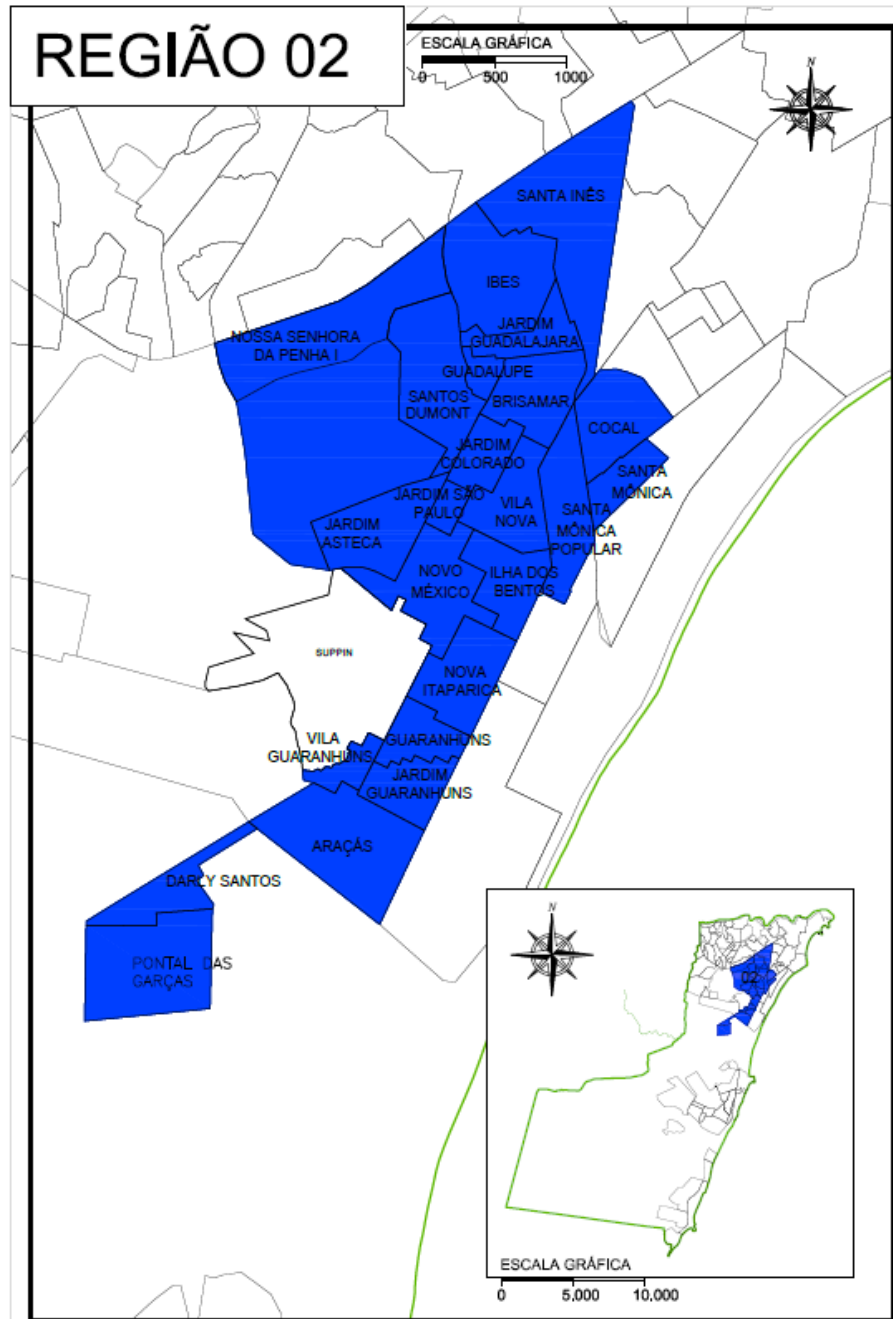


Figura 3—Bairros da Região Administrativa 02 do Município de Vila Velha
Fonte: Vila Velha (2013)

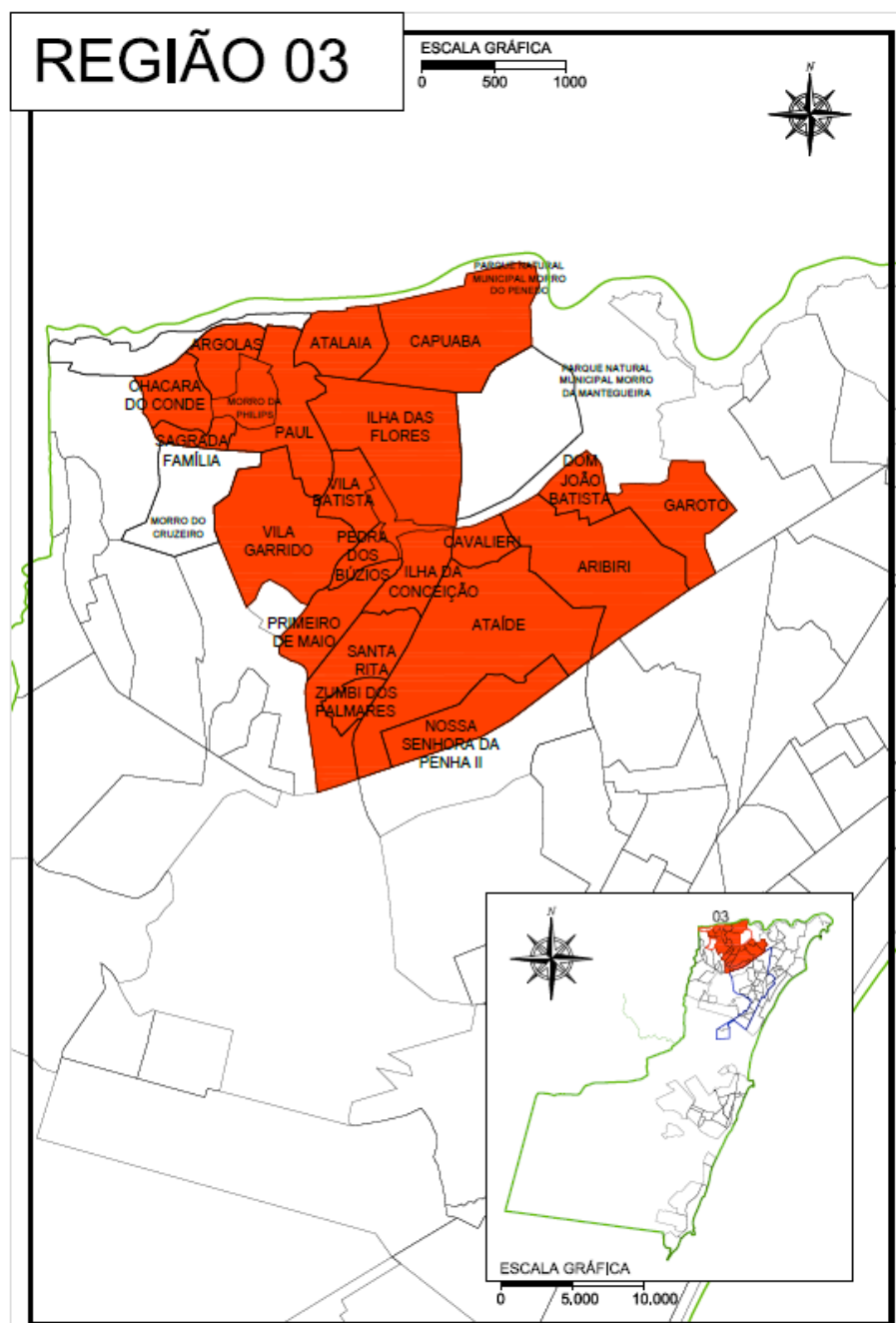


Figura 4—Bairros da Região Administrativa 03 do Município de Vila Velha
 Fonte: Vila Velha (2013)

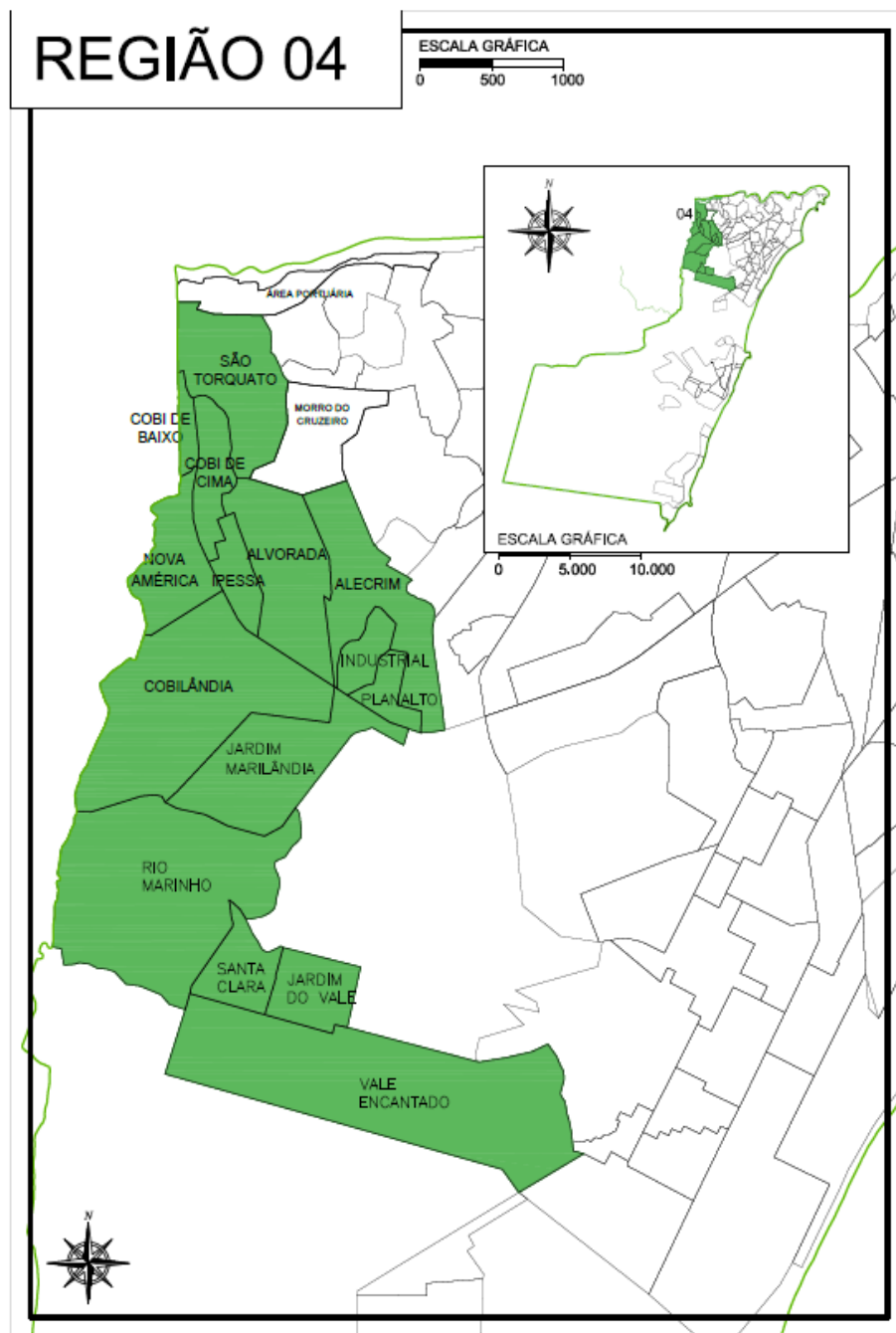


Figura 5—Bairros da Região Administrativa 04 do Município de Vila Velha
Fonte: Vila Velha (2013)

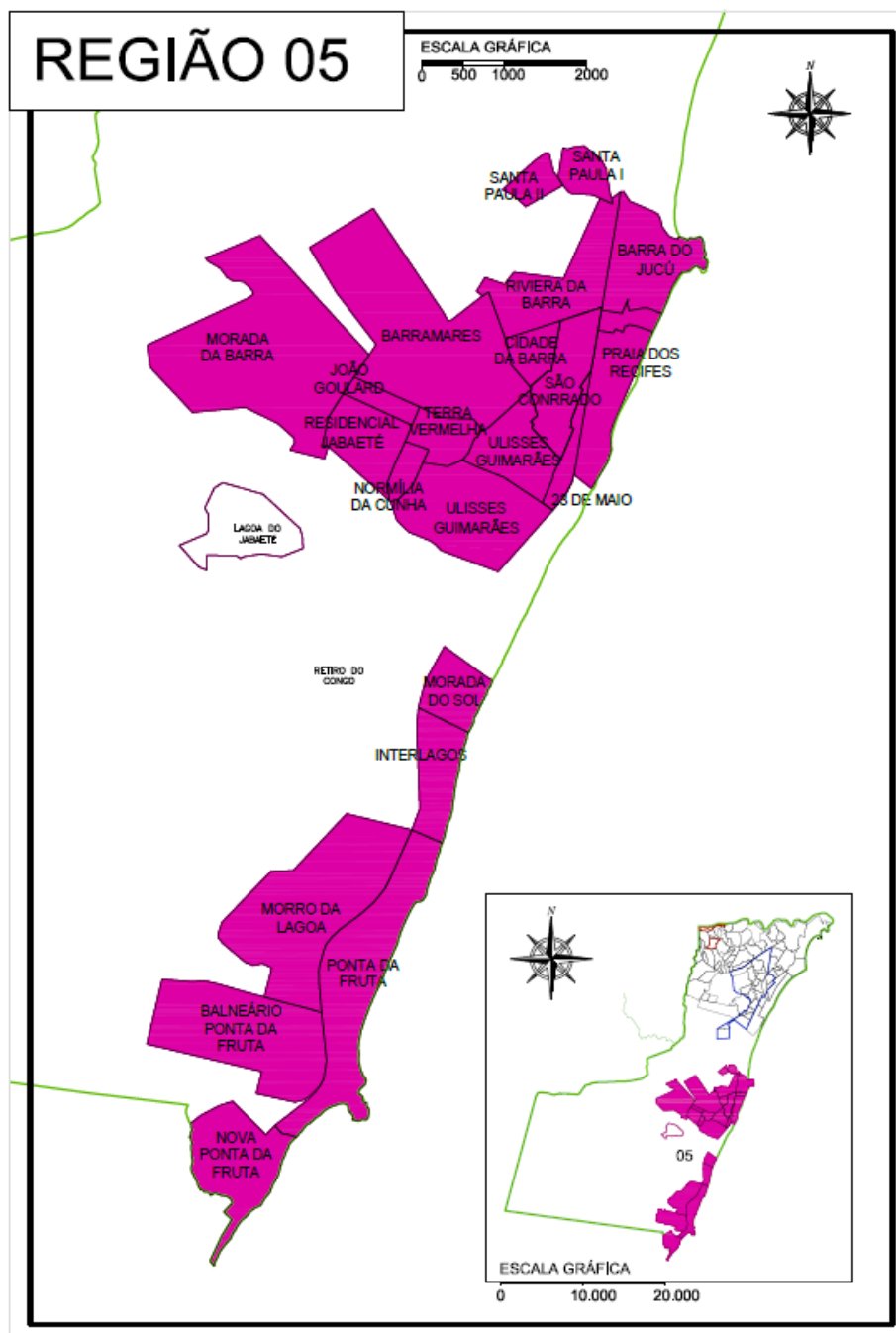


Figura 6—Bairros da Região Administrativa 05 do Município de Vila Velha
Fonte: Vila Velha (2013)

A apresentação e a compreensão do georreferenciamento das Regiões Administrativas e seus respectivos bairros nesse estudo pretendem subsidiar a pesquisa com elementos relevantes. Esperamos que sejam suficientes para um entendimento de qualidade no que se refere à localização e à possível concentração dos crimes letais intencionais na cidade e a sua relação com os demais indicadores, os quais passaremos a discutir.

5.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

O Perfil Socioeconômico por Bairros apresenta, conforme exibido nas Tabelas de 2 a 6, os indicadores por Regiões Administrativas: taxa de mortalidade, domicílios próprios, domicílios alugados, existência de energia elétrica, coleta de lixo, abastecimento de água, taxa de alfabetização e renda nos bairros do município em 2010.

Tabela 2 – Serviços Públicos na Região Administrativa 01 de Vila Velha

BAIRROS	Taxa de mortalidade	Domicílio Próprio (%)	Domicílio Alugado (%)	Existência de energia elétrica (%)	Destino do Lixo - Coletado (%)	Abastecimento de água - Rede Geral (%)	Taxa de alfabetização (%)	Renda
								Valor nominal médio - pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento
Boa Vista I	6,0	63,4	30,8	99,9	100	100,0	94,5	899,3
Boa Vista II	3,4	69,3	26,0	100	99,4	99,9	97,5	1.066,88
Centro	5,6	66,6	27,1	100	100	99,2	98,5	2280,6
Coqueiral de Itaparica	4,2	71,3	24,8	100	99,6	99,9	99,2	1.875,98
Cristóvão Colombo	7,0	67,0	26,3	99,9	99,7	99,7	96,3	1.126,93
Divino Espírito Santo	4,7	58,1	36,4	99,9	99,8	99,7	96,5	1.154,94
Glória	4,6	64,7	32,4	100	100	100,0	96,3	1.453,07
Ilha dos Ayres	8,1	69,3	23,2	100	100	99,9	94,5	1.451,18
Itapuã	3,8	69,3	26,7	100	99,6	99,8	99,3	3.329,89
Jaburuna	5,1	71,9	20,6	99,9	96,0	99,7	93,1	1.031,79
Jockey de Itaparica	2,5	65,8	29,9	100	99,3	99,3	98,8	1.487,02
Olaria	7,5	62,3	30,3	100	100	99,4	99,1	2.283,04
Praia da Costa	3,3	73,0	22,7	100	99,9	99,8	99,4	4571,9
Praia das Gaivotas	2,4	71,7	25,6	100	99,8	99,9	99,2	2.630,68
Praia de Itaparica	3,5	66,3	29,4	100	99,5	99,1	99,3	3.912,77
Residencial Itaparica	5,1	55,8	40,8	100	100	97,0	98,7	1.274,89
Soteco	5,6	62,6	33,3	100	100	99,4	97,0	1.133,22
Vista da Penha	3,3	59,2	32,6	100	100	100,0	96,9	900,37
Média Simples	4,8	65,99	28,82	99,97	99,59	99,53	97,44	1.881,36
Região I	-	68,40	26,98	99,97	99,63	99,64	98,12	2.646,52

Fonte: Vila Velha, 2013, p. 16.

Tabela 3 – Serviços Públicos na Região Administrativa 02 de Vila Velha

BAIRROS	Taxa de mortalidade	Domicílio Próprio (%)	Domicílio Alugado (%)	Existência de energia elétrica (%)	Destino do Lixo - Coletado (%)	Abastecimento de água - Rede Geral (%)	Taxa de alfabetização (%)	Renda	
								Valor nominal médio - pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento	
Região II - Grande Ibes	Araçás	5,4	71,8	21,7	100	100	99,9	98,6	1.694,75
	Brisamar	3,2	49,8	43,2	100	99,6	95,4	98,0	1.468,12
	Cocal	3,6	61,6	35,3	100	100	99,5	98,5	1.472,41
	Darly Santos	0,0	82,6	14,2	100	98,4	99,5	98,2	924,94
	Guaranhuns	2,7	74,3	21,3	100	100	99,6	98,0	1.382,33
	Ibes	9,4	70,1	23,9	99,9	100	99,3	98,0	1.431,93
	Ilha dos Bentos	7,3	63,6	30,5	100	100	98,8	98,6	1.567,68
	Jardim Asteca	5,3	68,1	22,5	100	100	100,0	98,6	1.637,62
	Jardim Colorado	6,4	60,6	27,9	100	99,9	99,2	98,5	1.497,69
	Jardim Guadalajara	5,0	71,6	23,4	100	100	99,8	97,0	1.474,62
	Jardim Guaranhuns	4,8	66,8	25,7	100	100	99,6	96,9	1.021,32
	Nossa Senhora da Penha	4,2	59,6	33,8	99,9	99,2	99,9	97,1	1.287,55
	Nova Itaparica	2,8	60,5	31,4	99,9	100	99,9	98,2	1.303,34
	Novo México	5,0	65,3	27,8	100	100	99,9	98,6	1.539,73
	Pontal das Garças	6,8	77,1	13,1	98,9	90,7	99,5	94,1	911,43
	Santa Inês	5,2	68,5	28,7	100	100	99,8	97,7	1.363,83
	Santa Mônica	5,0	69,4	27,0	99,9	100	99,9	98,7	1.433,47
	Santa Mônica Popular	4,8	53,3	39,4	99,8	100	99,9	97,1	1.333,15
	Santos Dumont	4,9	72,3	20,7	100	99,9	99,8	98,3	1.438,51
	Vila Guaranhuns	5,1	70,7	23,3	100	99,4	99,4	95,2	1.045,68
	Vila Nova	6,1	66,3	25,1	100	99,9	99,8	98,7	1.635,78
Média Simples	4,9	66,84	26,65	99,92	99,39	99,45	97,74	1.374,57	
Região II	-	65,86	27,75	99,95	99,85	99,58	98,01	1.190,85	

Fonte: Vila Velha, 2013, p. 31.

Tabela 4 – Serviços Públicos na Região Administrativa 03 de Vila Velha

BAIRROS	Taxa de mortalidade	Domicílio Próprio (%)	Domicílio Alugado (%)	Existência de energia elétrica (%)	Destino do Lixo - Coletado (%)	Abastecimento de água - Rede Geral (%)	Taxa de alfabetização (%)	Renda	
								Valor nominal médio - pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento	
Região III - Grande Aribiri	Argolas	4,0	75,6	19,2	100	99,0	99,9	95,0	951,6
	Aribiri	5,4	67,1	24,8	100	100	100,0	97,0	1151,22
	Ataide	5,9	71,4	24,7	100	100	99,8	96,1	1105,79
	Cavaliari	5,0	82,1	16,9	100	99,6	99,6	95,9	1026,49
	Chácara do Conde	5,1	76,4	13,5	100	100	99,2	94,8	760,34
	Dom João Batista	8,0	76,5	18,4	100	100	99,9	93,8	764,45
	Garoto	7,7	69,2	25,5	100	100	100,0	97,8	1007,35
	Ilha da Conceição	6,7	79,4	18,1	99,3	100	99,8	92,9	837,53
	Ilha das Flores	5,6	76,2	21,0	100	99,1	100,0	97,0	1075,8
	Paul	6,4	75,8	18,0	99,9	99,4	99,5	96,5	1152,36
	Pedra dos Búzios	5,2	84,9	11,9	100	100	99,7	96,1	1048,84
	Primeiro de Maio	3,2	83,7	14,0	99,9	100	99,9	95,4	699,86
	Sagrada Família	3,1	87,1	11,0	100	100	100,0	93,9	850,2
	Santa Rita	3,6	82,8	13,9	99,9	100	99,8	93,3	921,57
	Vila Batista	5,8	77,2	19,2	99,8	99,8	99,8	98,0	1242,81
	Vila Garrido	5,3	77,4	14,6	99,8	99,4	99,8	95,7	898,95
	Zumbi dos Palmares	5,5	83,0	15,9	99,8	100	100,0	91,9	687,43
Média Simples	5,4	77,99	17,68	99,90	99,78	99,79	95,37	951,92	
Região III	-	75,90	19,14	99,90	99,75	99,83	95,67	977,86	

Fonte: Vila Velha, 2013, p. 46.

Tabela 5 – Serviços Públicos na Região Administrativa 04 de Vila Velha

BAIRROS		Taxa de mortalidade	Domicílio Próprio (%)	Domicílio Alugado (%)	Existência de energia elétrica (%)	Destino do Lixo - Coletado (%)	Abastecimento de água - Rede Geral (%)	Taxa de alfabetização (%)	Renda Valor nominal médio - pessoas com 10 anos ou mais , com rendimento
Região IV- Grande Cobilândia	Alecrim	6,2	67,5	22,1	99,9	99,9	99,5	94,6	951,27
	Alvorada	7,1	70,5	21,8	100	99,9	99,6	97,0	1.232,28
	Cobi de Baixo	10,1	75,1	20,7	99,9	100	99,7	92,8	830,8
	Cobi de Cima	5,5	80,0	15,7	100	100	98,9	97,1	1.238,92
	Cobilândia	5,5	69,5	22,5	100	99,9	100,0	96,5	1.224,55
	Industrial	3,7	68,3	27,4	100	100	99,5	96,7	1.356,39
	Jardim do Vale	1,9	83,9	12,8	100	100	100,0	96,3	1.098,67
	Jardim Marilândia	5,6	72,2	20,1	99,9	100	100,0	96,3	999,66
	Nova América	10,7	69,7	23,7	99,8	100	99,8	97,9	1.240,68
	Planalto	7,9	59,1	28,4	100	100	97,6	97,0	1.354,48
	Rio Marinho	5,3	73,0	16,6	99,9	99,8	98,9	95,1	1.049,14
	Santa Clara	8,0	65,5	20,4	100	100	99,6	92,5	834,15
	São Torquato	5,5	63,8	26,9	99,8	98,7	99,5	94,6	1.121,13
	Vale Encantado	4,0	70,8	19,7	99,9	99,9	100,0	95,7	969,22
	Média Simples	6,2	70,64	21,34	99,94	99,8	99,86	99,47	1.107,24
	Região IV	-	70,48	20,84	99,93	99,8	99,80	99,57	1.076,98

Fonte: Vila Velha, 2013, p. 61.

Tabela 6 – Serviços Públicos na Região Administrativa 05 de Vila Velha

BAIRROS	Taxa de mortalidade	Domicílio Próprio (%)	Domicílio Alugado (%)	Existência de energia elétrica (%)	Destino do Lixo - Coletado (%)	Abastecimento de água - Rede Geral (%)	Taxa de alfabetização (%)	Renda	
								Valor nominal médio - pessoas com 10 anos ou mais , com rendimento	
Região V - Grande Jucu	Balneário Ponta da Fruta	5,5	75,8	16,4	99,8	98,6	57,9	91,5	1.049,41
	Barra do Jucu	6,5	71,3	22,6	99,9	99,9	99,8	97,6	1.704,48
	Barramares	3,5	77,7	17,3	99,7	92,4	98,1	90,4	706,79
	Cidade da Barra	4,3	78,0	16,9	100	99,7	100,0	94,6	725,55
	Interlagos	7,7	82,2	14,2	100	100	99,0	99,9	3042,5
	Jabaeté	6,4	53,5	11,1	100	100	100,0	94,1	688,69
	João Goulart	5,9	74,1	17,6	99,7	95,5	99,1	90,7	618,9
	Morada da Barra	5,9	82,3	12,2	98,7	94,8	98,4	89,3	648,16
	Morada do Sol	0,0	80,5	14,4	100	100	93,2	99,3	2.547,47
	Morro da Lagoa	9,0	75,2	6,9	100	95,9	56,6	95,0	1.067,74
	Normília da Cunha	4,4	80,0	14,3	99,7	99,5	97,6	93,5	707,94
	Nova Ponta da Fruta	0,8	62,2	26,7	100	96,7	85,4	96,9	1.464,16
	Ponta da Fruta	3,4	64,3	28,4	100	99,9	91,6	97,0	1.644,34
	Praia dos Recifes	7,8	71,7	19,6	100	99,6	98,3	97,8	967,93
	Riviera da Barra	4,6	74,8	20,8	99,8	99,9	99,9	94,3	912,38
	Santa Paula I	1,9	73,1	19,3	99,4	100	100,0	96,5	1.336,04
	Santa Paula II	5,6	90,0	7,3	99,6	99,0	99,7	95,2	1.097,79
	São Conrado	4,0	75,2	20,3	100	99,3	99,7	95,7	959,7
	Terra Vermelha	5,3	76,4	18,0	100	99,8	100,0	93,2	746,34
	Ulisses Guimarães	5,0	73,0	20,0	99,5	98,0	96,6	91,3	719,27
Vinte e Três de Maio	7,2	73,9	21,8	99,7	99,7	98,9	92,8	772,26	
Média Simples	5,0	74,53	17,43	99,79	98,47	93,79	94,59	1.148,94	
Região V	-	75,00	17,88	99,70	97,25	95,69	92,98	954,39	

Fonte: Vila Velha, 2013, p. 76.

A partir dos dados apresentados é possível verificar que a maioria dos 134.467 domicílios da cidade está localizada nos bairros da Praia da Costa e Itapuã, com 8,2% e 5,9%, respectivamente, do total do município. Em Vila Velha, 98,6% dos domicílios possuem rede geral de abastecimento de água. Dos 91 bairros, 15 possuem cobertura no abastecimento de água em todas as residências. Localizados todos na Região V da cidade, os bairros Nova Ponta da Fruta, Balneário Ponta da Fruta e Morro da Lagoa têm respectivamente 85,4%, 57,9% e 56,6% das residências contempladas com rede de abastecimento, sendo utilizados como meios alternativos de acesso à água poços ou nascentes, como observamos na Tabela 6.

No que se refere ao destino dado aos resíduos, em 99,1% do total de domicílios, ou seja, em 133.253 residências, o lixo é coletado por serviço de limpeza. Como uma das alternativas o restante dos domicílios efetua a queima do lixo na própria propriedade, caso dos bairros de Barramares, Morada da Barra, Jaburuna e São Torquato, com respectivamente 9,5%, 4,4%, 2,7% e 2,6% deste total. Barramares ainda se destaca quanto à prática de jogar o lixo em terreno baldio ou logradouro, representando 45,6% do total de 360 domicílios que efetua essa prática, ou seja, 164 residências deste bairro.

Quanto à cobertura da rede de energia elétrica, 99,9% dos domicílios da cidade declararam ter acesso. Entre os 91 bairros, 49 (53,85%) tiveram cobertura em todas as residências. No quesito Educação, as maiores taxas de alfabetização estão em Interlagos (99,9%) e Praia da Costa (99,4%), já as menores localizam-se em Barramares e Morada da Barra, com 90,4% e 89,3% respectivamente.¹³

Na análise da renda, representada através do valor nominal médio das pessoas com 10 anos ou mais de idade, destacam-se Praia da Costa (R\$ 4571,90), Praia de Itaparica (R\$ 3912,77) e Itapuã (R\$ 3329,89). Entre as menores rendas estão João Goulart (R\$ 618,90), Morada da Barra (R\$ 648,16) e Zumbi dos Palmares (R\$ 687,43). Interessante salientar que a renda apresentada pelo bairro Praia da Costa é quase oito vezes maior (638,71%) que a de João Goulart. Importante também notar que entre os oito bairros com menores taxas de alfabetização, cinco também constam na lista das oito menores rendas. São eles: João Goulart, Morada da Barra, Zumbi dos Palmares, Barramares e Ulisses Guimarães. Tendo apresentado as características da população canela-verde, passemos então ao Capítulo seguinte, no qual abordaremos a violência homicida.

¹³Segundo o IBGE (2010) a taxa de alfabetização é importante para avaliarmos a situação educacional e as condições sociais do país. Segundo os resultados do Censo 2010, 90,4% da população brasileira com quinze anos ou mais de idade são alfabetizados. Na região Sudeste são 94,6% e no ES são 92% da população. Na RMGV a taxa é de 95,3%.

6. VIOLÊNCIA HOMICIDA

6.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Sob a ótica de Michaud (1989) a própria tarefa de se buscar uma definição para a violência já consiste em um problema. O autor inicia sua construção na etimologia da palavra, do latim *violentia*: força, transgressão. Algo como uma potência natural contra algo ou alguém, que passa da medida ou perturba a ordem já estabelecida, algo de caráter extremamente variável, visto que poderiam existir tantas formas de violência quanto forem as normas. Para o autor, o direito fornece definições estritas, principalmente relacionadas a dois aspectos: aos efeitos identificáveis de um elemento da força física e, outro, imaterial, relacionado às transgressões da ordem normativa. A primeira, por seu caráter mais material, facilmente identificável, embora no segundo aspecto praticamente qualquer coisa possa ser considerada como violação às normas e, portanto, violência.

A dificuldade em se definir a violência, segundo Michaud (1989), estaria na diversidade de conceitos. Explicações mais objetivas propõem critérios quantitativos, o que em certa medida as afastam de julgamentos de valor, entretanto permitem melhores avaliações e conhecimento acerca do funcionamento social. Na verdade, o autor argumenta que seria equivocado pensar em violência sem se considerar determinados pontos de vista, como os sociais, jurídicos, institucionais e pessoais.

Há ainda outra discussão importante levantada por Michaud (1989) que relaciona a violência à imprevisibilidade e ao caos, onde encontraríamos o nascedouro do sentimento de insegurança. Na visão do autor a ideia de insegurança raramente resulta de uma experiência direta de violência, mas está relacionada a uma crença de que tudo pode acontecer, de que não há qualquer certeza no que se refere aos comportamentos do cotidiano.

Michaud (1989) ressalta que não se pode ingenuamente apenas comparar a violência na Inglaterra do século XIII com a do século XX, visto que as perspectivas e normas sociais se modificaram com o tempo. Para ele não há um saber universal sobre a violência. As grandes questões e suas respectivas respostas se substituem ao longo da história de acordo com as administrações desenvolvidas pelas sociedades, segundo critérios próprios e de êxito variável.

Relacionada a essa contextualização histórica sobre entendimento da definição da violência, está a afirmação de Soares (2008, p. 13): “durante muito tempo a humanidade viveu um mito: o do passado pacífico, que contrastaria com a violência de nossos dias”. Ele argumenta a respeito de algumas análises que podemos encontrar que remontam ao início da urbanização e da industrialização, as quais teriam deixado um legado teórico alinhado a esse pensamento de violência linear crescente. O mundo teria sido mais pacífico e se tornara desumano, portanto. Soares (2008, p. 14) relaciona a um certo “saudosismo”, conforme observamos a seguir:

“Os primeiros resultados da história quantitativa da violência arrasaram esses mitos: os dados apontavam, com rara consistência, para um decréscimo da violência e dos homicídios ao longo do tempo, desde o século XV até o fim da primeira metade do século XX. Os arquivos de cidades como Amsterdã e Estocolmo foram minuciosamente analisados, assim como os de vilas e cidades menores. Dados nacionais, referentes a Alemanha, França, Holanda, Inglaterra, Suécia e a outros países, mostravam que as taxas anuais por 100 mil habitantes da violência e do crime, em geral, e do homicídio, em particular, haviam decrescido. Mostravam também que o campo nada tinha de bucólico ou de idílico: os campos europeus eram extremamente violentos” (SOARES, 2008, p. 14).

Essa mensuração da violência, portanto, não exibiu comportamento linear, tendo apresentado períodos de baixa e alta, sendo que a redução mais relevante teria se dado entre os séculos XV ao XVIII, mais cedo em uns e mais tarde em outros países europeus. A hipótese apontada pelo autor para essa redução a relaciona, em parte, ao papel desenvolvido pelo Estado e, de forma mais concisa, à melhoria do nível educacional e à transformação de valores da elite. Essa evolução pode ter contribuído para a ampliação do acesso à cidadania em classes anteriormente excluídas e também para um maior investimento de recursos do Estado na prevenção e na repressão da violência.

Segundo Cerqueira e Lobão (2003) existem ainda teorias que explicam o comportamento criminoso a partir de patologias individuais, entre as quais as de natureza biológica; psicológica; e psiquiátrica. Uma das abordagens mais conhecidas e precursoras na criminologia se deve a perspectiva lombrosiana, que associou a formação óssea do crânio e o formato de orelhas, entre outras características físicas, como parâmetros para o desenvolvimento de patologias relacionadas às práticas criminosas. Segundo essa perspectiva, os criminosos constituíam um tipo inferior, cujas peculiaridades ainda envolviam perturbações mentais, alcoolismo, neuroses, baixa inteligência, entre outras.

Soares (2008) explica que tal declínio histórico da violência fragilizou as explicações biológicas radicais e deterministas da criminalidade, que sucederam a genética moderna. O contrário, segundo o autor, seria admitir que a constituição genética dos seres humanos sofreu drástica alteração ao longo dos séculos. Já a ala mais moderada, nos remete ao entendimento de uma maior predisposição genética ao crime, que em determinadas condições podem aflorar e que tais condições teriam diminuído com a evolução histórica. Isto posto, ao se transferir para as condições precipitantes a responsabilidade pelo declínio histórico da violência, as explicações genéticas se tornaram secundárias.

Baseado na obra de Chesnais (1981), *Histoire de la Violence*, Soares (2008, p.16) também argumenta que, principalmente a partir do século XVIII, o conceito de civilização tutelado pelo Estado, o “agente civilizatório”, seria ponto fundamental “no controle da expressão da violência na sociedade, mas não necessariamente do seu potencial”. Já no século XIX e na primeira metade do século XX Soares (2008) afirma que houve significativa redução na taxa de homicídios na maior parte dos países industrializados.

De acordo com Soares (2008), os primeiros estudos acerca do crime e dos homicídios são tão clássicos quanto a história nos países precursores da industrialização. Já as séries relativas aos países latino-americanos são pós II Guerra Mundial, principalmente após a década de 1970 e 80. Outro ponto

relevante é o que concerne à cobertura e à qualidade dos dados. Qualquer comparação é limitada, tendo em vista a confiabilidade dos dados anteriores a 1960 nesses países. No Brasil, os primeiros dados consolidados são apresentados a partir de 1979, em alguns casos 1977.

Pinker (2011) afirma em manifesto na revista científica *Nature* que o planeta nunca esteve tão pacífico quanto nas últimas décadas, e que tal declínio teria sido contínuo, com exceção aos períodos das Grandes Guerras, desde o fim da Idade Média. Também defende que transformações sociais e culturais são variáveis importantes nesse processo de pacificação. Ele cita o caso dos humanos pré-históricos e contemporaneamente as tribos de caçadores-coletores, que não modificaram alguns de seus hábitos culturais nos últimos milhares de anos. Exemplifica, citando as tribos dos lanomâmis, na Amazônia, e os Sans, na Namíbia. A média da taxa de homicídios nesses povos é centenas de vezes superior à que se vê no mundo desenvolvido hoje - em torno de 500 para cada grupo de 100.000 habitantes.

Para Pinker (2011) o advento do Estado também seria o responsável por esse declínio da violência ao longo da história. Na essência, o monopólio da violência em poder de uma entidade central seria fundamental para a resolução de conflitos. E ainda, com o fortalecimento do Estado a elite burguesa verificou que as disputas violentas e intermináveis drenavam preciosos recursos do tesouro, não por acaso, afirma o psicólogo, a taxa de homicídios na Europa começa a declinar no fim da Idade Média, quando o modelo de Estado se consolida. A segunda revolução antiviolência se iniciaria com a invenção da imprensa. O maior acesso à informação proporcionou aos poucos um diálogo global, permitindo o nascedouro de uma elite intelectual que privilegiasse a razão, e não apenas aspectos tradicionais ou religiosos, gerando um consenso em torno de valores democráticos, do comércio global e do pacifismo.

6.2 OS HOMICÍDIOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O *Global Study on Homicide* reúne dados das Nações Unidas publicados como estudo do *United Nations Office on Drugs and Crime-UNODC* (2013). O trabalho proporciona visibilidade ao que apresenta como “o pior dos crimes - a morte intencional de um ser humano por outro” (UNODC, 2013, p. 5). Quase meio milhão de pessoas foram intencionalmente mortas em 2012 em todo o Planeta segundo os dados apresentados. Daí a importância do tema, segundo essa publicação, visto que o caráter violento da conduta proporcionaria um amplo impacto sobre a segurança – e a percepção de segurança¹⁴ – em todas as sociedades. O progresso e o desenvolvimento não podem ser alcançados ou sustentados em meio à violência, à insegurança e à injustiça. O estudo aponta que o homicídio é um “indicador robusto de níveis de segurança nos Estados” (UNODC, 2013, p. 9).

O objetivo da pesquisa supracitada foi a busca pela compreensão dos padrões e tendências relacionados às diferentes formas, configurações, e fatores de risco de homicídio em níveis global, regionais, nacionais e subnacionais, categorias apresentadas pelo trabalho, a fim de apoiar os governos como ferramenta estratégica na abordagem das causas e também na melhoria da resposta da justiça penal. Busca ainda verificar a relação entre a intencionalidade dessas mortes e atividades criminais ou outras causas sociopolíticas.

A análise, portanto, utiliza as classificações de divisão por regiões e as denominações “regional e sub-regional”. São designações que reúnem países ou áreas em grupos específicos por critérios estatísticos como segue: África,

¹⁴Para Aguiar (2005) questões pertinentes à segurança subjetiva estão relacionadas ao fenômeno da urbanização. Assim, a divulgação dos fatos violentos exerceria uma espécie de sedução sobre as pessoas, por diversas causas, entre elas o prazer desfrutado graças ao mal de outrem ou até à função de descarga e ao controle equilibrador das pulsões agressivas dos espectadores. Também pode ser compreendida como uma construção política sobre uma situação de insegurança, típica do meio urbano. O medo do delito seria mais importante, social e politicamente, que o delito em si.

Américas, Ásia, Europa e Oceania (UNODC, 2013, p. 7-8). Já no que se refere à classificação das mortes violentas, apesar de focar nas mortes ilegais propositalmente infligidas a um indivíduo por outra pessoa, os homicídios dolosos. As circunstâncias e motivações relacionadas ao homicídio são múltiplas e muitas vezes se sobrepõem. Mas, embora as fronteiras entre esses fatores sejam muitas vezes turvas, o diagnóstico classifica o homicídio doloso em três tipologias principais: “relacionado a atividades criminosas; em conflitos interpessoais; e disputas sócio-políticas” (UNODC, 2013, p. 10).

O quadro analítico apresentado é, em grande medida, um “estudo de contrastes” (UNODC, 2013, p. 11), dado o grau marcante de diferença ou oposição entre as comparações realizadas. Quase metade dessas mortes ocorre em países que representam 11% da população mundial; cerca de 95 por cento dos autores de homicídios em nível global são do sexo masculino; os homens também representam 79% das vítimas; dois terços das vítimas de homicídios cometidos por parceiros íntimos ou membros da família a nível mundial são mulheres; e a metade de todas as vítimas de homicídio globais têm menos de 30 anos de idade, destaca o UNODC (2013).

O UNODC (2013) ainda aponta que os homicídios intencionais deram causa a 437.000 mortes em todo o mundo em 2012. A maior parte (36%) ocorreu nas Américas, 31% na África e 28% na Ásia, enquanto a Europa (5%) e Oceania (0,3%) foram responsáveis pelas menores contribuições em números absolutos em nível regional. Existem também disparidades notáveis no interior das regiões e sub-regiões, como, por exemplo, as taxas de homicídio ao sul da América do Sul. Essas se assemelham às menores taxas registradas na Europa, enquanto as taxas ao norte da sub-região estão relativamente mais próximas das maiores taxas registradas na América Central. A seguir, apresentamos no Gráfico 3 o acompanhamento dessas taxas:

Homicide rates, selected regions (1955-2012, three-year moving average)

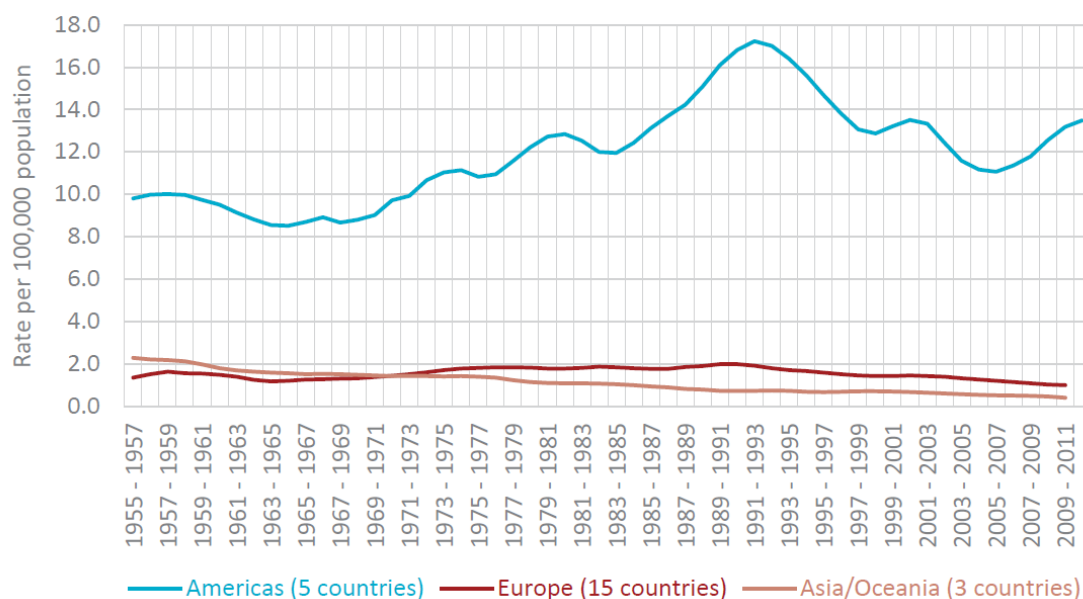
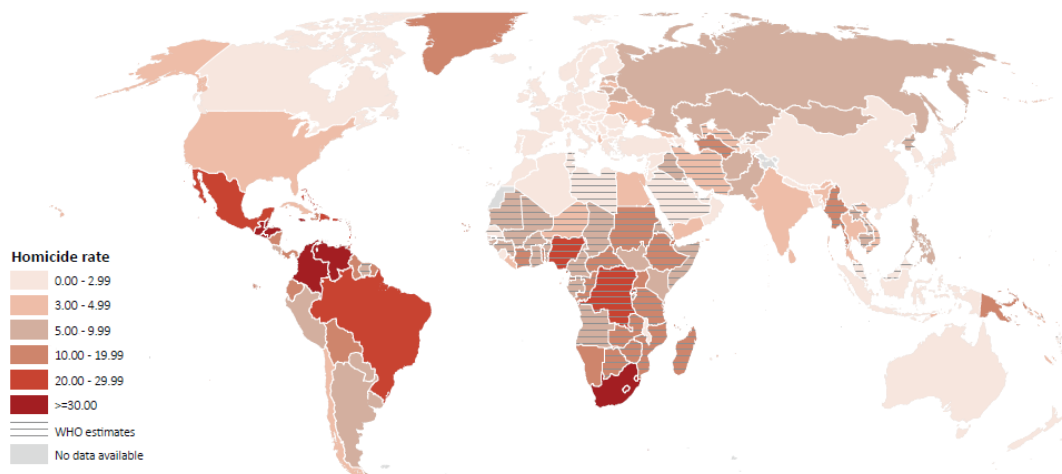


Gráfico 3 - Taxas de homicídio por regiões selecionadas (1955-2012, média trienal)

Fonte: UNODC (2013, p. 12)

A taxa média de homicídios global em 2012 foi de 6,2 mortes por 100.000 habitantes. A África do Sul e a América Central têm taxas acima de 24 vítimas por 100.000 habitantes, ou seja, superiores a quatro vezes a média mundial, o que as torna as sub-regiões com os maiores registros, seguidas pela América do Sul, África Oriental e Caribe (entre 16 e 23 homicídios por 100.000 habitantes). Apresentando taxas cerca de cinco vezes menores que a média universal estão a Ásia Oriental, o Sul da Europa e a Europa Ocidental como as sub-regiões com os níveis mais baixos de homicídio globais segundo o estudo. Vejamos em seguida o Mapa 1, que apresenta as taxas de homicídio internacionais:

Map 1.1: Homicide rates, by country or territory (2012 or latest year)



Mapa 1 - Taxas de homicídio, por país ou território (2012 ou último ano)

Fonte: UNODC (2013, p. 23)

A análise apresentada pelo estudo afirma que certas regiões e sub-regiões têm ao longo da história experimentado altos níveis sustentados de homicídio, particularmente nas Américas, onde as taxas têm sido historicamente elevadas e em alguns casos crescentes ao longo da última década. Isso não configura um novo padrão, visto que as Américas tiveram taxas de homicídio de 5 a 8 vezes maiores que as da Europa e Ásia desde meados dos anos 1950. A alta incidência é atribuída a um legado de décadas de violência política e relacionada com o crime. No entanto, alguns países das Américas, como o Brasil, estão em níveis estabilizados, embora em um patamar elevado, enquanto em outras regiões países com taxas históricas elevadas de homicídio, como a África do Sul, o Lesoto, a Rússia e países da Ásia Central estejam conseguindo quebrar o seu próprio ciclo de violência registrando decréscimos em suas taxas. No que se refere às características específicas de gênero e de faixa etária, relacionadas à criminalidade, apresentamos a Figura 7:

Percentage distribution of victims of homicide, by sex and selected age group (2012 or latest year)

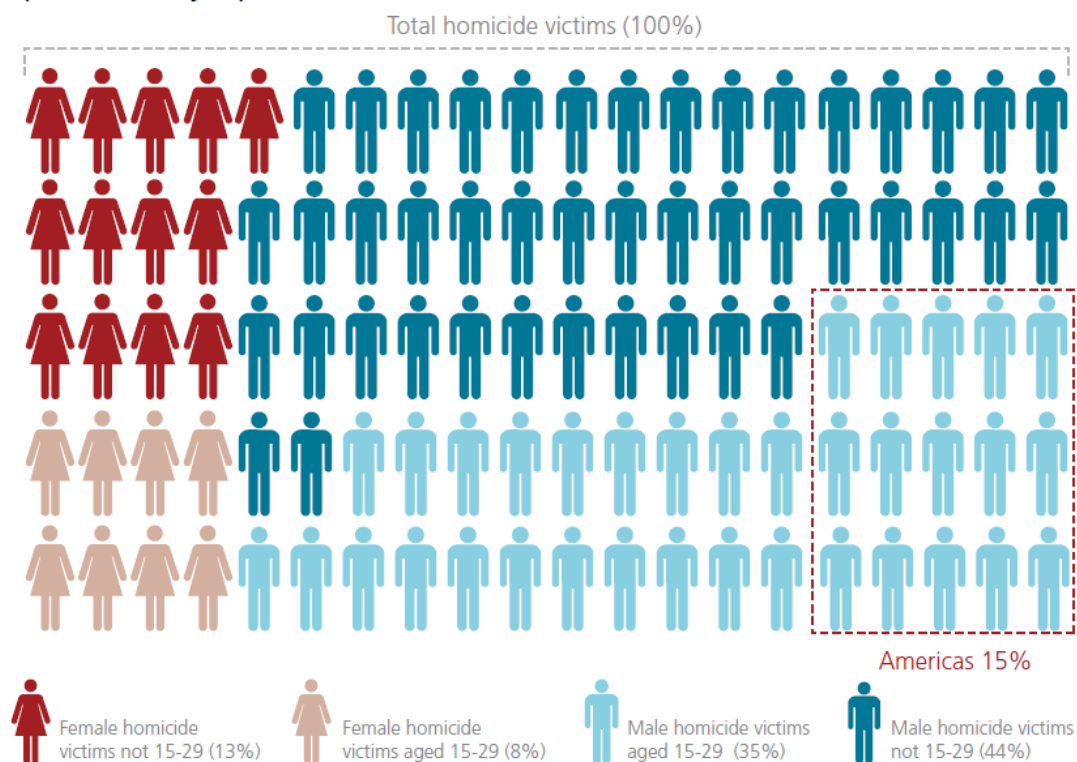


Figura 7 – Distribuição percentual de vítimas de homicídio, por sexo e faixa etária selecionada (2012 ou último ano)

Fonte: UNODC (2013)

O estudo aponta que a taxa de homicídio masculina global é praticamente quatro vezes maior que a do sexo feminino (9,7 contra 2,7 por 100 mil), sendo mais alta das Américas (29,3 por 100.000 homens). Essa taxa é quase sete vezes maior que as da Ásia, Europa e Oceania (todas com menos de 4,5 por 100.000 do sexo masculino). Tal realidade é apontada como fruto, em grande parte, de níveis mais elevados de homicídios relacionados ao crime organizado e à disputa entre gangues nas Américas. No que se refere à faixa etária, 43% das vítimas possuem idades entre 15 e 29 anos, o que significa que 15% de todas as vítimas de homicídios em todo o mundo são representados por jovens do sexo masculino vivendo nas Américas, como representado na Figura 7.

A publicação ainda faz especial referência ao Brasil, ao afirmar que “a estabilidade das taxas de homicídio nacional estariam mascarando as disparidades regionais” (UNODC, 2013, p. 26), assunto que passamos a discutir na próxima seção deste capítulo.

6.3 BRASIL: UM EQUILÍBRIO INSTÁVEL

Segundo dados do FBSP (2014) a cada dez minutos uma pessoa é assassinada no país. Esses dados são relativos a 2013, quando foram registrados 56.804 mortes por homicídio doloso no Brasil, segundo o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Waiselfisz (2011) ressalta que relacionar tal realidade à grande dimensão populacional do Brasil não se justifica. Outras nações com número de habitantes similar ao Brasil, como Paquistão, com 185 milhões de habitantes, e até mesmo a Índia, com 1,214 bilhão, têm número de taxas bem inferiores.

De acordo com o já apresentado por UNODC (2014), o continente americano responde por 36% dos homicídios ocorridos no planeta. Nesse contexto continental, a situação do Brasil se apresenta conforme apresentamos na Tabela 7:

Tabela 7 – Taxa de Homicídios na América - 2012

Classificação	País/Território	Taxa	Classificação	País/Território	Taxa
01	Honduras	90,4	19	Granada	13,3
02	Venezuela	53,7	20	Equador	12,4
03	Belize	44,7	21	Bolívia	12,1
04	El Salvador	41,2	22	Nicarágua	11,3
05	Guatemala	39,9	23	Antígua e Barbuda	11,2
06	Jamaica	39,3	24	Haiti	10,2
07	São Cristóvão e Nevis	33,6	25	Paraguai	9,7
08	Colômbia	30,8	26	Peru	9,6
09	Bahamas	29,8	27	Costa Rica	8,5
10	Trinidad e Tobago	28,3	28	Uruguai	7,9
11	Porto Rico	26,5	29	Bermudas	7,7
12	São Vicente e Granadinas	25,6	30	Barbados	7,4
13	Brasil	25,2	31	Suriname	6,1
14	República Dominicana	22,1	32	Estados Unidos	4,7
15	Santa Lúcia	21,6	33	Cuba	4,2
16	México	21,5	34	Chile	3,1
17	Panamá	17,2	35	Canadá	1,6
18	Guiana	17			

Fonte: UNODC, 2013.

Com médias superiores a 25 vítimas por 100.000 habitantes, a América Central é a sub-região do continente com os mais altos índices de homicídios, seguida pela América do Sul e Caribe, com taxas médias entre 16 e 23 homicídios por 100.000 habitantes. Taxas de homicídio significativamente superiores nas Américas, em comparação com outras regiões, não é um fenômeno novo conforme já observado na Seção anterior. Ainda segundo o UNODC (2014), em alguns países como o Brasil as taxas, embora em patamares elevados, estão estabilizadas.

Vejamos, então, outros dados relevantes que, relacionados a outras fontes, nos ajudarão a caracterizar este campo de conhecimento no Brasil. A seguir, no Gráfico 4 apresentamos a evolução em números absolutos e por taxas os homicídios no Brasil entre 1980 e 2013:

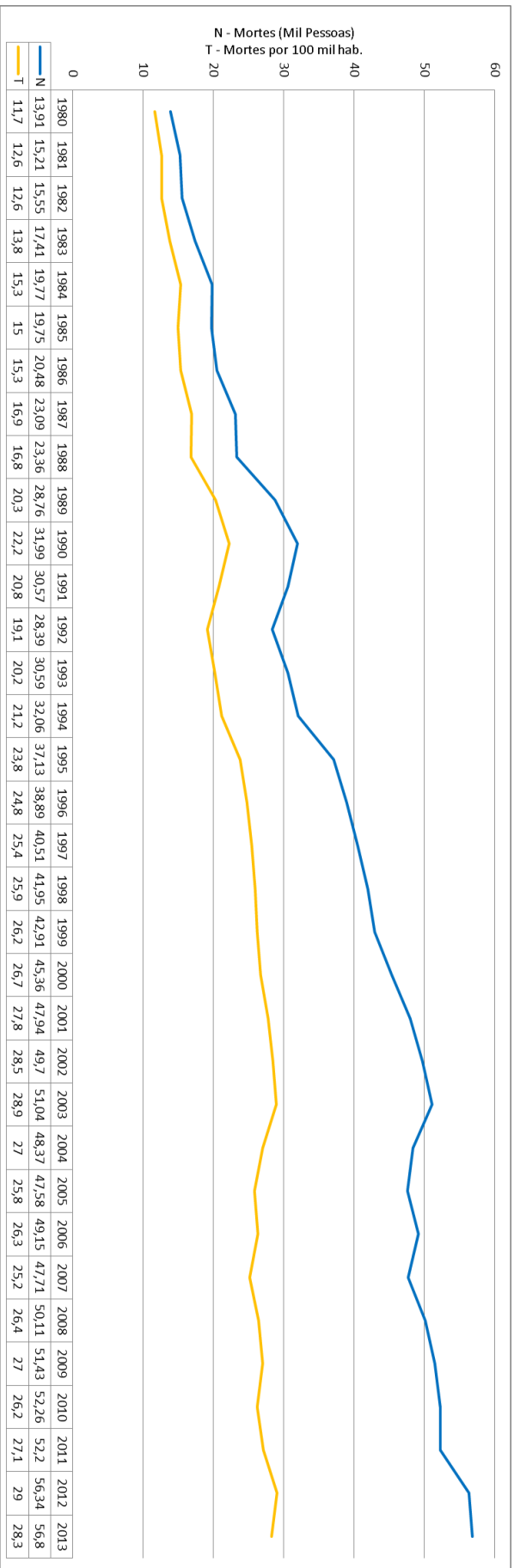


Gráfico 4 – Evolução dos homicídios dolosos no Brasil: números absolutos (N) e taxas por 100 mil habitantes (T) – 1980 a 2013

Fonte: 1980 a 2010 (WAISELFSZ, 2011); 2011 a 2013(SIM/MS, 2015).

Nesse histórico disponibilizado pelo SIM, representado no Gráfico 4, pode-se observar que o Brasil passou de 13.910 homicídios em 1980 para 56.804 mortes em 2013, um aumento de 308%, equivalente a 4,22% de crescimento ao ano, totalizando quase um milhão e trezentas mil vítimas (1.258.252) nesses 34 anos. Conforme apresentado na introdução desse trabalho por Waiselfisz (2011), a magnitude desses números de mortes por homicídio no Brasil ultrapassa o número de vítimas em muitos e conhecidos enfrentamentos armados no mundo.

OFBSP (2013) também esclarece que desde quando começou a sistematizar as estatísticas dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), em 2007, as taxas de homicídios do Brasil têm variado pouco, no que se refere à média nacional. De fato, segundo o SIM entre 2004 e 2013 (os últimos 10 anos disponibilizados pela pesquisa) a taxa aumentou de 27 para 28,3 homicídios em cada grupo de 100 mil habitantes. Uma pequena variação de 4,81%, se comparada com a variação de 147% verificada entre os anos de 1980 e 2003.

Este quadro, entretanto, pode dar a falsa impressão de que ocorreram poucas mudanças no que se refere ao cenário dos homicídios entre as regiões e estados brasileiros nos últimos anos, o que não é verdadeiro, conforme a explicação que segue:

Em 2005, a região Sudeste respondia por 43,1% dos homicídios ocorridos no país, seguida da região Nordeste (29,3%) [...] Em 2012, a região Nordeste respondeu por 40,4% dos homicídios no Brasil. Se comparado com o ano de 2005, o crescimento do número de homicídios da região foi 39,3% [...] Apenas a região Sudeste apresentou 38,1% de queda no número de homicídios em relação a 2005. Entre os estados com as estatísticas criminais mais confiáveis em 2012, Alagoas (58,2), Pará (42,2), Ceará (40,6), Paraíba (48,7) e Bahia (38,5) apresentaram as maiores taxas de homicídios. Ao passo que São Paulo (11,5), Mato Grosso do Sul (14,9), Piauí (15,2), Rio Grande do Sul (18,4) e Minas Gerais (19,8) verificaram os menores índices de homicídios. (FBSP, 2013, p. 31)

Tal condição é reforçada pelo UNODC (2013, p. 22): “países da América do Sul [...], como o Brasil, Colômbia e Venezuela [...] são exemplos que apresentam disparidades regionais”. Waiselfisz (2011) também admite tal realidade, e explica que a violência homicida, antes característica indesejada dos grandes

centros urbanos do país, deslocou-se para regiões de menores populações e concentrações demográficas.

Ainda de acordo com Waiselfisz (2011), com comportamento excepcional às décadas anteriores, que demonstraram certa coerência nos padrões, de incremento contínuo da violência (taxas de homicídio crescentes) em nível nacional e aglutinado em poucas unidades federativas, o decênio 2000/2010 vai apresentar profundas transformações em ambas as esferas.

No que se refere a intensidade, o autor observa que é nítida a ruptura na série histórica das taxas de homicídio em 2003. Até esse ano, as taxas de homicídio cresceram 4,4% ao ano. Já entre 2003 e 2013 houve um crescimento negativo de 0,19% ao ano. Ressalta-se que as quedas foram mais relevantes nos anos 2004 e 2005. Após esse período as taxas apresentam instabilidades com aumentos e quedas, o que denota uma situação de “equilíbrio instável” (WASELFISZ, 2011, p. 19). A explicação do autor faz alusão a variados fatores simultâneos e multifacetados, tais como políticas de desarmamento e maior envolvimento dos Governos Federal e Estaduais nas estratégias de controle da violência homicida.

Já quanto à disseminação geográfica dessas mortes, apresentamos a seguir na Tabela 8, como se comportaram as Unidades Federativas no período 2000-2010:

Tabela 8 - Taxas de Homicídio (em 100 mil) por UF e Região. Brasil. 2000/2010*

UF/REGIÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	Δ%
ACRE	19,4	21,2	25,7	22,5	18,7	18,7	22,6	18,9	19,6	21,5	19,6	1,3
AMAPA	32,5	36,9	35,0	35,5	31,3	33,0	33,0	26,9	34,4	29,8	38,7	19,1
AMAZONAS	19,8	16,7	17,3	18,5	16,9	18,5	21,1	21,0	24,8	26,8	30,6	54,6
PARA	13,0	15,1	18,4	21,0	22,7	27,6	29,2	30,4	39,2	40,2	45,9	252,9
RONDONIA	33,8	40,1	42,3	38,4	38,0	36,0	37,7	27,4	32,1	35,1	34,6	2,5
RORAIMA	39,5	31,7	34,9	29,7	22,6	24,0	27,3	27,9	25,4	27,1	27,3	-30,8
TOCANTINS	15,5	18,8	14,9	18,3	16,4	15,5	17,7	16,5	18,1	21,3	22,5	45,3
NORTE	18,6	19,9	21,7	22,9	22,6	25,1	27,0	26,0	32,1	33,5	37,4	100,9
ALAGOAS	25,6	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	60,3	59,9	66,8	160,4
BAHIA	9,4	11,9	13,0	16,0	16,6	20,4	23,5	25,7	32,9	37,7	37,7	303,2
CEARA	16,5	17,2	18,9	20,1	20,0	20,9	21,8	23,2	24,0	25,7	29,7	79,8
MARANHAO	6,1	9,4	9,9	13,0	11,7	14,8	15,0	17,4	19,7	21,5	22,5	269,3
PARAIBA	15,1	14,1	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	27,3	33,8	38,6	156,2
PERNAMBUCO	54,0	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	50,7	45,1	38,8	-28,2
PIAUÍ	8,2	9,7	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	12,4	12,8	13,7	66,4
RIO GRANDE DO NORTE	9,0	11,2	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	23,2	25,2	22,9	153,9
SERGIPE	23,3	29,3	29,7	25,2	24,4	25,0	29,8	25,9	28,7	32,6	33,3	42,9
NORDESTE	19,3	21,9	22,4	24,0	23,2	25,4	27,9	29,6	32,1	33,7	34,0	76,4
ESPIRITO SANTO	46,8	46,7	51,2	50,5	49,4	46,9	51,2	53,6	56,4	57,3	50,1	7,1
MINAS GERAIS	11,5	12,9	16,2	20,6	22,6	21,9	21,3	20,8	19,5	18,8	18,1	57,1
RIO DE JANEIRO	51,0	50,5	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	34,0	31,8	26,2	-48,6
SÃO PAULO	42,2	41,8	38,0	35,9	28,6	21,6	19,9	15,0	14,9	15,4	13,9	-67,0
SUDESTE	36,6	36,6	36,8	36,1	32,1	27,6	26,7	23,0	21,6	21,3	19,0	-48,1
PARANA	18,5	21,0	22,7	25,5	28,1	29,0	29,8	29,6	32,6	35,1	34,4	86,0
RIO GRANDE DO SUL	16,3	17,9	18,3	18,1	18,5	18,6	17,9	19,6	21,8	20,7	19,3	18,1
SANTA CATARINA	7,9	8,4	10,3	11,6	11,1	10,5	11,0	10,4	13,0	13,0	12,9	63,1
SUL	15,3	17,1	18,3	19,5	20,6	20,8	20,9	21,4	24,0	24,5	23,6	53,6
DISTRITO FEDERAL	37,5	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	39,2	34,2	-8,8
GOIÁS	20,2	21,5	24,5	23,7	26,4	24,9	24,6	24,4	30,0	30,2	29,4	45,6
MATO GROSSO	39,8	38,5	37,0	35,0	32,1	32,4	31,5	30,7	31,8	33,3	31,7	-20,2
MATO GROSSO DO SUL	31,0	29,3	32,4	32,7	29,6	27,7	29,5	30,0	29,5	30,4	25,8	-16,7
CENTRO-OESTE	29,4	29,3	30,4	30,5	30,0	28,2	28,3	28,4	31,1	32,6	30,2	2,6
BRASIL	26,7	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	27,0	26,2	-2,0

Fonte: WASELFSZ, 2011, p. 24.

Os dados apresentados nos permitem inferir quedos sete estados que lideravam a lista no ano 2000, seis alcançaram quedas em suas taxas, casos de São Paulo e Rio de Janeiro, onde as involuções foram consideráveis. Nesse grupo, somente o Espírito Santo apresentou leve crescimento no período. Entretanto Waiselfisz (2011) faz um adendo, ao evidenciar que no ES a queda se iniciou em 1998, quando o estado apresentava taxa de 58,4 homicídios em 100 mil habitantes, o que se traduz em queda de 14,3% para o período 1998/2010.

Entretanto, nos outros 17 estados com as menores taxas o contrário ocorreu. Na Bahia mais que quadruplicou, no Pará e Maranhão cresceram mais que 250%, e em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, as taxas mais que duplicaram, o que levou Alagoas a saltar do 11º para a 1º Estado em taxas de homicídio no país em 2010, fato que se apresenta até o ano de 2013, conforme aponta o FBSP (2014, p. 16).

Tal realidade é confirmada na análise dos números absolutos. De acordo com Waiselfisz (2011, p. 23), estados que até o início da década apresentavam taxas moderadas, para a conjuntura nacional, caso de Alagoas, Pará e Bahia (11º, 21º e 23º lugar respectivamente) passam a ocupar as primeira, terceira e sétima colocações, com o crescimento absoluto de homicídios eventualmente superiores a 300%, casos da Bahia (332%) e Maranhão (329%). Já os Estados que no início dos anos 2000 tinham o maior número de homicídios sustentaram involuções importantes, como São Paulo (-63,2%) e Rio de Janeiro (-42,9%). Na região Nordeste, apenas Pernambuco apresenta queda (-20,2%) no período 2000-2010.

Esse reordenamento não obedeceu a uma dinâmica regionalizada, pois:

Pelo ordenamento dos estados [...] também vemos que o fenômeno não se restringe a uma região ou área delimitada. A disseminação atuou espalhando a violência homicida para todas as regiões do país, numa espécie de reequilíbrio hidrodinâmico dos vasos comunicantes: dos estados mais violentos para os menos violentos. (WASELFISZ, 2011, p. 43).

Waiselfisz (2011) explica que os dados apresentados tornam visível o processo de desconcentração, de interiorização, onde os núcleos da violência se deslocam das capitais e regiões metropolitanas para cidades de menor porte, no interior dos estados, e até mesmo para outros estados. O autor justifica esse processo em três principais fatores determinantes: desconcentração das atividades econômicas do país; investimentos em segurança nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas, a partir do novo Plano Nacional de Segurança Pública, de 1999; e melhoria na cobertura dos sistemas de captação de dados de mortalidade no interior do país e em estados com cobertura deficiente.

A partir do Gráfico 5 é possível compreendermos aspectos relevantes no que se refere a faixa etária das vítimas de mortes violentas no Brasil:

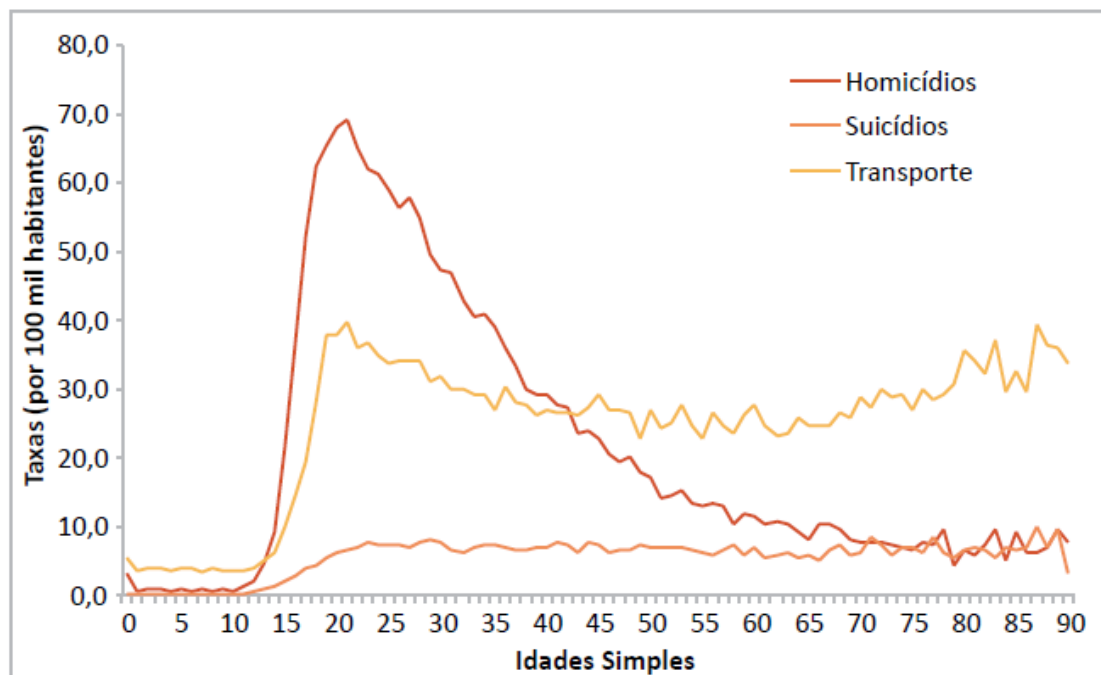


Gráfico 5 - Taxas de mortalidade violenta por Idades Simples. Brasil. 2011.
Fonte: WAISELFISZ (2014, p. 26).

É possível observar que entre os jovens¹⁵a incidência dos homicídios assume o caráter de uma “pandemia” (WAISELFISZ, 2014, p. 41). Da estimativa do IBGE, 52,2 milhões de jovens representavam 26,9% do total da população em 2012, entretanto foram responsáveis por 53,4% dos homicídios no país. Os 30.072 homicídios de jovens em 2012 indicam a grave proporção alcançada pela vitimização juvenil. Entre 1980 e 2012, 62,9% das mortes entre os jovens estão relacionadas a causas externas. Nesse mesmo período, entre os jovens, os homicídios foram responsáveis por 28,8% das mortes ocorridas, o que indica um crescimento histórico desse protagonismo do homicídio como causa das mortes entre os jovens no país.

O Gráfico 6 nos possibilita verificar que os homicídios juvenis também têm suas peculiaridades nas diferentes unidades da federação:

¹⁵Considerados por Waiselfisz (2014) como as pessoas com idade entre 15 a 29 anos.

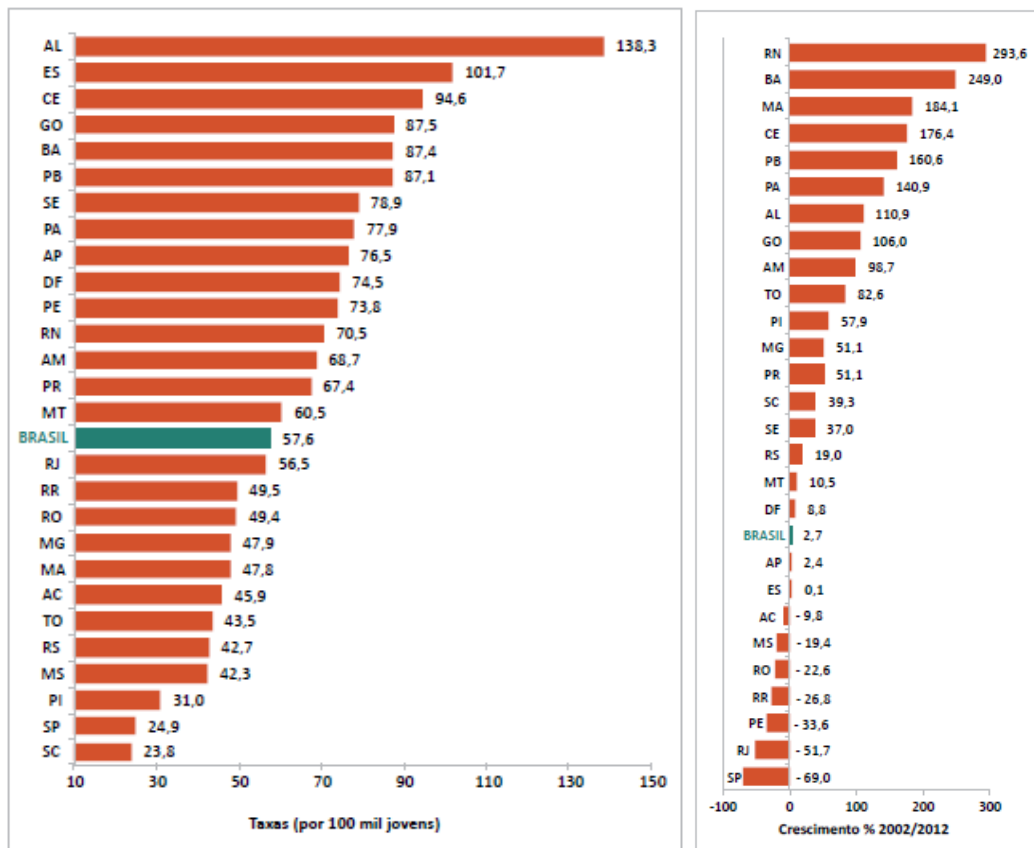


Gráfico 6 - Ordenamento das UF's segundo taxas de homicídio juvenil. Brasil. 2012. / Crescimento das taxas de Homicídio. População Jovem por UF. 2002/2012.

Fonte: WASELFISSZ (2014, p. 47/p. 45).

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e, relativamente menos, Pernambuco, alcançam quedas significativas entre 2002 e 2012, entre as sete unidades com diminuição nas taxas. Portanto em 20 estados as taxas aumentam, com casos inquietantes como os do Rio Grande do Norte e da Bahia, onde as taxas mais que triplicam. Em Alagoas, as taxas de homicídios juvenis são cinco vezes maiores que as em Santa Catarina ou em São Paulo.

Devemos ainda analisar nesse contexto aspectos relacionados a cor da pele das vítimas. Waiselfisz (2014) explica que não existem aferições de população por raça/cor desagregadas no nível municipal em anos não censitários. Portanto, na avaliação das taxas de homicídio e dos índices de vitimização que passamos a apresentar no Gráfico 7 deve-se levar em consideração essa limitação metodológica, superada a partir de projeções realizadas pelo autor.

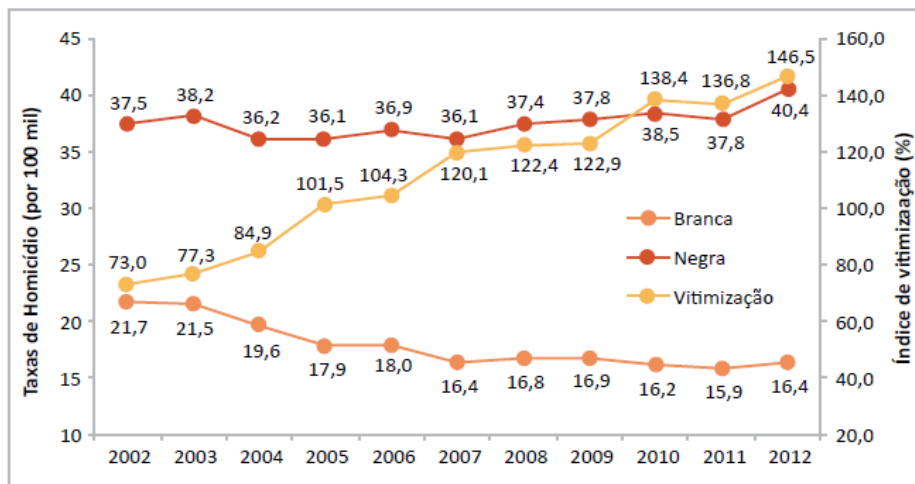


Gráfico 7 - Taxas de homicídio branco e negro e vitimização negra¹⁶. População Total. Brasil. 2002/2012.

Fonte: WAISELFISZ (2014, p. 151).

É possível observar a tendência de queda nas taxas de homicídios entre a população branca e seu aumento na população negra. Tal tendência se verifica tanto para a população em geral quanto para os jovens, representados no gráfico que segue:

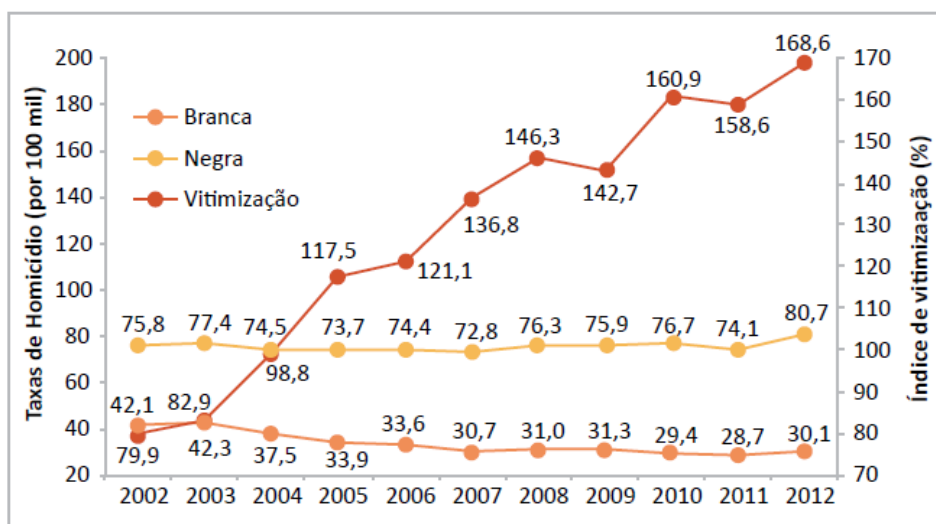


Gráfico 8 - Taxas de homicídio branco e negro e vitimização negra. População Jovem. Brasil. 2002/2012.

Fonte: WAISELFISZ (2014, p. 152).

¹⁶No estudo de Waiselfiz (2014) a vitimização negra é a relação entre as taxas de vítimas negras (pretos e pardos) e as taxas de vítimas brancas, demonstrando em níveis percentuais a relação entre essas taxas. Vitimização igual a zero traduz uma equivalência entre as taxas.

Em números absolutos Waiselfisz (2014) afirma que entre os brancos o número de vítimas varia de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012 (-24,8%). Já entre as vítimas negras observou-se um crescimento de 38,7% no mesmo período, refletindo o crescimento absoluto de 29.656 para 41.127 vítimas. Ora, se já observamos que na série histórica analisada em âmbito nacional não ocorreram grandes variações nas taxas de homicídio no conjunto da população (28,5 em 2002 para 29 em 2012) e, ao mesmo tempo, observou-se um crescimento considerável no índice da vitimização negra (111% no período), é possível concluir a existência de uma modificação na lógica interna da violência. Tais dados nos remetem a indícios da crescente seletividade racial das vítimas de homicídio doloso no Brasil. Em números absolutos, nesse período, o número de homicídios de jovens brancos cai 24,8%, e dos jovens negros aumenta 38,3%.

Conforme já explanado, o UNODC (2014) categoriza a motivação para os homicídios em três faces: relacionado a atividades criminosas; em conflitos interpessoais; e disputas sócio-políticas. Homicídios relacionados a atividades criminosas têm níveis de registros muito diferentes nas várias regiões do mundo. Na América do Sul e Central atualmente existem níveis muito elevados de assassinatos dessa natureza. Muitas vezes relacionados à violência entre grupos criminosos organizados, responsáveis por 30% dos homicídios na América. Na Ásia, Europa e Oceania isso ocorre em menos de um por cento dos assassinatos. Na América do Sul e na América Central, segundo o mesmo estudo, a taxa de homicídios entre a população masculina na faixa de 15 a 29 anos é mais que quatro vezes maior se comparada com a taxa média global, para a mesma faixa etária.

O UNODC (2014) esclarece que armas de fogo são utilizadas em quatro a cada dez homicídios no mundo. Fato particularmente observado na América, onde dois terços dos assassinatos são cometidos com armas de fogo. De acordo com estimativas de Defrius e Nascimento (2005) o país contava com 15,2 milhões de armas de fogo em mão privadas, 8,5 milhões não registradas. Os registros do SIM, segundo Waiselfisz (2015), permitem verificar

que, entre 1980 e 2012 no Brasil 880 mil pessoas vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo (AF) vieram a óbito:

Esse enorme crescimento das mortes por armas de fogo na população total, foi avançado, de forma quase exclusiva, pelos homicídios, que cresceram 556,6%, enquanto os suicídios com AF aumentaram 49,8% e as mortes acidentais caíram 26,4%. (WAISELFISZ, 2015, p. 21).

Segundo o autor na população jovem a evolução foi ainda mais perversa, com incremento de 655,5% no número absoluto de jovens assassinados por AF no mesmo período. Se levarmos em conta o crescimento populacional interessante é a análise apresentada pelo Gráfico 9:

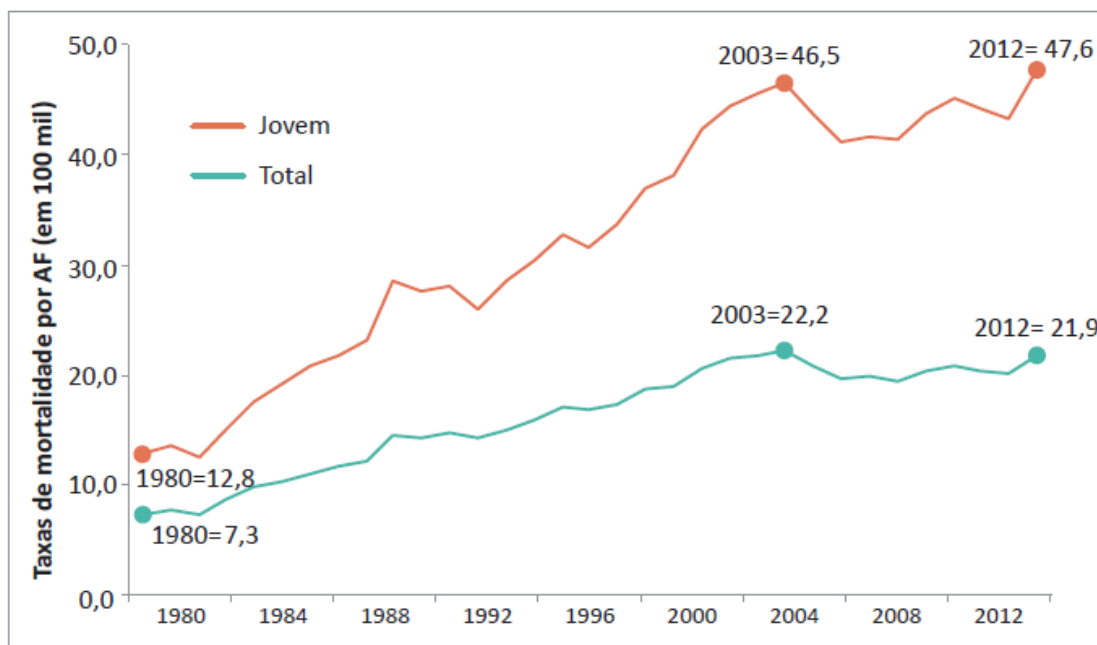


Gráfico 9 - Taxas de mortalidade por AF. População Total e Jovem. Brasil. 2002/2012.

Fonte: WAISELFISZ (2015, p. 25).

No período apresentado, e para a população total, a taxa de mortes por AF sofreu um crescimento de 200%. Todavia, na população jovem foi de 271,9%. O autor observa que no universo populacional entre 1982 e até 2003 o crescimento das taxas na população total é contínuo e regular, com incremento de 5,5% ao ano. No grupo dos jovens são observáveis períodos de oscilações, como crescimento médio superior, 6,5% ao ano.

Finalmente no âmbito nacional, vamos abordar como se comportam os homicídios no que se refere ao gênero. Já é possível observarmos a prevalência da incidência desse tipo de crime na população masculina. Segundo Waiselfisz (2015) do total das vítimas de homicídio em 2012 94,2% eram do sexo masculino. Há pouca variação entre o conjunto da população e a população jovem, nesse quesito.

No gráfico 10 apresentamos o comportamento em números absolutos dos homicídios por gênero no Brasil entre 2011 e 2013.

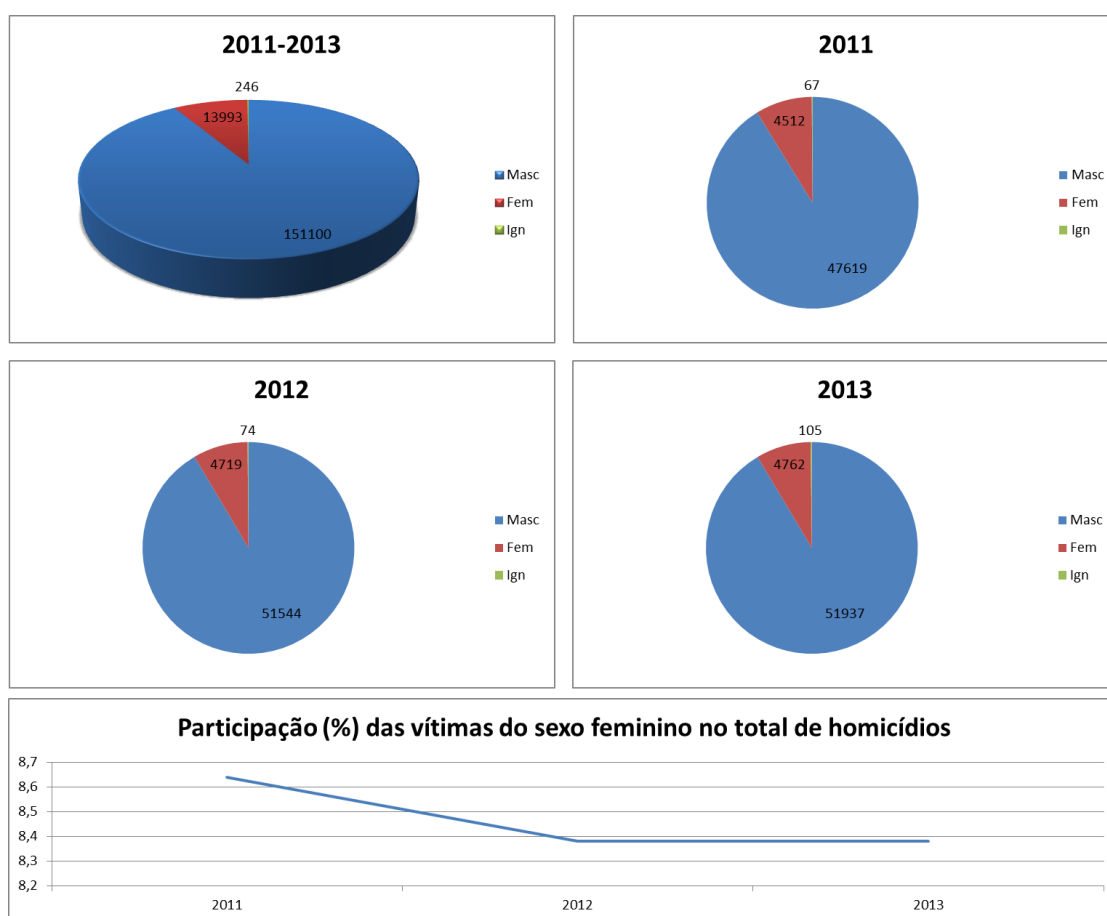


Gráfico 10 – Número absoluto e participação por gênero de homicídios no Brasil. 2011/2013.

Fonte: SIM, 2015

Como podemos verificar, a participação no total de homicídios das vítimas do sexo feminino tem se mantido estável no período analisado, 8,64% para 8,38% do total. Entretanto nos estados podemos observar mais uma vez algumas

discrepâncias, a partir da observação das taxas de feminicídios nas unidades federativas, apresentadas no Gráfico 11:

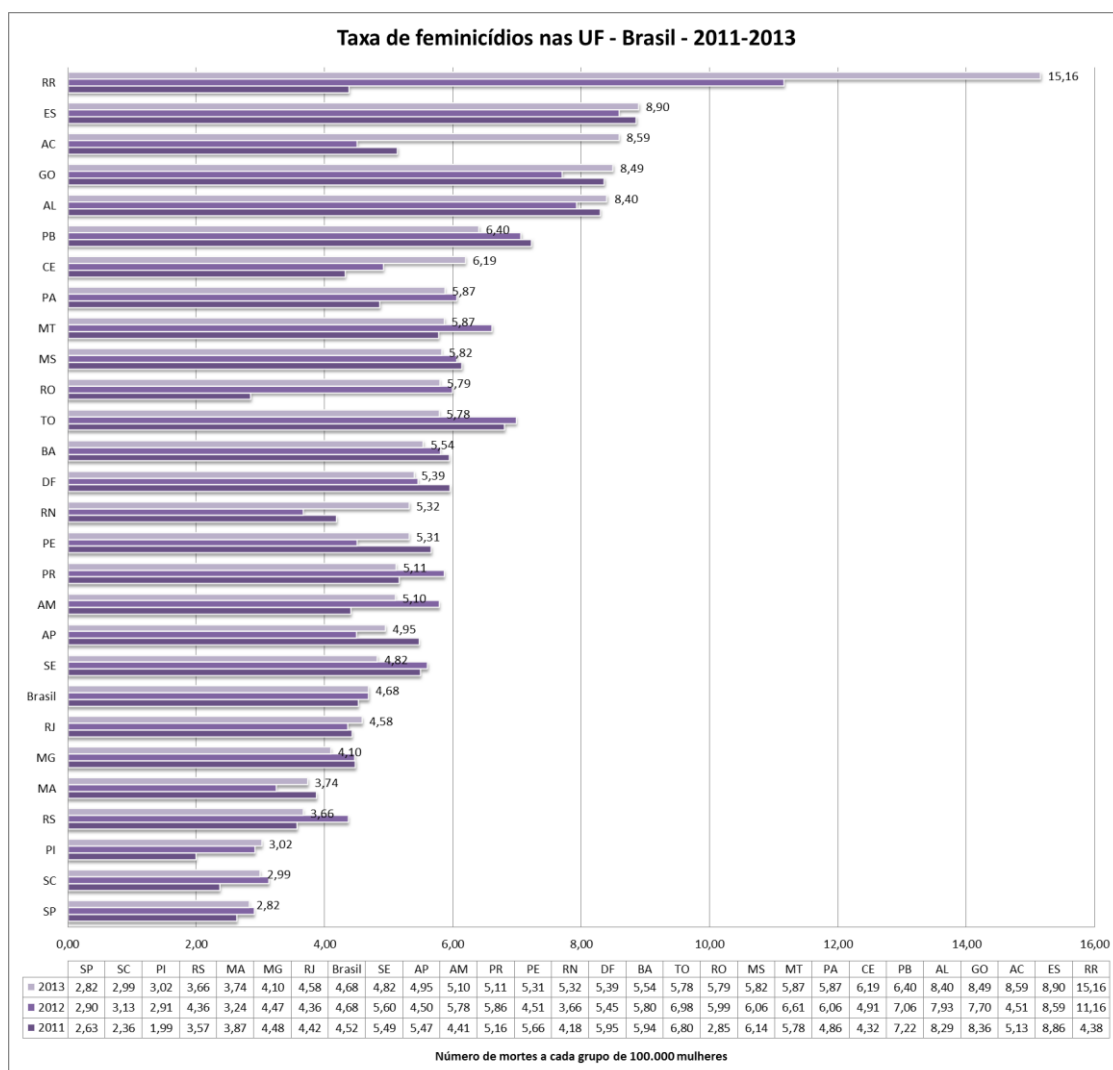


Gráfico 11 - Taxas de Homicídios. População do sexo feminino. Brasil. 2011/2013.

Fonte: Número de Homicídios absolutos (SIM, 2015). População (IBGE, 2015). Taxas por 100.000 mulheres tabulada pelo autor.

Do que se pode abstrair dos dados, primeiramente observamos o incremento acelerado no estado de Roraima. Com 10 homicídios registrados em 2011, o registro de 36 mulheres assassinadas em 2013 consolidou a posição do estado com a maior taxa entre as UF, contra suas 237.527 mulheres em 2013, segundo projeção do IBGE. A taxa de feminicídios em RR saltou de 4,38 para 15,16; ou seja, mais que triplicou de 2011 a 2013.

Após Roraima, os estados que apresentaram maiores crescimentos em suas taxas estão Rondônia, Acre, Piauí, e Ceará, com crescimentos de 103,16; 67,45; 51,76 e 43,29 por cento, respectivamente. No mesmo período a taxa no Brasil variou 3,54%. As maiores reduções não apresentaram variações tão substanciais, 15% em Tocantins, 12,2% em Sergipe e 11,36% na Paraíba. Outra análise diz respeito aos estados do Espírito Santo, Goiás, Alagoas e Paraíba que mantiveram suas taxas estabilizadas em patamares elevados em toda a série analisada. Entre as UF com as menores taxas estão SP, SC, PI, RS, MA, MG e RJ, todos com taxas menores que 4,68 mortes por 100.000 mulheres; média nacional em 2013.

6.4 DESENVOLVIMENTO TARDIO, DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

A formação histórica do estado do Espírito Santo é trazida por Ribeiro (2013), que baseado na obra “Memórias do Desenvolvimento” do ex-governador do estado do ES, Christiano Dias Lopes, argumenta que com o sistema de capitanias hereditárias o atual estado do ES ficou numa faixa pouco explorada entre o sul da capitania de Porto Seguro e o norte da capitania do Rio de Janeiro. Assim, a metrópole portuguesa, com o intuito de proteger as conquistas e a exploração do ouro em outras regiões, proibiu os acessos pelo rio Doce. Tal decisão colocaria o Espírito Santo fora do desenvolvimento proporcionado pela economia mineradora no Brasil à época. Nas palavras do ex-governador: “Passou tudo perto, mas não passou por aqui”.

Segundo Silva (1995) o Espírito Santo passou a configurar no cenário econômico brasileiro com o advento da economia cafeeira. Com a hegemonia do café na economia a partir de meados do século XIX o estado, até então irrelevante no ambiente socioeconômico nacional, passou a compor o reordenamento trazido pela economia cafeeira. Tal inserção se fez de forma peculiar, posto que as estruturadas relações de produção acabou por refletir as características do subdesenvolvimento de suas forças produtivas até então. Nessa transformação, observou-se ainda a constituição de forças político-institucionais por um diminuto número de favorecidos das bases oligárquicas que dominariam o poder político regional, até, praticamente, a contemporaneidade.

Esírito Santo (2013) apresenta o Plano de Desenvolvimento ES 2030. No documento também é possível encontrar análises no que tange ao desenvolvimento histórico, econômico e social do estado. Segundo o estudo, em meados dos anos 1960, a forte crise da economia cafeeira provocou uma busca por novos projetos e oportunidades. Nas décadas de 1970 e 1980 o ES viria a implantação de grandes plantas industriais: Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose, Samarco e Companhia Vale do Rio Doce, com maciça presença de investimentos estatais. Os anos posteriores foram

caracterizados pelo progresso das privatizações desses grandes parques produtivos que proporcionaram alta nos investimentos no estado, robustecendo o incremento de fornecedores locais, período em que a iniciativa estatal esteve à margem do processo, à época mais vinculado às forças da iniciativa privada, consolidando nos anos 2000 uma sólida e crescente cadeia de investimentos.

O Plano ainda aponta que o acentuado regime de urbanização se concentrou na microrregião metropolitana, proporcionando a formação de seu aglomerado urbano. Dos anos 1960 a 2000 a taxa de urbanização no ES saltaria de 28,4% para 79,5%. Essa nova configuração demográfica permitiu o incremento da parcela de habitantes vivendo em situação de pobreza e subemprego, criando uma atmosfera de carência nos serviços públicos essenciais de educação, saúde, habitação e, por conseguinte diversos obstáculos na área de segurança.

O Estado do Espírito Santo teve em 2014 sua população estimada em 3.885.049 habitantes. Possui aproximadamente 47 mil km² de área, o que lhe confere uma densidade demográfica de 76,25 hab/km². O rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente em 2014 foi de 1.052 reais e possui subdivisão política em 78 Municípios, de acordo com o IBGE (2015). Complementando os aspectos demográficos apresentamos a Figura 8:

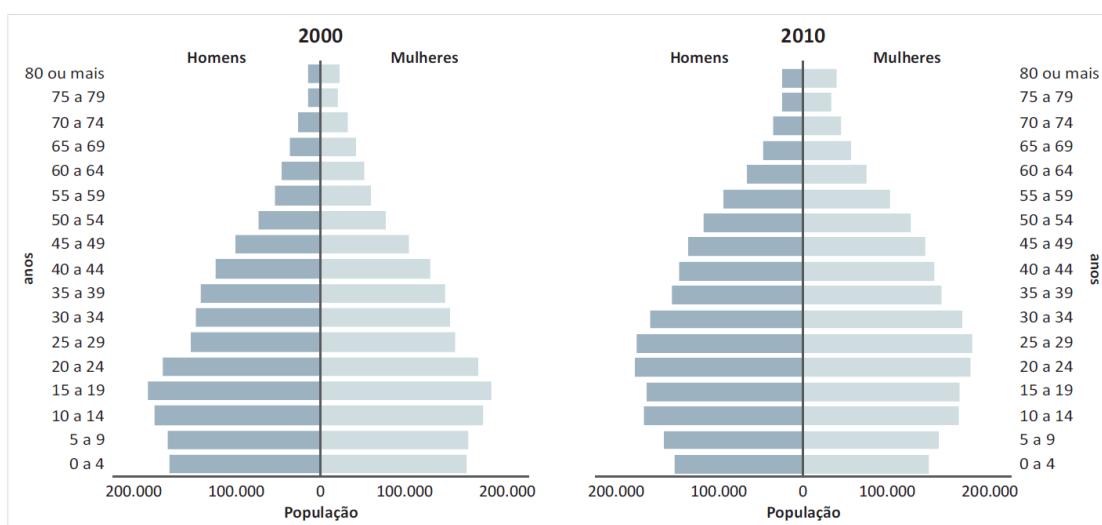


Gráfico 12 – Pirâmide etária. ES. 2000/2010.

Fonte: IJSN (2015).

A seguir, na Figura 9, apresentamos a subdivisão do estado por Microrregiões:

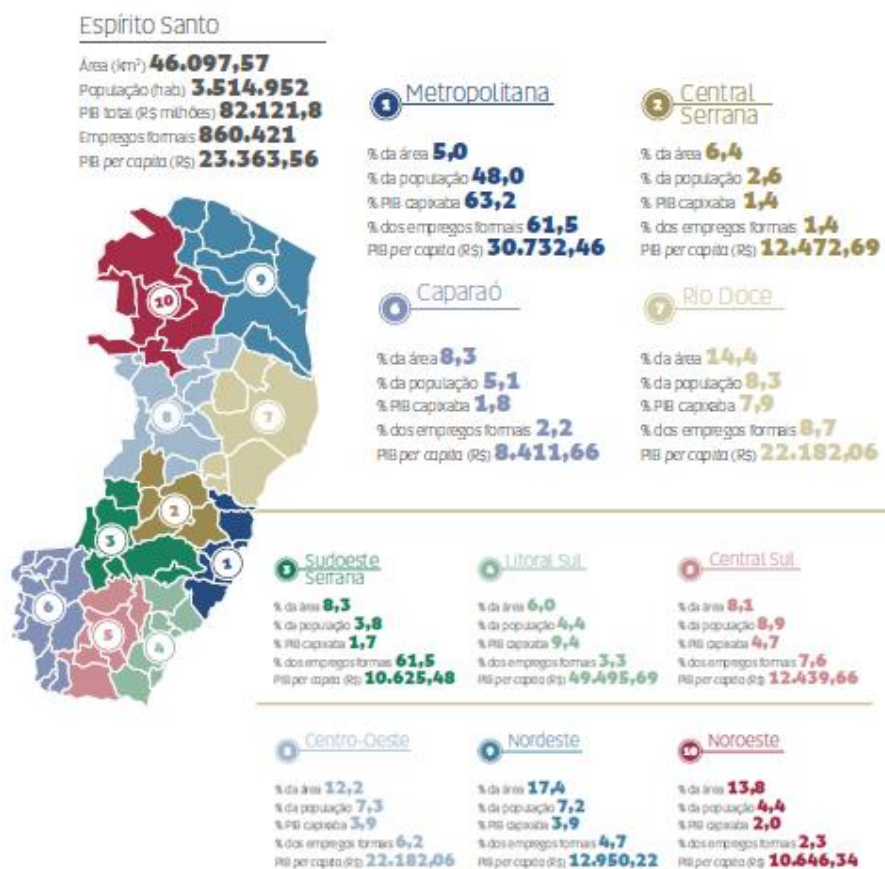


Figura 9 – Microrregiões do ES. 2010.

Fonte: Espírito Santo (2013, p. 50-51).

Como se pode observar a região Metropolitana embora disponha de apenas 5% da área territorial concentrava 48% da população capixaba em 2010. Segundo Mattos (2008) essa estruturação do espaço, principalmente na capital, Vitória, esteve historicamente marcada pelo não atendimento às demandas sociais, aspecto que produziu uma série de dificuldades típicas de regiões urbano-industriais: problemas habitacionais, de saneamento e violência.

O conceito de violência discutido anteriormente faz alusão à relatividade de sua definição. Por isso importante é localizarmos o estado do ES no cenário nacional. A UF configurava como o 2º lugar em taxa de homicídios por 100 mil

habitantes (50,1) em 2010 (106,17% superior à média nacional). No que se refere às regiões metropolitanas, a Grande Vitória, em 2000, chegou a ocupar também a 2ª colocação no País, com taxa de 73,6 homicídios por 100 mil habitantes. Em 2010 evoluiu para a não menos preocupante 4ª colocação, com taxa de 68,6 homicídios por 100 mil habitantes, segundo Waiselfiz (2012).

Para melhor compreendermos como se deu a evolução da violência homicida no ES apresentamos a Gráfico 13:

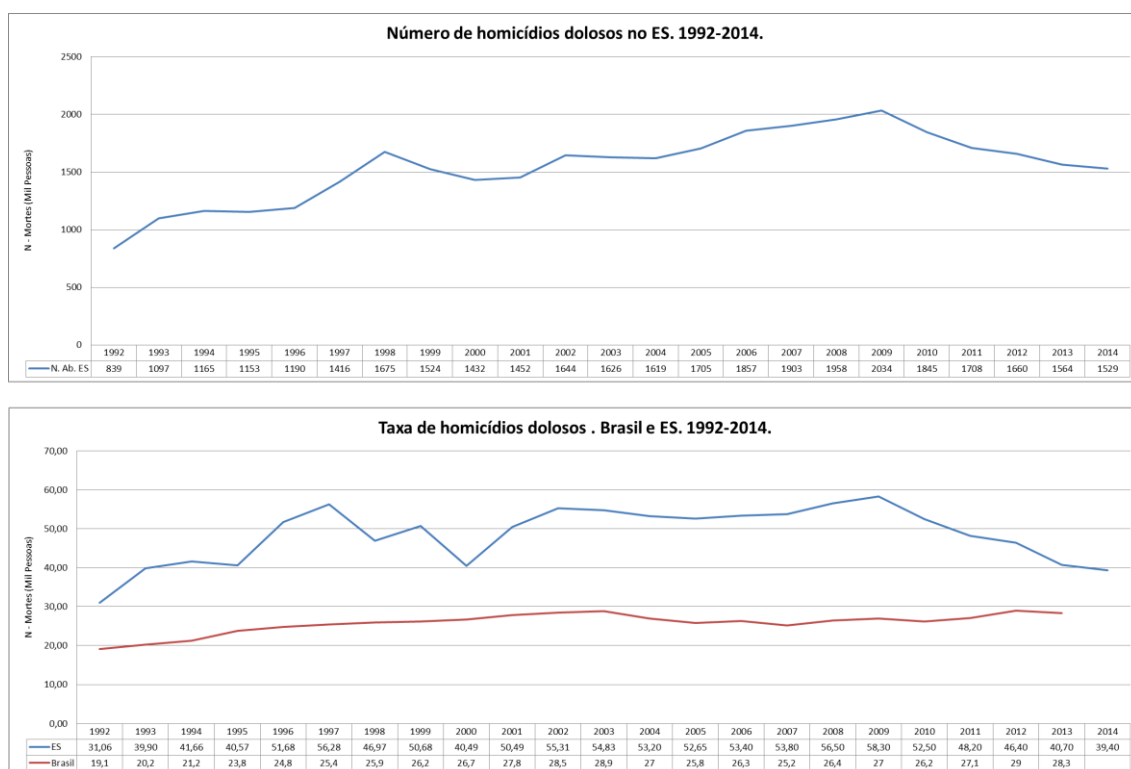


Gráfico 13 – Número absoluto de homicídios no ES. Taxas de Homicídios no ES e no Brasil. 1992/2014¹⁷.

Fonte: 1992 a 2003 - SIM/DATASUS. 2004 a 2013 - DML/PC DINT/PMES.

Organização: GEAC/SESP.

Segundo Cerqueira (2013) o estado do ES desde o início da série do SIM/DATASUS, em 1980, sempre esteve entre os cinco estados brasileiros com maior violência homicida. O autor argumenta que a taxa de mortes por suicídios e acidentes não diferem da média nacional, mas os homicídios têm taxas epidêmicas. No que se refere ao perfil das quase 19 mil vítimas de homicídio no ES entre 2000 e 2010 não há grandes discrepâncias com a média

¹⁷A taxa de homicídios no Brasil em 2014 não pode ser apresentada, pois o SIM tem seu banco de dados defasado em dois anos.

predominante em âmbito nacional: homens, jovens de aproximadamente 20 anos, solteiros, negros ou pardos, com baixa ou nenhuma escolaridade, assassinados em via pública, com o instrumento arma de fogo, entre 20h e meia-noite.

Outra questão relevante trazida a baila por Cerqueira (2013) é a 13ª posição do estado entre as UF no que tange às agressões não letais. Ou seja, o recurso da violência para resolução de conflitos não se destaca tanto quanto a taxa da letalidade de seu uso, fruto da maior disponibilidade de armas de fogo argumenta o autor.

Cerqueira (2013) ainda aponta a vitimização de mulheres e mortes ocasionadas por conflitos domésticos, que apresentam taxas acima da média nacional, fato já constatado na análise por gênero. Baseado em informações contidas em inquéritos policiais essa incidência da violência doméstica é indicada pelo autor como combustível para a prática da violência na resolução de conflitos externos. Tal conclusão se baseia na informação de que crianças e mulheres são vítimas de familiares e conhecidos em 65% e 90% dos casos respectivamente.

De acordo com Waiselfiz (2012) as taxas no estado na década de 1980 sofreram leves aumentos, oscilações e estavam relativamente próximas das nacionais. Em 1980 a taxa da região metropolitana de Vitória (15,4) era praticamente igual à do interior (14,9) e a do estado (15,1), levemente acima da média nacional (11,7). Pela análise do Gráfico 13 podemos observar que já em 1992 a taxa no estado praticamente dobra (31,1), números alavancados principalmente pelas ocorrências da RMGV, onde a taxa sobe de 20 para 96 homicídios em 100 mil habitantes, um forte crescimento de 379% ou 13,9% ao ano, sendo que no interior, o crescimento foi bem reduzido: 25% ou 1,9% ao ano.

Entre 1992 e 2013 a maior disparidade entre a taxa de homicídios capixaba e a taxa média nacional ocorre em 1997 (122% maior) e em 2009 (116% maior). A menor verifica-se em 2013 (44%), tendência que pode ser observada no

gráfico, de aproximação e estabilização em nível estadual e nacional, embora em patamares elevados.

Segundo Waiselfiz (2012) no fim da década de 1990 inicia-se no ES um novo ciclo, qual seja a queda das taxas na RMGV e o seu incremento no interior, permanecendo as taxas nacionais praticamente equilibradas. No estado entre 2009 e 2014 as taxas caem 32%, principalmente na RMGV enquanto no interior as taxas continuam a crescer, fato que pode ser bem observado na Figura 10:

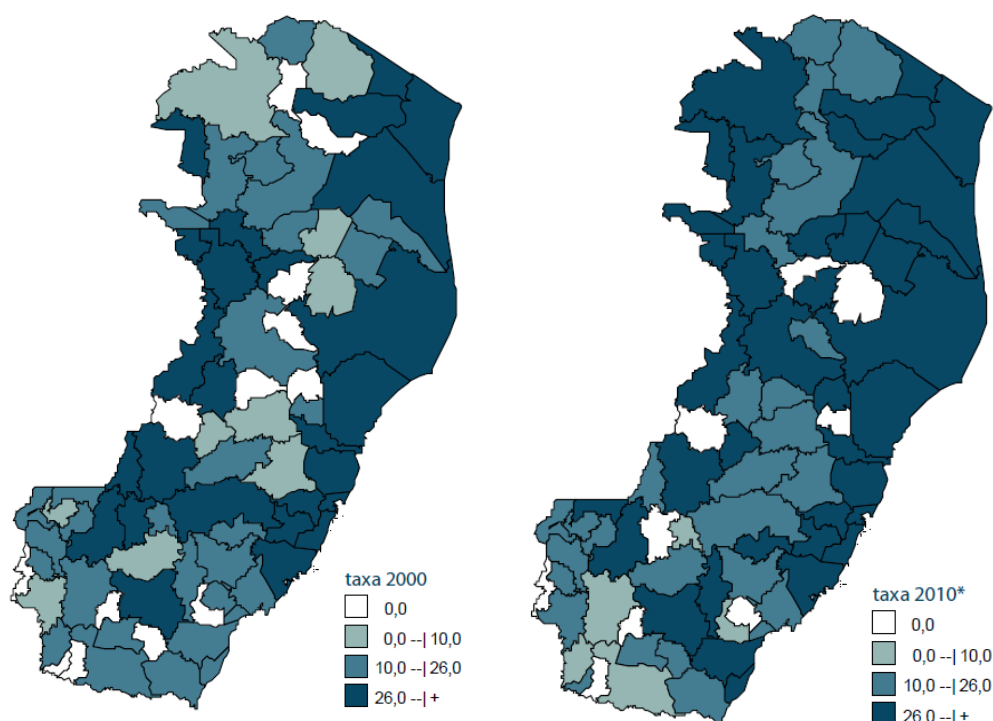


Figura 10 – Taxa de homicídios nos municípios do ES. 2000/2010.

Fonte: Waiselfiz (2012, p. 119-120).

Em 2000, de acordo com Waiselfiz (2012), 26 cidades tinham uma taxa acima dos 26 homicídios/100 mil habitantes. Dez anos depois, esse número de municípios aumenta para 37, como se pode observar na Figura 10 tal expansão. As maiores taxas continuam concentradas nos quatro municípios mais populosos do estado e inseridos na RMGV: Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória. Ainda que sua participação no total de homicídios no ES tenha sofrido uma queda discreta passando de 66,7% para 60,5% no período

analisado. Nas cidades com população entre 10 e 20 mil habitantes as cidades de Fundão e Mantenópolis observaram grande incremento em suas taxas. Para a categoria entre 100 e 200 mil habitantes ressaltamos a cidade de São Mateus.

Cerqueira (2013) aponta ainda que esse histórico de taxas elevadas da violência homicida no ES não pode ser atribuído ao acaso. Segundo dados do IPEA, a UF está entre os três primeiros lugares no que se refere à difusão de armas de fogo e consumo de drogas lícitas e ilícitas. O autor ainda cita questões relativas ao crime organizado, mais notadamente até o ano de 2002, período em que eram fagocitadas as esferas do executivo, legislativo e judiciário.

Avanços na economia capixaba são apontados por Cerqueira (2013) como fatores de reorganização política e social. Entre 1995 e 2002, o PIB per capita sofreu retração em 15%, já entre 2003 e 2010 sofreu um incremento de 65%. Também foram implementadas políticas públicas mais qualificadas de intervenção, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade social. O autor cita o programa Estado Presente, que fez uso de indicadores georreferenciados e coerentes com as realidades sociais nesses territórios.

Não obstante, grandes ainda são os desafios, que vão requerer um novo pacto entre Estado e sociedade, com vistas a produzir um enfrentamento conjunto da violência doméstica e juvenil, do consumo de drogas e da disponibilidade de armas de fogo, “combustíveis da violência letal que tem desestruturado milhares de famílias capixabas” (CERQUEIRA, 2013, p. 58).

Vimos que as maiores taxas continuam concentradas na RMGV (60,5%) embora represente apenas 5% do espaço territorial do estado. No Capítulo seguinte especificaremos como os homicídios dolosos se comportam em Vila Velha, cidade alvo de nossa pesquisa.

7. HOMICÍDIOS DOLOSOS EM VILA VELHA:ANÁLISE CRIMINAL E PSICOSSOCIAL DO CRIME, DA VÍTIMA E DA MOTIVAÇÃO DO AGRESSOR.

Existem algumas versões históricas que explicam o fato dos nascidos no Município de Vila Velha serem denominados canelas-verdes. Segundo A Gazeta (2015)¹⁸, uma das versões dá conta de que na chegada dos colonizadores portugueses no século XVI, liderados pelo navegador Vasco Fernandes Coutinho, à região da Prainha, os exploradores ao desembarcarem viram suas canelas serem envolvidas por algas de cor verde, sendo assim denominados pelos indígenas. Outra versão é que a população indígena local ao ver os portugueses vestindo meias verdes assim os intitularam, visto que não conheciam tal vestimenta.

Há ainda a interpretação apresentada pelo historiador Santos (2015)¹⁹, cuja explicação faz alusão aos costumes dos habitantes locais à época. A pesca era a principal fonte de alimentação, visto que a caça era uma alternativa mais complexa, dada as peculiaridades do ecossistema nativo. Adentrar a mata significava enfrentar insetos, répteis, vegetação espinhosa e fechada, características da restinga presente no litoral da cidade. Assim, os nativos para se protegerem dos espinhos e arbustos usariam um feixe de folhas e ramos entrelaçados nas pernas, e por conta desse costume também pode ter surgido a alcunha canela-verde.

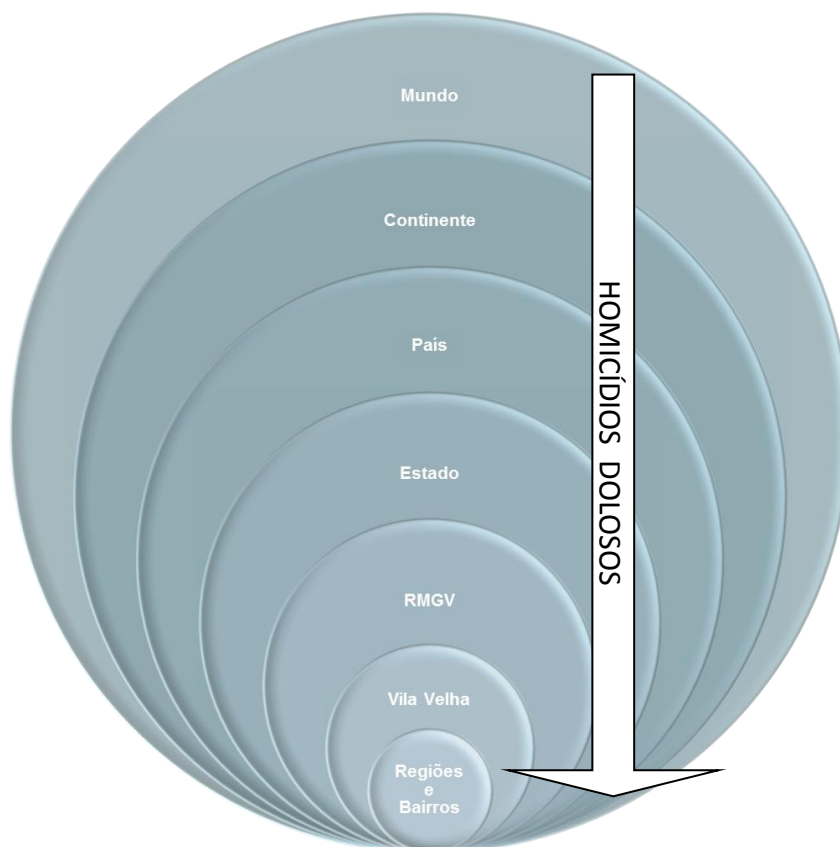
Vamos neste capítulo estabelecer relação entre a conquista e a expansão territorial em espaços com condições adversas, já presente no período de colonização, à apropriação do espaço pelos canelas-verdes na sociedade contemporânea, e as possíveis relações com o desenvolvimento de relações marcadas pela violência, particularmente os homicídios dolosos.

Para tanto, percorremos o caminho estabelecido na metodologia desse trabalho no que se refere ao entendimento da violência homicida, que nos

¹⁸ http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/05/especiais/capixapedia/3897571-capixapedia-confira-10-curiosidades-sobre-vila-velha.html

¹⁹ <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/memoria/o-capixaba-e-o-canela-verde/>

remeteu ao entendimento das macroestruturas global, continental, nacional, estadual e agora, conforme nosso objetivo, na cidade de Vila Velha. É o que esquematiza a Figura 11:



Buscaremos responder ao nosso problema de pesquisa, cuja resposta pretende diagnosticar criminal e psicossocialmente esses crimes contra a vida na série histórica apresentada pelos Gráficos 14 e 15:



Gráfico 14 – População e homicídios dolosos. Vila Velha. 1992/2014.

Fonte: População (IBGE). Número absoluto de homicídios: 1992 a 1997 SIM/DATASUS. 1998 a 2014-DML/PC DINT/PMES. Organização: GEAC/SESP

Taxa de homicídios dolosos . Brasil, ES e Vila Velha. 1992-2014.

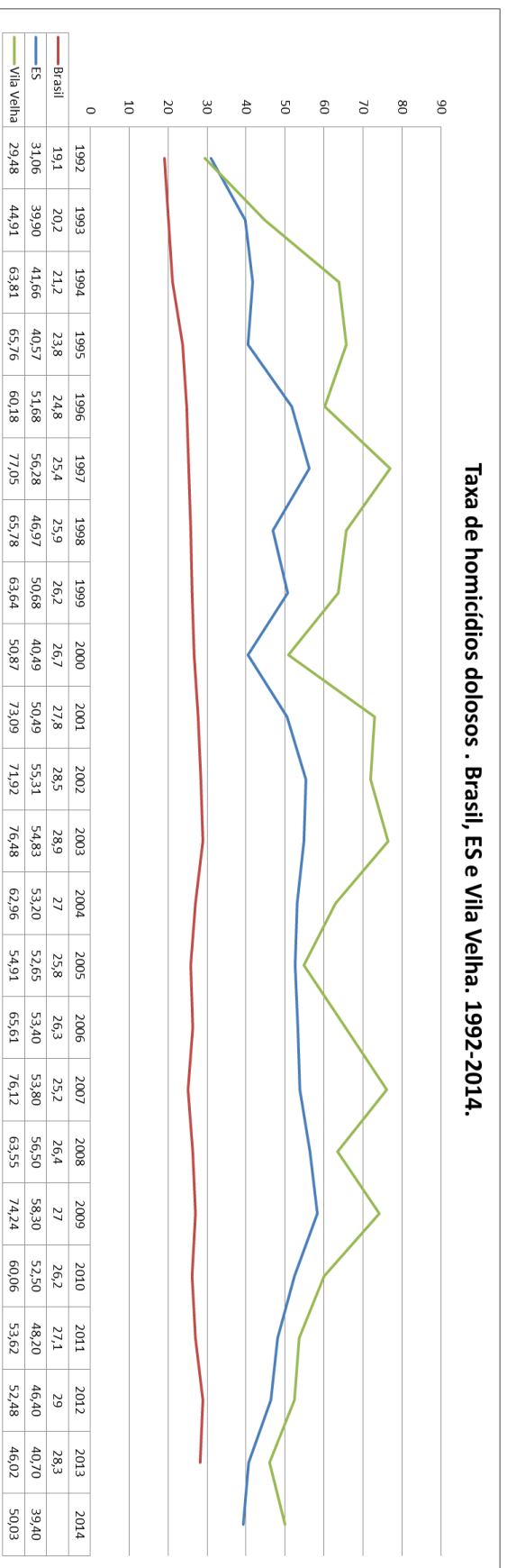


Gráfico 15 – Evolução dos homicídios dolosos. Brasil, ES e Vila Velha. 1992/2014.

Fonte: 1992 a 1997 SIM/DATASUS. 1998 a 2014- DML/PC DINT/PMES. Organização: GEAC/SESP

A partir da análise dos Gráficos 14 e 15 é possível reconhecer que a taxa de homicídios em Vila Velha sempre esteve, na série histórica analisada, acima dos patamares da média estadual e se apresentou ainda mais discrepante se comparada ao panorama nacional. De fato, o pico da taxa no município canelaverde se deu no ano de 1997, quando a cidade alcançou a marca de 77 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes e também registrou a segunda maior marca em números absolutos, com 303 mortes. Nesse mesmo ano foram registradas taxas de 56,3 e 25,4 no ES e no Brasil, o que representou uma diferença de 37 e 203 por cento respectivamente. Taxas acima de 70 também seriam observadas nos anos de 2001 a 2003 e também em 2009, ano do maior número de registro em números absolutos, com 309 mortes.

Já as menores taxas são observadas nas extremidades da série analisada. Em 1992 foi a única aferição com taxa abaixo de 30, quando foram contabilizadas 80 mortes, única aferição abaixo de 100 registros absolutos. Os anos de 1993 (44,9) e 2013 (43,1) foram, pela ordem, os outros dois períodos que registraram os menores índices. A variação apresentada entre a menor (1992) e a maior taxa (1997) no período foi de 161%, observação que se faz necessária principalmente quando verificamos que ela ocorreu em um lapso de apenas 5 anos.

Aliás, a observação dos dados apresentados também nos permite inferir que o crescimento populacional da cidade não manteve relação direta de causalidade no que se refere a taxa de homicídios, embora 9 entre os 10 maiores registros em números absolutos estejam localizados no presente século. Com comportamento quase que linear crescente, a população da cidade acompanhou períodos de oscilações na taxa de homicídios durante toda a série analisada. Entre os mais destacados podemos apontar o crescimento das taxas no período 1992-1997 (161%), já apresentado, o decréscimo de 34% entre 1997 e 2000 e o incremento de 50% entre 2000 e 2003. No período pós 2003 até 2005 observamos queda na ordem de 28%, fato semelhante ao ocorrido em todo território nacional devido aos fatores já elencados. De 2005 a 2009 as taxas sofrem incrementos de menor grandeza, quando passam a cair

novamente até 2013,sofrendo outro incremento de 8,7% em 2014 em relação ao ano anterior.

Percorrendo o caminho delimitado pela metodologia de nossa pesquisa passamos agora a analisar especificamente os homicídios ocorridos em 2013 e 2014 no município de Vila Velha. A primeira questão a ser respondida se refere à temporalidade dessas mortes, ou seja, quando ocorreram?

7.1 WHEN? – QUANDO?

O Gráfico 16 apresenta em números absolutos os homicídios dolosos ocorridos por mês em 2013 e 2014:

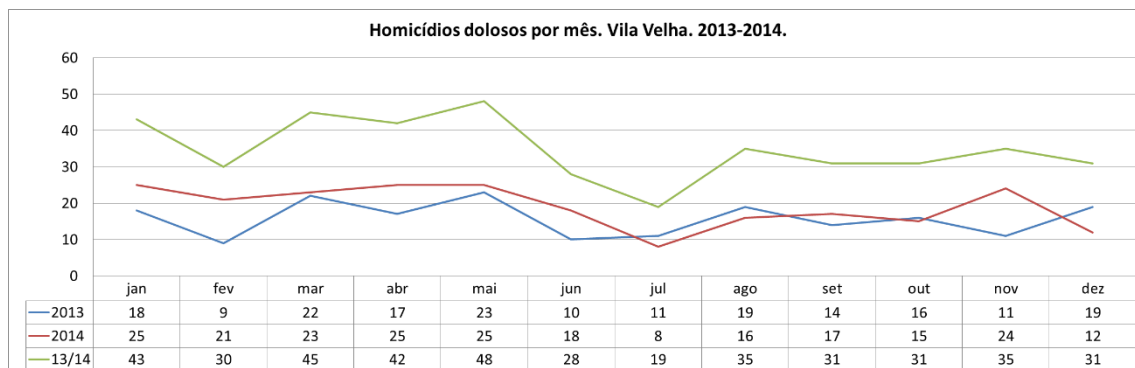


Gráfico 16 – Homicídios dolosos por mês, Vila Velha/ES, 2013-2014.

Fonte: SESP, 2015.

É possível verificar que os meses de janeiro, março, abril e principalmente maio, com 48 mortes registradas no acumulado 13/14, destacam-se como os meses mais violentos.

Já a análise que segue no Gráfico 17 apresenta as mortes ocorridas por dia da semana.

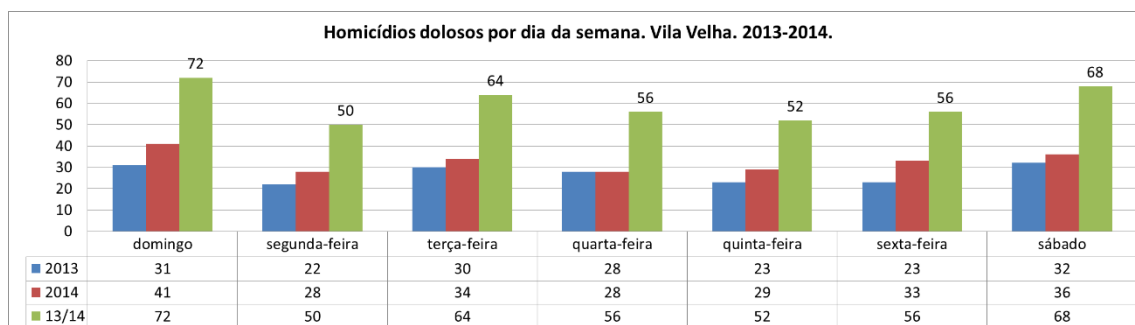


Gráfico 17 – Homicídios dolosos por dia da semana, Vila Velha/ES, 2013-2014.

Fonte: SESP, 2015.

É possível observar nessa categorização temporal a maior incidência aos domingos, terças-feiras e sábados, com especial concentração nos finais de semana. A maior incidência de horários é apresentada no Gráfico 18:

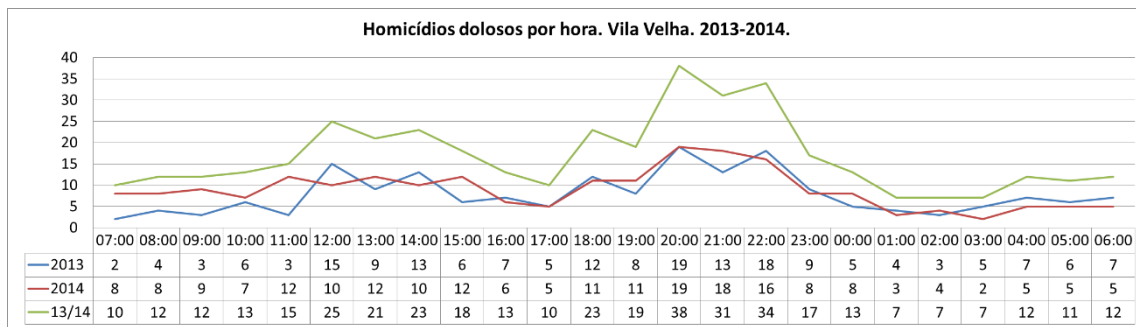


Gráfico 18 – Homicídios dolosos por hora, Vila Velha/ES, 2013-2014.

Fonte: SESP, 2015.

No que se refere ao horário de ocorrência das mortes analisadas também é clara a concentração entre 20:00h e 22:00h, oportunidades em que ocorreram mais de 30 mortes por hora no biênio analisado, com pico entre 20:00h e 20:59h (38 mortes).

7.2 WHERE? – ONDE?

Outra resposta a ser buscada, de acordo com a metodologia proposta, se refere a localização espacial, por bairros, das ocorrências de homicídios dolosos em Vila Velha. A Tabela 9 apresenta a relação por ordem alfabética dos bairros da cidade e os respectivos números absolutos das mortes ocorridas em 2013 e 2014, bem como a variação ocorrida entre esses anos.

Tabela 9 – Número absoluto e variação de homicídios por bairros – Vila Velha, 2013 e 2014

Bairros	2013	2014	13-14	% 13/14	Bairros	2013	2014	13-14	% 13/14
ALECRIM	8	5	13	-37,50%	JOCKEY DE ITAPARICA	1	2	3	100,00%
ALVORADA	3	1	4	-66,67%	MORADA DA BARRA	11	9	20	-18,18%
ARACAS	2	1	3	-50,00%	NORMILIA DA CUNHA	1	0	1	-100,00%
ARGOLAS	0	1	1	-	NOSSA SENHORA DA PENHA	0	1	1	-
ARIBIRI	6	5	11	-16,67%	NOVA ITAPARICA	1	0	1	-100,00%
ATAIDE	2	5	7	150,00%	NOVO MEXICO	0	4	4	-
BARRA DO JUCU	1	1	2	0,00%	PAUL	2	3	5	50,00%
BARRAMARES	18	11	29	-38,89%	PEDRA DOS BUZIOS	1	1	2	0,00%
BOA VISTA I	4	9	13	125,00%	PONTA DA FRUTA	1	2	3	100,00%
BOA VISTA II	2	3	5	50,00%	PONTAL DAS GARCAS	1	0	1	-100,00%
CENTRO VILA VELHA	0	1	1	-	PRAIA DA COSTA	3	3	6	0,00%
CHACARA DO CONDE	2	2	4	0,00%	PRAIA DOS RECIFES	1	2	3	100,00%
CIDADE DA BARRA	1	3	4	200,00%	PRIMEIRO DE MAIO	4	4	8	0,00%
COBI DE BAIXO	1	3	4	200,00%	RESIDENCIAL COQUEIRAL	3	1	4	-66,67%
COBILANDIA	6	5	11	-16,67%	RESIDENCIAL JABAETE	3	0	3	-100,00%
COCAL	1	0	1	-100,00%	RIO MARINHO	5	6	11	20,00%
COQUEIRAL DE ITAPARICA	3	3	6	0,00%	RIVIERA DA BARRA	2	5	7	150,00%
CRISTOVAO COLOMBO	6	3	9	-50,00%	SANTA INES	2	2	4	0,00%
DIVINO ESPIRITO SANTO	9	8	17	-11,11%	SANTA MONICA	0	3	3	-
DOM JOAO BATISTA	5	0	5	-100,00%	SANTA PAULA I	1	0	1	-100,00%
GLORIA	4	1	5	-75,00%	SANTA PAULA II	0	2	2	-
GUARANHUNS	1	6	7	500,00%	SANTA RITA	6	11	17	83,33%
IBES	2	3	5	50,00%	SANTOS DUMONT	1	1	2	0,00%
ILHA DA CONCEICAO	2	4	6	100,00%	SAO CONRADO	1	3	4	200,00%
ILHA DAS FLORES	2	3	5	50,00%	SAO TORQUATO	7	12	19	71,43%
ILHA DOS AYRES	2	4	6	100,00%	SOTECO	3	2	5	-33,33%
ILHA DOS BENTOS	1	0	1	-100,00%	TERRA VERMELHA	4	3	7	-25,00%
INTERLAGOS I E II	0	1	1	-	ULISSES GUIMARAES	7	13	20	85,71%
ITAPUA	3	2	5	-33,33%	VALE ENCANTADO	1	6	7	500,00%
JABURUNA	1	2	3	100,00%	VILA BATISTA	1	1	2	0,00%
JARDIM COLORADO	0	1	1	-	VILA GARRIDO	3	9	12	200,00%
JARDIM GUADALAJARA	0	1	1	-	VILA NOVA	1	0	1	-100,00%
JARDIM GUARANHUNS	3	2	5	-33,33%	ZONA RURAL	3	1	4	-66,67%
JARDIM MARILANDIA	2	1	3	-50,00%	ZUMBI DOS PALMARES	1	0	1	-100,00%
JOAO GOULART	4	1	5	-75,00%					

Fonte: SESP, 2015.

Em números absolutos, a Tabela 10 a seguir apresenta a relação dos bairros com mais mortes em números absolutos no biênio 13/14, assim como também a lista dos bairros com maior variação de mortes nesse período:

Tabela 10 – Ranking em número absoluto e variação de homicídios por bairros – Vila Velha, 2013 e 2014

Ranking em números absolutos			Ranking por variações 13/14	
N	Bairros		%	Bairros
29	BARRAMARES	-38,89%	500,00%	GUARANHUNS
20	MORADA DA BARRA	-18,18%	500,00%	VALE ENCANTADO
20	ULISSES GUIMARAES	85,71%	200,00%	VILA GARRIDO
19	SAO TORQUATO	71,43%	200,00%	CIDADE DA BARRA
17	DIVINO ESPIRITO SANTO	-11,11%	200,00%	COBI DE CIMA
17	SANTA RITA	83,33%	200,00%	SAO CONRADO
13	BOA VISTA I	125,00%	150,00%	ATAIDE
13	ALECRIM	-37,50%	150,00%	RIVIERA DA BARRA
12	VILA GARRIDO	200,00%	125,00%	BOA VISTA I
11	ARIBIRI	-16,67%	100,00%	ILHA DA CONCEICAO
11	COBILANDIA	-16,67%	100,00%	ILHA DOS AYRES
11	RIO MARINHO	20,00%	100,00%	JABURUNA
9	CRISTOVAO COLOMBO	-50,00%	100,00%	JOCKEY DE ITAPARICA
8	PRIMEIRO DE MAIO	0,00%	100,00%	PONTA DA FRUTA
7	ATAIDE	150,00%	100,00%	PRAIA DOS RECIFES
7	GUARANHUNS	500,00%	-	NOVO MEXICO
7	RIVIERA DA BARRA	150,00%	-	SANTA MONICA
7	TERRA VERMELHA	-25,00%	-	SANTA PAULA II
7	VALE ENCANTADO	500,00%	-	ARGOLAS
6	COQUEIRAL DE ITAPARICA	0,00%	-	CENTRO VILA VELHA
6	ILHA DA CONCEICAO	100,00%	-	INTERLAGOS I E II
6	ILHA DOS AYRES	100,00%	-	JARDIM COLORADO
6	PRAIA DA COSTA	0,00%	-	JARDIM GUADALAJARA
5	BOA VISTA II	50,00%	-	NOSSA SENHORA DA PENHA
5	DOM JOAO BATISTA	-100,00%	85,71%	ULISSES GUIMARAES
5	GLORIA	-75,00%	83,33%	SANTA RITA
5	IBES	50,00%	71,43%	SAO TORQUATO
5	ILHA DAS FLORES	50,00%	50,00%	BOA VISTA II
5	ITAPOA	-33,33%	50,00%	IBES
5	JARDIM GUARANHUNS	-33,33%	50,00%	ILHA DAS FLORES
5	JOAO GOULART	-75,00%	50,00%	PAUL
5	PAUL	50,00%	20,00%	RIO MARINHO
5	SOTECO	-33,33%	0,00%	PRIMEIRO DE MAIO
4	ALVORADA	-66,67%	0,00%	COQUEIRAL DE ITAPARICA
4	CHACARA DO CONDE	0,00%	0,00%	PRAIA DA COSTA
4	CIDADE DA BARRA	200,00%	0,00%	CHACARA DO CONDE
4	COBI DE CIMA	200,00%	0,00%	SANTA INES
4	NOVO MEXICO	-	0,00%	BARRA DO JUCU
4	RESIDENCIAL COQUEIRAL	-66,67%	0,00%	PEDRA DOS BUZIOS
4	SANTA INES	0,00%	0,00%	SANTOS DUMONT
4	SAO CONRADO	200,00%	0,00%	VILA BATISTA
4	ZONA RURAL	-66,67%	-11,11%	DIVINO ESPIRITO SANTO
3	ARACAS	-50,00%	-16,67%	ARIBIRI
3	JABURUNA	100,00%	-16,67%	COBILANDIA
3	JARDIM MARILANDIA	-50,00%	-18,18%	MORADA DA BARRA
3	JOCKEY DE ITAPARICA	100,00%	-25,00%	TERRA VERMELHA
3	PONTA DA FRUTA	100,00%	-33,33%	ITAPOA
3	PRAIA DOS RECIFES	100,00%	-33,33%	JARDIM GUARANHUNS
3	RESIDENCIAL JABAETE	-100,00%	-33,33%	SOTECO
3	SANTA MONICA	-	-37,50%	ALECRIM
2	BARRA DO JUCU	0,00%	-38,89%	BARRAMARES
2	PEDRA DOS BUZIOS	0,00%	-50,00%	CRISTOVAO COLOMBO
2	SANTA PAULA II	-	-50,00%	ARACAS
2	SANTOS DUMONT	0,00%	-50,00%	JARDIM MARILANDIA
2	VILA BATISTA	0,00%	-66,67%	ALVORADA
1	ARGOLAS	-	-66,67%	RESIDENCIAL COQUEIRAL
1	CENTRO VILA VELHA	-	-66,67%	ZONA RURAL
1	COCAL	-100,00%	-75,00%	GLORIA
1	ILHA DOS BENTOS	-100,00%	-75,00%	JOAO GOULART
1	INTERLAGOS I E II	-	-100,00%	DOM JOAO BATISTA
1	JARDIM COLORADO	-	-100,00%	RESIDENCIAL JABAETE
1	JARDIM GUADALAJARA	-	-100,00%	COCAL
1	NORMILIA DA CUNHA	-100,00%	-100,00%	ILHA DOS BENTOS
1	NOSSA SENHORA DA PENHA	-	-100,00%	NORMILIA DA CUNHA
1	NOVA ITAPARICA	-100,00%	-100,00%	NOVA ITAPARICA
1	PONTAL DAS GARCAS	-100,00%	-100,00%	PONTAL DAS GARCAS
1	SANTA PAULA I	-100,00%	-100,00%	SANTA PAULA I
1	VILA NOVA	-100,00%	-100,00%	VILA NOVA
1	ZUMBI DOS PALMARES	-100,00%	-100,00%	ZUMBI DOS PALMARES

Fonte: SESP, 2015.

Os três primeiros bairros em mortes (números absolutos) no biênio pertencem à Região V.O bairro Barramares, com 29 assassinatos, que apresenta a maior incidência no período, também ostenta o menor índice de envelhecimento da cidade, possui população com os maiores índices de dependência, é o bairro

com maior despejo e percentual de lixo queimado em via pública, de lixo em terrenos baldios, a menor taxa de alfabetização e está entre as menores rendas de Vila Velha. Morada da Barra, segundo da lista e bairro vizinho, apresenta a maior concentração de crianças de 0 a 4 anos, o maior índice de dependência populacional da cidade e ainda exibe a segunda colocação nos quesitos maior queima de lixo em via pública ou terrenos baldios, menor renda e menor taxa de alfabetização. Ulisses Guimarães, bairro também limítrofe a Barramares, também apresenta a 5ª menor renda per capita de Vila Velha.

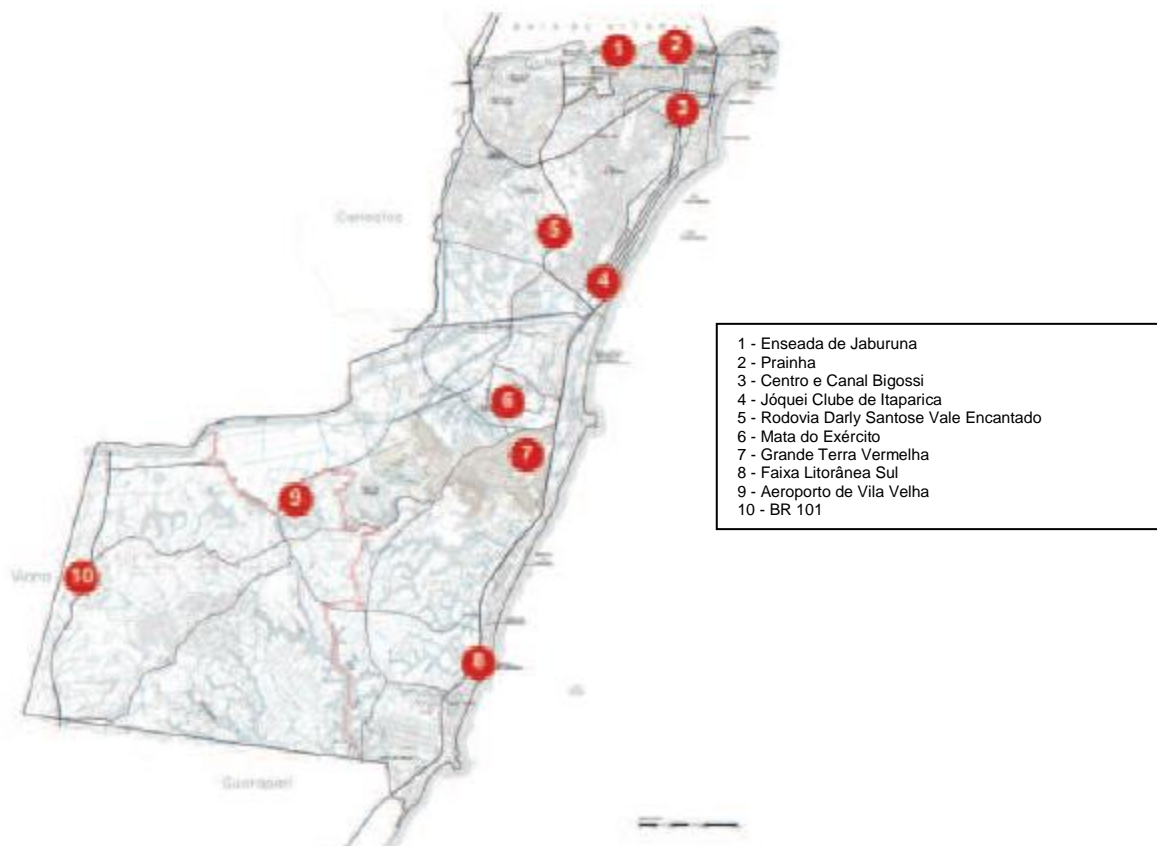
Entre as maiores variações de mortes em números absolutos na cidade destacam-se as regiões de Guaranhuns e Vale Encantado com incremento de 500% na variação em número absoluto de mortes, além de Vila Garrido, Cidade da Barra, Cobi de Cima e São Conrado, com 200% de variação no período analisado.

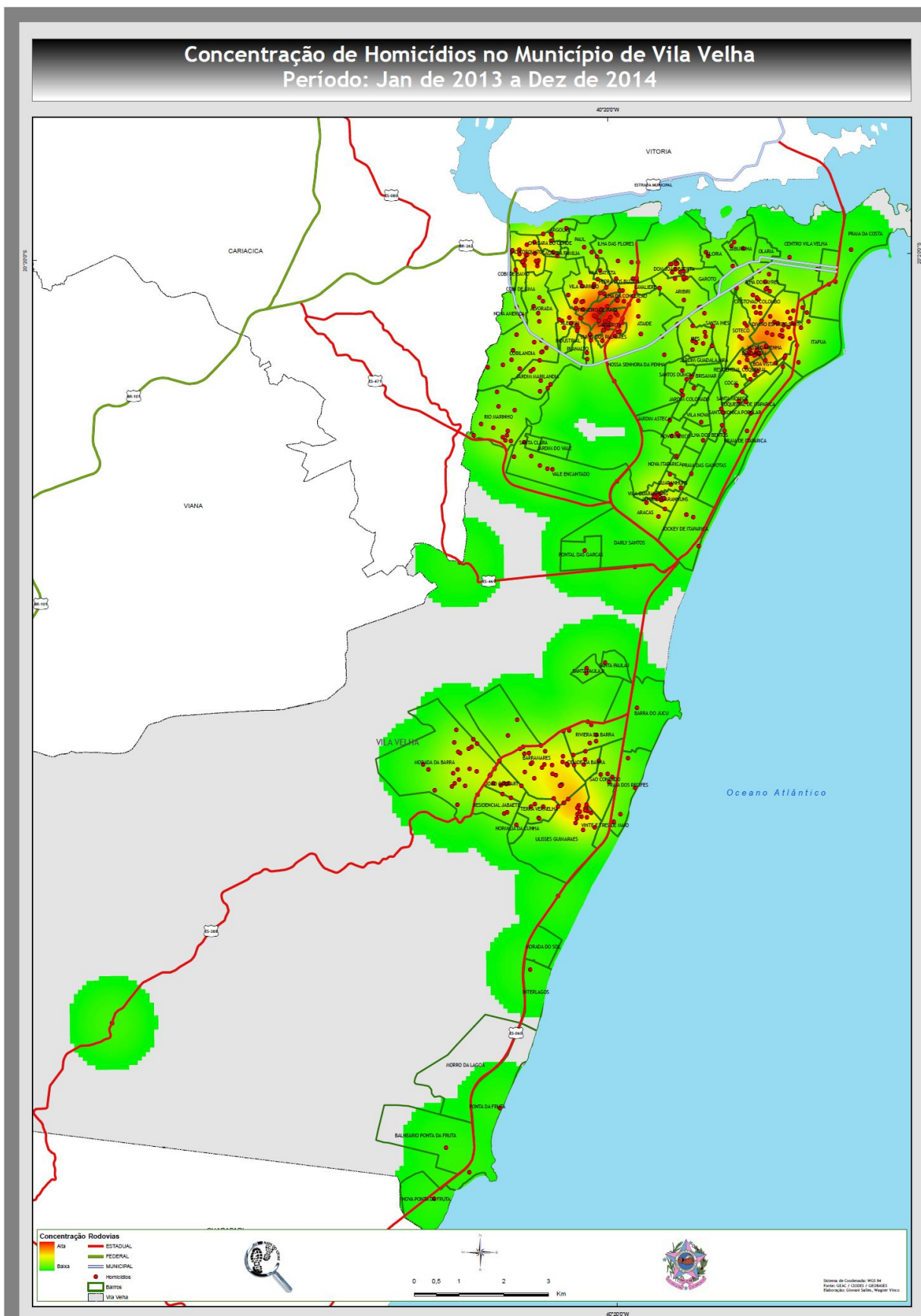
Entre as menores concentrações em números absolutos e também com as maiores quedas estão Nova Itaparica, Pontal das Garças, Santa Paula I, Vila Nova e Zumbi dos Palmares.

Interessante ressaltar que entre os 10 bairros com maiores números absolutos de homicídios todos estão localizados nas regiões elencadas por Vila Velha (2010, p. 47-48) em seu Plano de Desenvolvimento Sustentável como locais de “Projetos Estratégicos para o Desenvolvimento de Vila Velha”, definidos como “áreas capazes de abrigar projetos estratégicos que **explorem** as vocações e o potencial do município de forma que contribuam para o desenvolvimento”.

Comprovamos assim que não apenas no período de colonização, mas até a contemporaneidade, os polos de desenvolvimento da cidade ainda são marcados pela apropriação do espaço de forma violenta pelos canelas-verdes na sociedade contemporânea, existindo claras conexões entre o desenvolvimento urbano e os homicídios dolosos consumados no Município:

Mapa 2 – Projetos Estratégicos para o Desenvolvimento de Vila Velha -ES
Fonte: VILA VELHA, 2010.

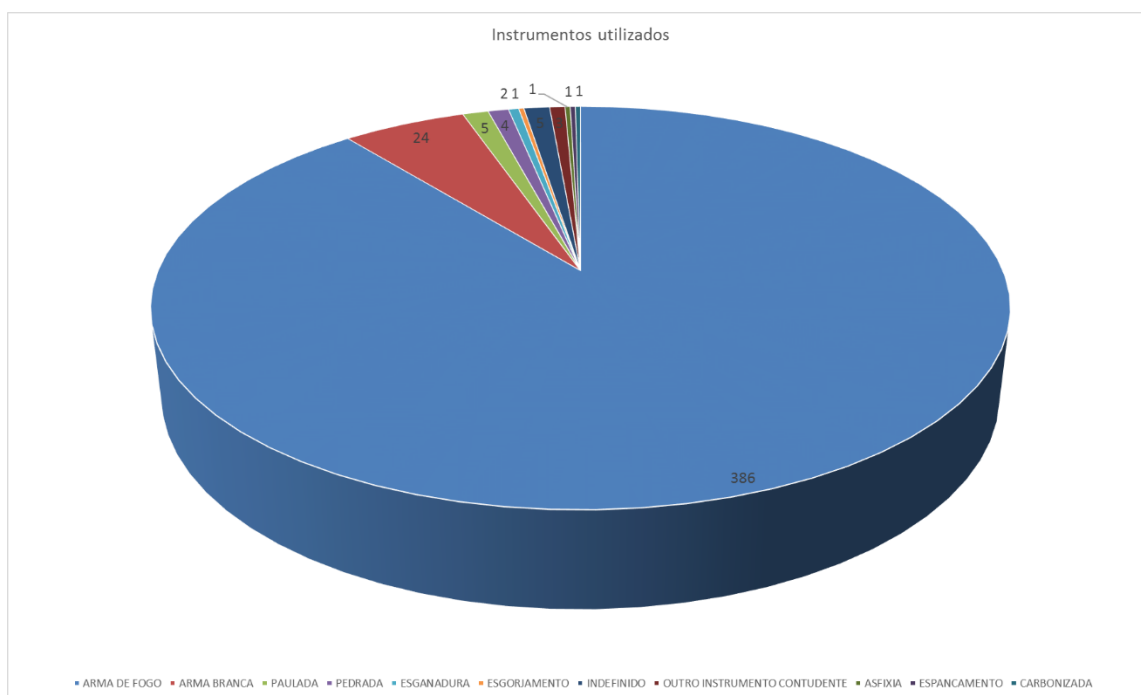




Mapa 3 – Mapa do Crime de Homicídios Dolosos, Vila Velha –ES, 2013 -2014
Fonte: SESP, 2015.

7.3HOW? - COMO?

No que se refere ao instrumento utilizado para a prática dos homicídios analisados apresentamos o Gráfico 19:



	2013	2014	13/14	Participação no total
ARMA DE FOGO	179	207	386	89,15%
ARMA BRANCA	15	9	24	5,54%
PAULADA	2	3	5	1,15%
PEDRADA	2	2	4	0,92%
ESGANADURA	1	1	2	0,46%
ESGORJAMENTO	1	0	1	0,23%
INDEFINIDO	4	1	5	1,15%
OUTRO INSTRUMENTO CONTUDENTE	0	3	3	0,69%
ASFIXIA	0	1	1	0,23%
ESPANCAMENTO	0	1	1	0,23%
CARBONIZADA	0	1	1	0,23%

Gráfico 19 – Instrumentos ou meios utilizados para a prática dos homicídios

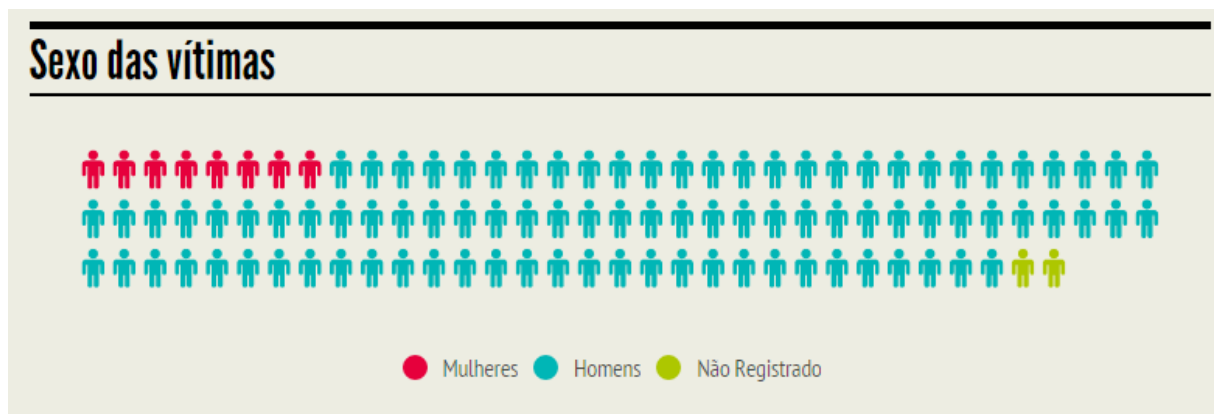
Fonte: SESP, 2015.

A partir da análise dos dados apresentados é clara a percepção da preponderância do instrumento arma de fogo em quase 90% dos casos. Observação importante que já foi discutida no trabalho tendo em vista que a média mundial de homicídios por arma de fogo é de 40% dos casos, na

América 66,67% e no Brasil 71% dos homicídios registrados em 2012 segundo o Mapa da Violência 2015.

7.4 WHO? – QUEM?

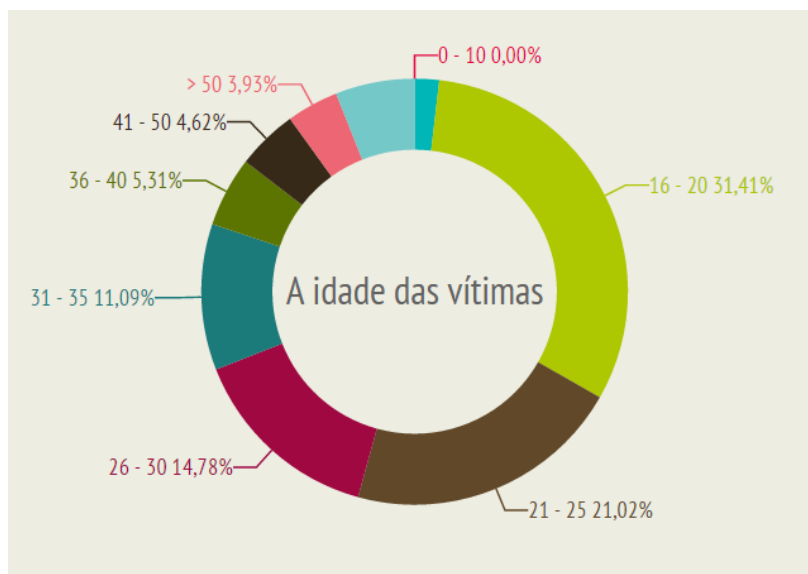
Na análise do perfil das vítimas podemos observar o Gráfico 20 no que tange ao sexo, em 2013 e 2014.



	2013	2014	13/14	Participação no total
MASCULINO	188	208	396	91,45%
FEMININO	15	20	35	8,08%
NÃO IDENTIFICADO	1	1	2	0,46%

Gráfico 20 – Homicídios por gênero, Vila Velha –ES, 2013 -2014
Fonte: SESP, 2015.

Já no que se refere à idade das vítimas podemos observar o Gráfico 21:

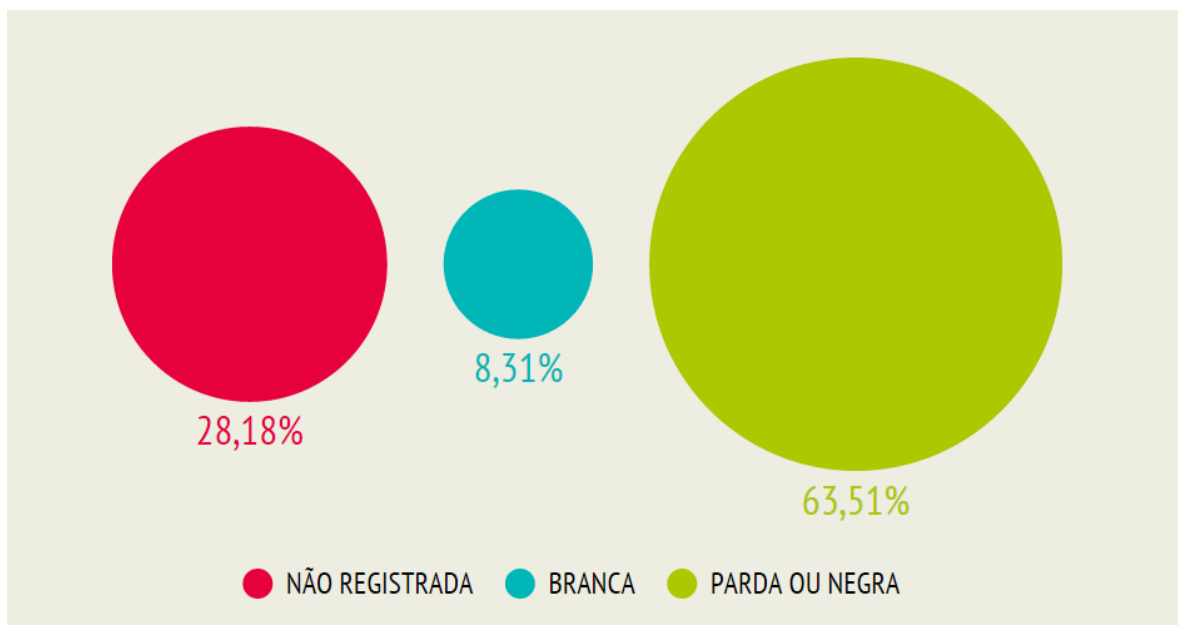


IDADE	2013	2014	13/14	Participação no total
0 - 10	0	0	0	0,00%
11 - 15	4	4	8	1,85%
16 - 20	58	78	136	31,41%
21 - 25	45	46	91	21,02%
26 - 30	37	27	64	14,78%
31 - 35	25	23	48	11,09%
36 - 40	8	15	23	5,31%
41 - 50	8	12	20	4,62%
> 50	9	8	17	3,93%
NÃO IDENTIFICADA	10	16	26	6,00%

Gráfico 21 – Homicídios por idade, Vila Velha –ES, 2013 -2014
 Fonte: SESP, 2015.

Fica evidente, assim como no restante do país e do estado a prevalência também na cidade de Vila velha de vítimas jovens, tendo em vista que 67,21% tinham idade entre 16 e 30 anos.

Para o quesito cor da pele, adotaremos a mesma metodologia de Waiselfizs (2012), que apresentamos no Gráfico 22 a seguir:



CUTIS	2013	2014	13/14	Participação no total
BRANCA	12	24	36	8,31%
PARDA	76	152	228	52,66%
NEGRA	17	30	47	10,85%
NÃO REGISTRADA	99	23	122	28,18%

Gráfico 22 – Homicídios por cor da pele, Vila Velha –ES, 2013 -2014

Fonte: SESP, 2015.

Imperioso ressaltar que do total de ocorrências registradas em quase 30% não foi feito o registro da cor da pele das vítimas, cuja parcela de vítimas pardas ou negras representou 63,51%. Se levarmos em conta a participação das vítimas pardas ou negras no grupo em que tal registro foi efetivado o número sobe para 88,42%. Ou seja, apenas pouco mais de 10% das vítimas são brancas.

No que tange aos antecedentes criminais das vítimas alguns esclarecimentos são importantes. À luz da legislação só pode ser considerado formalmente portador de antecedentes criminais aquele cujo processo na justiça já transitou em julgado, ou seja, não cabe mais recurso a nenhuma esfera do poder judiciário. Nesse trabalho foram identificadas quaisquer passagens das vítimas pelo sistema de justiça criminal, mesmo que não tenha havido o transito em julgado. Em outras palavras, até mesmo a condução de um indivíduo à delegacia por suspeita de tráfico de entorpecentes já foi considerada como ingresso no sistema de justiça criminal. O total de 433 ocorrências foram

analisadas, consultados os nomes através da Seção de Inteligência do 4º Batalhão da Polícia Militar, em sistema cuja base de dados também é da SESP (2015). Entre essas 433 vítimas, 263 ingressaram no sistema de justiça criminal (60,74%). Como podemos observar. Entre as 263, 127 (48,29%), já havia adquirido pelo menos uma passagem pelo artigo 33 da Lei Nº 11.343/2006, popularmente conhecida como a Lei de Drogas no Brasil. Tal artigo abarca a conduta do tráfico de drogas, ou seja, do total de vítimas com inserção no sistema a metade teve em algum momento seu nome vinculado ao tráfico de entorpecentes. As outras duas condutas com maior incidência foram respectivamente o roubo com 66 pessoas, porte ilegal de arma (62) e furto com 50 pessoas vítimas de homicídio e com passagem por tais crimes.

7.5 WHY? – POR QUÊ?

O último, e talvez mais importante, ponto a ser esclarecido nos remete a motivação dos autores para a prática dos homicídios. Conforme exposto na metodologia desenvolvemos uma análise criminal e psicossocial das ocorrências, levando em consideração todos os aspectos já supracitados.

Do total de 433 ocorrências registradas, podemos observar a partir do Gráfico 23:

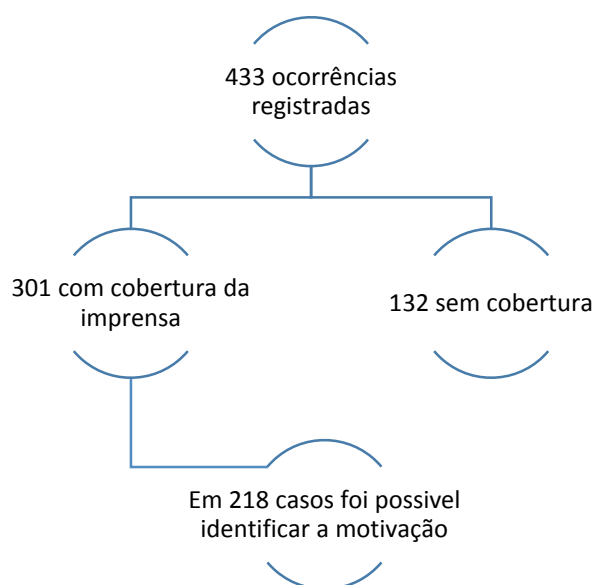


Gráfico 23 – Cobertura da imprensa acerca dos homicídios em Vila Velha –ES, 2013 -2014

Do total de 301 analisadas, em 72,46% dos casos foi possível identificar a motivação do crime. Levou-se em consideração além a narrativa do conteúdo jornalístico todas as outras informações já obtidas, quais sejam a localização do crime e os antecedentes criminais das vítimas, por exemplo.

Dos 218 casos em que a motivação foi identificada, esses ficaram assim distribuídos, como podemos verificar no Gráfico 24:

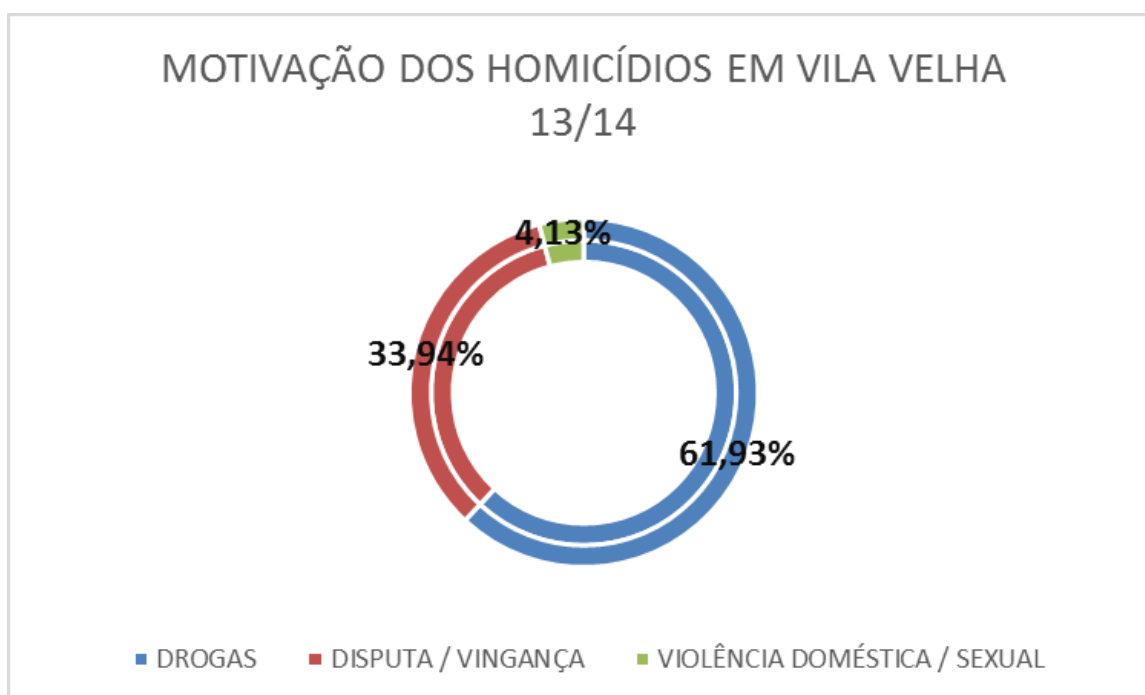


Gráfico 24 – Motivação para a prática dos homicídios em Vila Velha –ES, 2013-2014

Na categoria Drogas foram englobadas as ocorrências cuja motivação do crime de homicídio doloso se deu em virtude da participação no tráfico de entorpecentes e/ou consumo dessas substâncias. Na categoria Disputa/Vingança estão aquelas oriundas de disputas interpessoais e, finalizando, na categoria Violência Doméstica / Sexual aquelas que se originam a partir dos conflitos em meio doméstico ou tem ligação com crimes sexuais.

Todas as reportagens colhidas estão georreferenciadas e disponíveis a partir do link <http://kaywa.me/4XoCP> ou via QR Code, abaixo disponível:

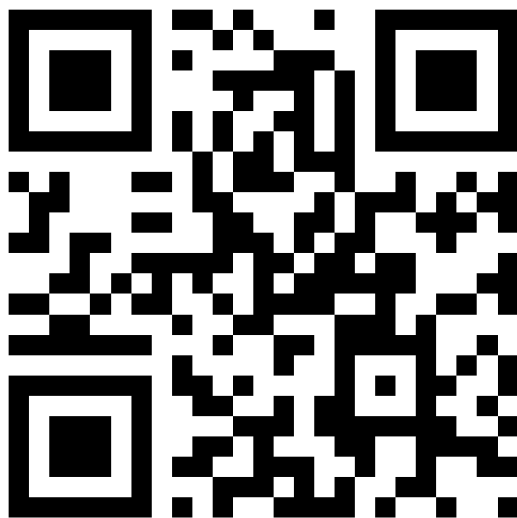


Figura 11 – QR Code de acesso ao banco de reportagens analisadas

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi exposto, pode-se inferir que a dinâmica dos crimes de homicídios dolosos no país, embora guarde peculiaridades regionais, também registra pontos relevantes de congruência, principalmente no que se refere ao perfil da vítima e as condições de espaço e tempo para a consumação do crime, com a cidade de Vila Velha.

No presente estudo corroboramos para reforçar o exposto nas revisões teóricas apresentadas, ao percorremos o caminho estabelecido na metodologia, qual seja analisar os homicídios desde a escala global à regionalização para a cidade de Vila Velha.

Foi possível comprovar a categorização temporal, meses, dias da semana e horários de maior concentração dos crimes. Os espaços onde ocorreram e, principalmente, sua correlação com o desenvolvimento social desses locais. Além disso, indicamos a especial preocupação no que se refere ao uso do instrumento arma de fogo, com média de participação superior às mortes ocorridas em todo o país.

No que tange ao sexo a participação dos feminicídios não difere muito da média nacional, mas como o estado do ES, e especialmente Vila Velha, tem historicamente apresentado taxas médias gerais superiores às médias nacionais tal problema também se reflete na violência de gênero.

A análise da idade das vítimas também foi outro fator que se destacou, assim como no restante do país, de preponderância de jovens assassinados, assim como a cor da pele: negros e pardos.

Enfim, tal estudo, dada suas naturais limitações, buscou contribuir para a análise criminal e psicossocial do crime de homicídio propriamente dito, das vítimas do crime de homicídio e da motivação do agressor para esses crimes, tendo como premissa a clara percepção de que tal problemática só obterá soluções efetivas se esse diagnóstico for realizado com a robustez científica que a temática merece.

Políticas pautadas apenas no reaparelhamento estritamente policial e de justiça criminal mostram-se cada vez menos eficazes diante do tamanho do desafio de quase 60.000 assassinatos anuais no país.

Espera-se que o presente estudo ajude na construção de Políticas Públicas, principalmente preventivas, tendo em vista o perfil delineado das vítimas: jovens do sexo masculino, negros ou pardos, executados por armas de fogo em regiões de expansão urbana e vulnerabilidade social, em contexto de disputa pelo comércio e consumo de entorpecentes ilícitos.

9. REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. 4ª edição, vol. 2. Editora Ática: São Paulo, 1990.

BASTOS, Márcia de Jesus Rocha Pereira et al. Análise ecológica dos acidentes e da violência letal em Vitória, ES. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 1, Feb. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000100016&lng=en&nrm=iso>. access on 18 May 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009000100016>.

BAYLEY, David H. **Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas** Vol. 2. Edusp, 2001.

BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 2, Aug. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 19 May 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652008000200003>.

BORGES, L. S. ; ALENCAR, Heloisa Moulin de . **Homicídio doloso**: uma caracterização de histórias do delito a partir dos dados encontrados sobre o transgressor e as circunstâncias do crime. In: Edinete Maria Rosa; Lídio de Souza; Luziane Zacché Avellar.. (Org.). *A produção da Psicologia Social no ES: memórias, interfaces e compromissos..* Vitória-ES: ABRAPSO/ PPGP, 2008.

BORGES, L. S.; ALENCAR, H. M. Moralidade e homicídio: Um estudo sobre a ação do transgressor. **Paidéia**, 19 (44), 293-302, 2009.

BORGES, L. S.; ALENCAR, H. M. Violência, criminalidade e homicídio: o desrespeito entre parceiros sociais. **Revista Leopoldianum**, Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos, 2014; No prelo.

BORGES, L. S.; ALENCAR, H. M. **Juventude e violência**: uma análise teórica sob a perspectiva da Psicologia da Moralidade, 2014a; No prelo.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.Constituicao.htm, 1988.

BRASIL. **Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: MS, 2012. Recuperado em 30 setembro de 2014, de <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>.

CERQUEIRA, Daniel. Segurança Pública no Espírito Santo: Passado e Futuro. **Anuário do Espírito Santo**, Vitória, p.56-67, 2013.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Determinantes da Criminalidade**: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0956.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

CHESNAIS, Jean-Claude. **Histoire de la violence**. Paris: Pluriel, 1981.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Mídia e Produção de Modos de Existência1. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 001-004, 2001.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão et al. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**.2013. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

DURANTE, Marcelo Ottoni; ZAVATARO, Bruno. Limites e desafios da evolução da gestão em segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 76-91, 2007.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. Polícia Militar. **Edital Nº 001/2013**: Concurso Público para Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Combatentes. 2013. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/concurso/cfo/2013/Edital_001_CFO_2013.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. 2013. **Plano de Desenvolvimento ES 2030**. 2013. Disponível em: <<http://www.es2030.com.br/>>. Acesso em: 13 maio 2014.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones dos Santos Neves. Secretaria de Economia e Planejamento. Institucional: **O IJSN**. 2014. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=99&Itemid=208>. Acesso em: 14 set. 2014.

ESTADOS UNIDOS. Police Executive Research Forum. Us Department Of Justice (Ed.). **Compstat**: Its Origins, Evolution, and Future In Law Enforcement Agencies. 2013. Disponível em: <http://www.policeforum.org/assets/docs/Free_Online_Documents/Compstat/compstat - its origins evolution and future in law enforcement agencies 2013.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

FARIA, Helaynne Ximenes. **No fio da navalha: o processo de trabalho de uma unidade de saúde da família de Vila Velha-ES**. No fio da navalha: o processo de trabalho de uma unidade de saúde da família de Vila Velha-ES, 2010.

FERRO, Alexandre Lima. Inteligência de segurança pública e análise criminal. **Revista Brasileira de Inteligência**, p. 77, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (São Paulo) (Ed.). **O que fazemos.** 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/o_que_fazemos>. Acesso em: 14 maio 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (São Paulo) (Ed.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2014. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2014_20150309.pdf >. Acesso em: 30 novembro 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (São Paulo) (Ed.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2013. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013-corrigido.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. Campinas: Alínea, 2003. 80 p.

GONTIJO, D. T.; ALVES, H. C.; PAIVA, M. H. P.; GUERRA, R. M. R.; KAPPEL, V. B. (2010). Violência e saúde: uma análise da produção científica publicada em periódicos nacionais entre 2003 e 2007. **Physis, Revista de Saúde Coletiva**, 20 (3), 1017-1054.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

IBGE. **Cidades: Espírito Santo - Vila Velha.** 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320520>>. Acesso em 21/06/2015.

IBGE. **Downloads - Estatísticas.** 2015b. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em 21/06/2015.

IBGE. **Indicadores Sociais Mínimos: conceitos.** 2015c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadore_sminimos/conceitos.shtm>. Acesso em 21/06/2015.

IBGE. 2010. **Censo Demográfico 2010.**

IJSN. **População em cada Ano (1992 até 2010) por Município (Vila Velha).** Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/Busca/?module=Record&id=307454>>. Acesso em 21/06/2015.

IJSN. **Indicadores socioeconômicos dos bairros dos municípios do estado do Espírito Santo – Censo demográfico 2010.** Vitória, ES, 2012. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/1318_ijsn_nt29-reduzido.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

KERZNER, Harold. **Gestão de projetos**. Bookman, 2006.

KILSZTAJN, Samuel et al. Comparação entre diferentes fontes de dados sobre homicídios no município de São Paulo. **Saude soc**, v. 15, n. 1, p. 96-106, 2006.

LEVITT, S. et al. **Freakonomics**: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta. São Paulo, 2007.

LA TAILLE, Y. Moralidade e Violência: a questão da legitimação de atos violentos. **Temas em Psicologia**, 17 (2), 329-341, 2009.

MATTOS, R. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória-ES: Edufes, 2011.

MICHAUD, Yves. **A Violência**, trad. de L. Garcia, São Paulo, Ática, 1989.

Ministério da Saúde (MS). 2010. **Índice de envelhecimento**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a15.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

NOVA IORQUE. New York Police Department. New York City. **NYPD Press Release - 2012 Sets All-Time Record for Fewest Murders and Shootings In New York City History**. 2013a. Disponível em: <http://www.nyc.gov/html/nypd/html/pr/pr_2012_all_time_records_lows_for_murders_and_shootings.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2013.

NOVA IORQUE. **Murder in New York City 2012**. 2013b. Disponível em: <http://www.nyc.gov/html/nypd/downloads/pdf/analysis_and_planning/murder_in_nyc_2012.pdf>. Acesso em 01/12/2013.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. **Políticas Públicas de Segurança e Políticas de Segurança Pública: da teoria a prática**. Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança. Gabinete de Segurança Institucional. ILANUD, 2002.

PARIS, W. S. **Material de Apoio dos Seminários Ferramentas da Qualidade**. Curitiba. Novembro de 2005. p. 18. Disponível em <http://torresnetworking.com/lbpex/Ferramentas_da_Qualidade.pdf> Acesso em 11/12/13

PINKER, Steven. **The better angels of our nature: The decline of violence in history and its causes**. Penguin UK, 2011.

PORTELA, B. C. **Território de Paz**: a reestruturação do policiamento interativo e a redução de crimes de homicídio na Região da Grande Terra Vermelha como política pública de segurança. Vitória - ES. Revista Preleção, v. V, p. 43-57, 2011.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. **Mídia, violência e alteridade**: um estudo de caso. Estudos de Psicologia, Vitória/es., v. 3, n. 8, p.491-497, 20 out. 2003. Anual.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. O Pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco. Instituto Igarapé. 2014.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Capitalismo e Sub (desenvolvimento) no Espírito Santo no século XX**. 2013.

RIBEIRO, Ludmila. A produção decisória do sistema de justiça criminal para o crime de homicídio: análise dos dados do Estado de São Paulo entre 1991 e 1998. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 1, p. 159-193, 2010.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil**: desafios e perspectivas. FGV Editora, 2007.

SIM: **Sistema de Informações sobre Mortalidade**. 2015. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso em: 13 maio 2015.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. FGV Editora, 2008.

SOARES, Luis Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Valores em crise: o que nos causa indignação? In: La Taille, Y.; Menin, M. S. S. **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide**: trends, context, data. 2013.

VARELLA, Drauzio. **Teoria das janelas quebradas**. Folha de S. Paulo, 18.07.2009

VILA VELHA. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. **Perfil Socioeconômico por Bairros**. 2013. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Perfil_socio_economico_R2.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

VILA VELHA. Plano de Desenvolvimento Sustentável. 2010. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes/publicidade/6-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha/174-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência**: os jovens do Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em: 24 novembro 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: mortes matadas por armas de fogo.** 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: os novos padrões da violência homicida no Brasil.** 2011. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em: 03 julho 2015.

WEISBURD, David et al. REFORMING TO PRESERVE: COMPSTAT AND STRATEGIC PROBLEM SOLVING IN AMERICAN POLICING*. **Criminology & Public Policy**, v. 2, n. 3, p. 421-456, 2003.

WILSON, James Q.; KELLING, George. **The police and neighborhood safety: Broken windows.** Atlantic Monthly, v. 127, p. 29-38, 1982.

ZAVERUCHA, Jorge. O papel da ouvidoria de polícia. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 20, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 maio 2014.